

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO**

**RENATA DA SILVA MARQUES**

**RELAÇÕES DE PODER ENTRE O “DISCIPLINA” E OS ENCARCERADOS  
NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS**

**SÃO  
PAULO  
2022**

RENATA DA SILVA MARQUES

**RELAÇÕES DE PODER ENTRE O “DISCIPLINA” E OS ENCARCERADOS NO  
CONTEXTO DA EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia Social.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientador: Prof. dr. Gustavo Martineli Massola

SÃO  
PAULO  
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E  
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Silva Marques, Renata

RELAÇÕES DE PODER ENTRE O ?DISCIPLINA? E OS ENCARCERADOS  
NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS / Renata da  
Silva Marques; orientador Gustavo Martineli Massola. -- São Paulo, 2022.

88 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --  
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Sistema Prisional. 2. Detentos. 3. Organização Criminosa. 4. Relações de  
Poder. 5. Intersubjetividade. I. Martineli Massola, Gustavo, orient. II. Título.

Nome: MARQUES, Renata da Silva

Título: Relações de poder entre o “disciplina” e os encarcerados no contexto da expansão das facções criminosas

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

**Área de concentração:** Psicologia Social e do Trabalho

**Orientador:** Prof. dr. Gustavo Martineli Massola

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

Prof. dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESUMO:** Propõe-se um estudo da relação entre a pessoa presa e a figura do líder dentro das prisões brasileiras, sobretudo nas prisões do estado de São Paulo. Os líderes são nomeados para serem os responsáveis organizadores e os normatizadores da comunidade carcerária. Eles são escolhidos entre as pessoas presas ou por grupos organizados, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), nas prisões de São Paulo e de outros estados do país que são dominadas por essa organização. Essa figura é reconhecida pelos homens presos como uma presença necessária para a organização e para o bom convívio entre os detentos. Diante dessa realidade, a presente investigação, de caráter qualitativo, tem como propósito a exploração aprofundada de entrevistas semiestruturadas com egressos do sistema prisional brasileiro, a fim de estudar/explorar fatores intersubjetivos presentes nas relações entre os internos e esses líderes. Foram realizadas quinze entrevistas com homens egressos do sistema prisional brasileiro que estavam alojados em casas de acolhimento localizadas na cidade de São Paulo. Todos os entrevistados tiveram mais de seis meses ou várias passagens por instituições prisionais, seja por sentença ou apenas para esperar julgamento. Conclui-se que líderes têm fortes discursos de verdades e princípios, que possibilitam relações de poder carregadas de afetos e emoções positivas. Tais discursos de união e solidariedade atingem, em maior ou menor grau, os indivíduos que compõem a comunidade carcerária e, como consequência, muitos presos veem nas lideranças um exemplo a ser seguido. Todavia, cada um dos indivíduos subjetiva as ordens e princípios de acordo com sua história, contexto de vida e seus interesses pessoais. Por fim, mesmo com a diversidade de percepções sobre as lideranças, se o Primeiro Comando da Capital ordenasse outras megarebeliões, não há dúvidas que toda a comunidade carcerária seguiria sua ordem novamente.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Presos. Organização Criminosa. Relações de Poder. Intersubjetividade.

**ABSTRACT:** We propose a study of the relationship between the imprisoned person and the figure of the leader inside Brazilian prisons, especially in prisons in the state of São Paulo. The leaders are appointed to be the responsible organizers and regulators of the prison community. They are chosen among the inmates or by organized groups, such as the First Command of the Capital (PCC), in the prisons of São Paulo and other states in the country that are dominated by this organization. This figure is recognized by the male prisoners as a necessary presence for the organization and for the good coexistence among the inmates. In view of this reality, this qualitative research aims to explore in depth semi-structured interviews with former inmates of the Brazilian prison system in order to study/explore intersubjective factors present in the relationships between inmates and these leaders. Fifteen interviews were conducted with men egresses from the Brazilian prison system who were housed in foster homes located in the city of São Paulo. All of the interviewees had more than six months or several passages in prison institutions, either by sentence or just to await trial. The conclusion is that leaders have strong discourses of truth and principles, which enable power relations loaded with affection and positive emotions. Such speeches of unity and solidarity reach, to a greater or lesser extent, the individuals that make up the prison community and, as a consequence, many prisoners see the leaders as an example to be followed. However, each one of the individuals subjective the orders and principles according to their history, life context, and personal interests. Finally, even with the diversity of perceptions about the leadership, if the First Command of the Capital ordered another mega riot, there is no doubt that the entire prison community would follow their order again.

Keywords: Prison System. Imprisoned. Criminal Organizations. Power Relations. Intersubjective Elements.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>2 A POPULAÇÃO ENCARCERADA</b>	<b>17</b>
<b>3 PROCESSO DE PESQUISA</b>	<b>22</b>
<b>4 ANÁLISE DE RESULTADOS</b>	<b>29</b>
<b>4.1 A liderança</b>	<b>30</b>
<b>4.2 Paz, justiça, liberdade e igualdade: autorrespeito e aspectos intersubjetivos da luta por reconhecimento na população prisional</b>	<b>49</b>
<b>Elementos intersubjetivos</b>	<b>50</b>
<b>4.3 As relações de poder no cotidiano prisional após a expansão das facções</b>	<b>63</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As prisões vêm se apresentando há algumas décadas como objeto de estudo central por autores de importância decisiva para as ciências humanas e sociais, como Foucault (1999) e Goffman (1999). Mesmo que, em ambos os casos, o objetivo dos trabalhos não fosse traçar uma história da prisão ou estabelecer uma teoria da prisão, mas tratar da sociedade disciplinar, em um caso, e das instituições totais, em outro, não há dúvida de que estudar as prisões se tornou, a partir da década de 1970, uma rota inescapável para sustentar as reflexões a respeito das sociedades contemporâneas.

Elas talvez pudessem ter sido eleitas mesmo antes. Quando, na década de 1930, Rusche e Kirchheimer (2004) escreveram seu tratado sobre a prisão nas sociedades capitalistas – o primeiro livro de grande envergadura a tratar do tema sob perspectiva marxista, de acordo com Garland (2001) –, Horkheimer (2003) considerou este um trabalho tão importante que o escolheu como primeira publicação em inglês do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (Melossi, 2003). A proximidade da II Grande Guerra tornou a prisão um tema secundário ante os horrores dos campos de batalha (Massola, 2017). Mesmo assim, quando publicaram *Dialética do esclarecimento*, sua mais importante obra, logo após o fim da guerra, Adorno e Horkheimer não deixaram de dedicar ao tema da prisão o pequeno “Fragmento de uma teoria do criminoso” (Adorno & Horkheimer, 1986), grandemente inspirado pelas reflexões de Rusche e Kirchheimer (2004), mostrando que o tema jamais deixou de preocupá-los. Foucault assistiu ao relançamento de *Punição e estrutura social* em 1968 e a referência ao “grande livro” de Rusche e Kirchheimer é uma das duas únicas referências bibliográficas em sentido estrito presentes em *Vigiar e punir* (Foucault, 1999) – a outra, de acordo com Melossi (2003), é ao livro *Os dois corpos do rei* (Kantorowicz, 1998).

A partir da década de 1970, a obviedade que marcava a instituição prisional como modelo punitivo ruiu, a partir de textos como o de Martinson (1974), e suas observações serviram de anteparo para uma profunda e ampla crítica às relações de poder em geral, que marcou decisivamente as ciências humanas e sociais, entre as quais se insere a psicologia social. Não por acaso, o célebre Stanford Prison Experiment conduzido por Philip Zimbardo<sup>1</sup>, e que forma as bases para toda a discussão psicossocial posterior sobre a relação entre papéis sociais e atitudes, ocorre no ano de 1971, concomitantemente ao recrudescimento desta crítica.

Se no Brasil esta discussão parece ter se atrasado em uma década, isso talvez possa ser considerado um reflexo da Ditadura Civil-Militar, que impedia a ampla repercussão de tais críticas em terras brasileiras. Mesmo assim, a campanha pela defesa dos “direitos humanos dos presos” – oxímoro que expressa bem o clima cultural vigente na época – entre os anos de

---

<sup>1</sup> O site oficial da pesquisa de Zimbardo: <https://www.prisonexp.org/portuguese/conclusion>



1983 e 1985 em São Paulo, mostra que a crítica à prisão extrapolava os porões da Ditadura e começava a esboçar-se como fulcro de uma ampla reflexão sobre a vida social e política brasileira. E por aqui, haveria de ser necessário criar instrumentos analíticos próprios. Como salienta Silva (2012), por exemplo, em uma sociedade como a nossa, que manteve a cultura da escravatura, haveria de se criar meios de diferenciar as penas que poderiam ser aplicadas “aos homens de bem daquelas que se reservariam aos indesejáveis” (Silva, 2012, p. 1), o que permitia distinguir o fenômeno prisional brasileiro, ao menos, daquele observado na Europa.

A literatura em ciências sociais no século XX parte da constatação de que as vivências em uma instituição total (Goffman, 1999), como a prisão, levam a um processo chamado de institucionalização, o qual, no ambiente específico da prisão, ganha o nome de prisionização – do inglês *prisonization* (Clemmer, 1958) –, e sobre o qual devemos nos deter inicialmente. São impostos valores, atitudes, costumes, toda uma gama de comportamentos que o detento assimila como forma de adaptação, por ser um meio de sobrevivência em um ambiente extremamente precário e rígido em que ele se encontra (Barreto, 2006, p. 586). Frente a este processo, o indivíduo tem reduzidas possibilidades de escolha. Uma das consequências de estar em uma instituição total é sofrer diretamente o processo denominado de mortificação do Eu (Goffman, 1999). O indivíduo possui objetos, comportamentos, pensamentos e bens que lhe pertencem como parte de sua identidade, constituindo o que Goffman chama de Eu do sujeito. No entanto, dentro das instituições totais o território do Eu é constantemente violado de várias maneiras, todas de formas profundas, causando a sua mortificação.

Goffman apresenta como um dos problemas gerais da prisão o seu objetivo de profanar ou perturbar exatamente os atos que atestam o papel do indivíduo como membro de uma sociedade civil, e aqueles que lhe garantem autonomia no seu mundo. Por causa da limitação social que vivenciam dentro das prisões, essas pessoas são privadas de poder construir novas perspectivas de vida (Tavares e Menandro, 2004). Ao estabelecer que a privação de liberdade tem como função o cumprimento de pena e a ressocialização, uma forma de preparar o infrator para a vida em sociedade no momento em que deixar a prisão, portanto, a Lei de Execução Penal brasileira (BRASIL, 1984) parece propor um objetivo em tudo contrário aos próprios mecanismos pelos quais a prisão opera. Esta contradição aparente entre seus objetivos explícitos e seus resultados reais é um dos pontos de partida da reflexão de Foucault (1999), cujos esforços voltam-se para a demonstração de que a prisão é a uma instituição que, historicamente, já nasceu falida (Foucault, 1999).

Uma leitura conjunta das obras de autores como Foucault (1999), Goffman (1999), Hayner e Ash (1940), Clemmer (1958), Sykes (1958) e tantos outros, sobre o pano de fundo das características assumidas pela prisão no mundo no último quartil do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, espanta por levar à conclusão de que essa realidade tão marcante e extremamente perseverante nos últimos dois séculos parece não apontar para

qualquer transformação significativa num futuro próximo.

Nas últimas décadas, porém, principalmente nas prisões brasileiras, um fenômeno foi surgindo e se fortalecendo gradativamente, o qual parece recrudescer esta tendência já observada de um crescente incremento na reincidência prisional, em qualquer modalidade<sup>2</sup>. Trata-se de uma mudança nas formas de relações entre os detentos que começa a apontar, principalmente, para a formação de ações coletivas duradouras nas prisões (Alvarez, Salla & Dias, 2013, p. 62). Condutas antes pautadas pela prática de violência dão lugar, gradativamente, a meios que vão em direção a outras formas de relações. Esses indivíduos presos começam a se organizar coletivamente para resistir à disciplina e à violência próprias da instituição, tendo seu surgimento a partir da articulação de grupos de indivíduos que formaram facções<sup>3</sup>. Essas formações de grupos organizados dentro das prisões brasileiras já eram relatadas desde a década de 1970 (Coelho, 2005; Paixão, 1987), mas foi no início da década de 1990 que o estado de São Paulo viu nascer no cerne das prisões uma das maiores facções no Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Tal formação não está no centro das discussões desta pesquisa, pois já foi amplamente estudada no país (Dias, 2011; Biondi, 2014; Ruotti, 2016; Adorno & Salla, 2007; Adorno & Dias, 2006), porém é inevitável falar do PCC quando se trata das prisões, principalmente no estado de São Paulo, pois foi a partir das ações desse grupo organizado que as relações de poder na comunidade carcerária mudaram e perduram até os dias de hoje.

Embora seja difícil traçar uma linha histórica para explicar determinados fenômenos, porque não há garantias de que todos os fatos tenham sido realmente levados em consideração, tentaremos expor alguns fatos que autores/as centrais da área enfatizam ou consideram primordiais para se entender o processo de construção das relações sociais que encontramos atualmente na comunidade carcerária, principalmente nas prisões paulistas. Começaremos com o contexto socioeconômico e político desde a década de 1980, quando houve uma tentativa de democratização da comunidade carcerária através da implantação de comissões representativas de solidariedade, formadas pelos próprios “presos para dialogar com a administração prisional e participar de algumas decisões” (Alvarez, Salla, & Dias,

---

<sup>2</sup> Temos a reincidência legal, quando uma pessoa que já foi condenada criminalmente sofre nova condenação, em menos de cinco anos após cumprir a primeira condenação (Ipea, 2015, Souza, 2022). Enquanto que a reincidência criminal se refere a pessoa que possui mais de uma condenação, independente do tempo considerado legal, de cinco anos. Já a reincidência genérica se refere a pessoa que comete mais de um ato criminal, independentemente se foi condenada ou não, autuada ou não. Por último, temos a reincidência penitenciária, quando uma pessoa retorna ao sistema penal, após já ter cumprido pena em uma unidade prisional (Souza, 2022). Aqui nos referimos a sobreposição das quatro variantes.

<sup>3</sup> No presente trabalho nos referimos a formação de grupos dentro do cárcere como facção, pois no dicionário de Oxford (2022), facção se refere a grupos que lutam em oposição a outro, em prol de uma causa. Já no dicionário Priberam (2022), facção é definida como um grupo político que se reúne para planejar a ruína de seus adversários. Diante desses significados, conclui-se que o adjetivo “criminosa” define a qualidade dos atos das facções. Portanto, uma facção pode não ser criminosa se seus atos são lícitos. Já no caso do PCC, como atuam ilícitamente dentro e fora das prisões, podemos dizer que se trata de uma facção criminosa. No decorrer do texto, utilizamos os dois termos, facção ou facção criminosa, já que ora falamos do PCC como um grupo de luta por direitos, ora falamos da referida facção como um grupo com interesses em ações ilícitas.

2013, p. 68), com o intuito de prover as mínimas condições de liberdade de escolha e organização entre as pessoas em cárcere penal.

A ideia das Comissões de Solidariedade de iniciativa do Estado surgiu em 1984 com intuito de proporcionar um canal de comunicação entre a população prisional e a administração, a fim de diminuir a violência entre os detentos e contra eles. A comunidade carcerária elegeria seus representantes para travar, junto com a administração carcerária, acordos e negociações frente às demandas dos internos, substituindo formas violentas de reivindicação, como motins e rebeliões (Alvarez, Salla, & Dias, 2013). Ter um representante que dialogasse diretamente com a administração em nome da comunidade prisional seria uma oportunidade de fazer valer os direitos humanos e diminuir a violência, já que teriam um modo diferente de resolver seus conflitos que não fosse pela força física (Higa & Alvarez, 2017). Todos os trâmites da eleição ocorreriam em conjunto com a administração prisional. Eram inelegíveis aqueles indivíduos que já tivessem cometido qualquer tipo de agressão contra funcionários e/ou contra seus companheiros de unidade prisional. Dessa forma, o critério evitaria que fossem eleitos aqueles que possuíssem respeitabilidade no mundo do crime, afastando-se assim da formação de lideranças baseadas na criminalidade (Alvarez, Salla, & Dias, 2013, p. 72).

Porém, como sintoma do autoritarismo que vigorou antes da retomada da democracia formal no país, na década de 1980, essa tentativa de humanização foi constantemente boicotada pela administração carcerária, pela mídia sensacionalista e por atores políticos mais conservadores, insatisfeitos com a democratização prisional, os quais acreditavam estar perdendo poder sobre o ambiente carcerário (Higa & Alvarez, 2017). Além disso, várias disputas violentas ocorreram na prisão nesse período, principalmente no estado do Rio de Janeiro, já que muitos grupos formados por pessoas presas vinham lutando pela liderança da massa carcerária. Isso bastou para que a população em geral culpasse a experiência de democratização prisional como o motivo para a crise no sistema penitenciário da época (Alvarez, Salla, & Dias, 2013, p. 68).

Naquele momento surgiu outro fator importante para entender o atual contexto do sistema prisional no Brasil: o encarceramento em massa, que se tornou significativo desde a década de 1990. Um dos fatores que pode ter influenciado este processo foi a promulgação da Lei dos Crimes Hediondos em 1990, como uma tentativa de atender às pressões da população e da mídia, que criminalizam cada vez mais a periferia (Teixeira, 2006; Dias, 2011b; Cruz, Souza, & Batitucci, 2013). Essa lei alterou o tempo do condenado em regime fechado e incluiu o tráfico de drogas como crime hediondo (Dias, 2011). Cruz, Souza e Batitucci (2013, p.1313) afirmam que “na América Latina, o principal sinal de mudança no sistema punitivo é dado pela taxa de encarceramento”. A prisão, segundo os autores, é uma das formas mais constantes que a região costuma utilizar para resolver qualquer transgressão à lei.

Silvestre e Melo (2017) explicam que encarceramento em massa é uma expressão que começou a ser utilizada a partir da década de 1970, para descrever e alertar sobre o desproporcional aumento do número de pessoas presas em todo o mundo, em sua maioria negros e pobres (Davis, 1981; Adorno, 1996; Thompson, 2007; Sinhoretto, Silvestre, & Melo, 2013; Silvestre & Melo, 2017; Borges, 2018). O que seguiu a isso na história do sistema carcerário brasileiro foi uma constante instabilidade e períodos marcados por picos de violência.

A falha tentativa de reorganização social através de líderes nas prisões, o endurecimento das leis penais e, como consequência, o encarceramento em massa e o aumento da violência no cárcere penal chegaram ao seu ápice em 1992 com o chamado Massacre do Carandiru, em São Paulo, no qual 111 pessoas presas foram assassinadas (Alvarez, Salla, & Dias, 2013, p. 73). Apesar das pressões, até mesmo internacionais, em relação ao Massacre do Carandiru, o que se viu durante toda a década de 1990 nas prisões do Brasil foi a manutenção do encarceramento em massa, que intensificou a situação precária das instituições prisionais. De acordo com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Brasil, 2017), no ano de 1990 o número de pessoas presas chegava a 90 mil. Já em 2016, o Brasil ultrapassava pela primeira vez na história a marca de 700 mil detentos, indicando um aumento de 707% da massa carcerária (Infopen, 2016, p. 9) em quase três décadas.

Sobre este pano de fundo, em 1993 surgia na unidade prisional conhecida como a mais cruel de São Paulo por conta do alto índice de violência entre os presos e agentes penitenciários, o Anexo da Casa de Custódia, o grupo organizado que se denominou como Primeiro Comando da Capital – o PCC, criado, segundo seus fundadores, para lutar contra as injustiças sofridas pelos detentos do sistema prisional brasileiro e para vingar os 111 assassinatos ocorridos durante o Massacre do Carandiru (Alvarez, Salla, & Dias, 2013). Esses autores e autora explicam que de acordo com a forma como se desenham os acontecimentos das décadas de 1980 e 1990 nas prisões paulistas, uma das hipóteses para o surgimento do PCC é que o grupo se apropriou de todas as demandas que seriam supridas pelas Comissões de Solidariedade, se essas pudessem de fato ser concretizadas, pois inicialmente o PCC se utilizou de meios violentos, incluindo mortes e disputas por território. Porém, em meados de 2003, a facção percebeu que suas ações violentas com a massa carcerária não conseguia agregar, mas sim apenas causar temor na população (Dias, 2011). A partir de então, houve uma mudança na interação do grupo com o restante da massa carcerária, utilizando-se do discurso de união e solidariedade para convencer as demais pessoas encarceradas a aceitarem o comando do PCC,. Essa mudança nas relações deu bases políticas para a facção atrair cada vez mais integrantes e obter respeitabilidade dentro da comunidade carcerária e nas partes das cidades dominadas pelo grupo (Dias, 2011; Alvarez, Salla, & Dias, 2013).

A concretização do domínio da facção foi se moldando com a megarrebelião de 2001, que paralisou simultaneamente 29 instituições penitenciárias no estado de São Paulo, e a megarrebelião de 2006 que ultrapassou o muro das prisões e chegou a vários pontos da cidade de São Paulo, causando pânico generalizado (Adorno & Salla, 2007). Esses dois atos comandados pela facção demonstraram o grau de respeitabilidade que o PCC ganhou entre as pessoas presas de dentro da região de São Paulo e de outros estados, que só foi possível com a nova configuração das relações de poder na massa carcerária. Dias (2011) aponta em sua tese que a linha de frente do PCC, tanto nas ruas quanto nas prisões, é composta por representantes nomeados de faxina, boieiro, disciplina e piloto, funções que muitas vezes se sobrepõem. Designaremos as figuras de liderança como “disciplinas”, por ser esta a nomeação mais comum nas pesquisas atuais sobre o tema.

A formação e expansão do grupo, sobretudo nas prisões paulistas, tornou-se um extensivo campo de estudos sociológicos, antropológicos e jurídicos nas últimas décadas. No momento da elaboração do projeto para a pesquisa, já estávamos em campo (como explicaremos adiante). Um dos egressos que entrevistamos declarou que se hoje o PCC convocasse os mesmos atos de 2001 e 2006, a comunidade carcerária novamente iria seguir as ordens do Comando, não por pertencerem ao grupo, mas pela respeitabilidade: “A gente respeita, porque concordamos com eles. Tem muita coisa que eles lutam para um bem comum” (entrevista com Corintiano<sup>1</sup>, 7 nov. 2019). Já o foco do trabalho foi gradualmente se descentralizando do estudo da organização e liderança do Primeiro Comando da Capital tomada por si, e se focando mais na compreensão dos laços identitários e dos elementos presentes no estabelecimento de relações entre os disciplinas, independentemente de pertencer ou não à organização criminosa, e o restante da comunidade carcerária.

Para melhor compreensão do problema e objetivo da pesquisa, expomos que os elementos intersubjetivos são aqueles que surgem na interação entre o indivíduo com o mundo (Nogueira e Moura, 2007). À princípio, é importante sabermos que subjetividade é tudo aquilo que se passa na forma mental. Assim como também é necessário para a formação de um indivíduo, para a efetivação de sua unicidade, de singularidade frente à diversificação de pessoas. São sentimentos, pensamentos, emoções, idealizações, entendimentos e todos os outros processos mentais. Quando estamos interagindo com pessoas e objetos, encontramos-nos em um processo de subjetivação. Ouvir, sentir, observar, influenciar-se por algo ou alguém, pensar sobre algo, refletir, todo esse processo de ação mental é subjetividade. E como a subjetividade é um processo, logo podemos dizer também que todos os compostos mentais se transformam, não se mantendo eternamente estáticos, mas sim em constante processo de subjetivação.

Isso ocorre porque a subjetivação está incondicionalmente ligada às relações sociais. Por isso, inevitavelmente haverá troca de informações, aprendizados, internalização de coisas

e elementos externos, sejam trocas entre pessoas ou entre pessoas e objeto. Esse processo recíproco de troca causa uma reação cognitiva, seja um afeto, emoção, reflexão. Mesmo que conscientemente o indivíduo não queira, sempre haverá uma transformação interna, pois todo contato ou relação como mundo é uma provocação. Esse contato se chama intersubjetividade, que é tudo o que envolve o ato recíproco da comunicação, de diversas formas, entre indivíduos. Essa comunicação é muito mais que troca ou transferência de informações. A intersubjetividade requer que uma pessoa, na sua interação com outra, forneça pistas “de seus estados internos (mentais e afetivos)” (Nogueira e Moura, 2007, p. 128), sendo que seu par de interação acaba por internalizar, apreender os dados internos do primeiro. É o processo de compreender a si mesmo através de seus vínculos, que fornecem trocas simbólicas, afetos, emoções, significados (Piva, Ponsi, Saldanha et. al., 2010).

Uma dessas formas de introjeção é a linguagem (Lane, 1989). Através dela podemos nos relacionar, traduzir e perceber o mundo. A psicologia se utiliza de várias ferramentas para se ter acesso a subjetividade da pessoa, que pode ser através das entrevistas, escutas clínicas e observações de comportamento, entre outras ferramentas metodológicas. Essas são maneiras de se ter um vislumbre do que o outro pode pensar, no que acredita, sua visão de certo e errado, como se identifica, qual é sua personalidade, sua interpretação de mundo e o que leva a ter e manter determinadas relações (Piva, Ponsi, Saldanha et. al., 2010). Nesse sentido, os entrevistados para este trabalho expuseram, através de suas narrativas, sentimentos e afetos que surgem na relação social que eles mantiveram tanto com os líderes da comunidade carcerária, quanto com outros presos.

## **1.1 Problema**

Quais elementos intersubjetivos surgem nas relações de poder entre a comunidade carcerária e os líderes prisionais?

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo geral*

Compreender, através da percepção do egresso do sistema carcerário brasileiro, como se constroem e quais elementos intersubjetivos estão presentes na relação entre indivíduos presos e a figura de liderança dentro das prisões brasileiras, em um momento em que a realidade prisional gira em torno da administração da massa carcerária por organizações criminosas.

### *1.1.1 Objetivos específicos*

Analisar as relações estabelecidas entre os detentos e a figura dos líderes dentro das prisões brasileiras.

### 1.3 Justificativa

As duas megarrebeliões lideradas pelo PCC, que ocorreram em São Paulo, em 2001 e 2006, como já vimos, mostrou às autoridades e à população o poder de comando da facção. Claramente, os líderes do Comando queriam mostrar como a comunidade carcerária estava alinhada com o grupo, a ponto de seguir milimetricamente suas ordens (Adorno & Salla, 2007). Esse acontecimento que marcou a história do sistema carcerário no país atraiu um número cada vez maior de pesquisadores que se apressaram em explicar quem era o grupo de detentos que conseguiu desafiar o Estado. Não era mais possível estudar o sistema prisional, principalmente as prisões do estado de São Paulo, sem levar em consideração o PCC, já que as lideranças desses grupos organizados se mostraram os únicos atores sociais capacitados para a organização da massa carcerária (Adorno & Dias, 2016). As especificidades da organização criminosa PCC, bem como todos os territórios que o rodeiam – as ruas, as comunidades de favela, as “quebradas” e até mesmo as famílias dos indivíduos presos –, já são extensivamente pesquisadas por vários pesquisadores, quase exclusivamente sob as perspectivas sociológicas, jurídicas e antropológicas. Aqui destacamos nomes como Dias (2011; 2015; 2016), Biondi (2014), Melo (2018), Godoi (2015) e Ruotti (2016), que já estudaram amplamente sobre o tema no campo sociológico.

Não é a pretensão desta pesquisa compreender a estrutura do PCC, como ele se divide, organiza-se, lucros, descrição dos poderes ou suas leis. Nesse sentido, concordamos com Godoi (2015), ao comentar que os numerosos estudos sobre prisão no país enfatizam em demasia as organizações ilegais. Diz ele que “a prisão parece então como contexto de emergência e atuação privilegiada do Primeiro Comando da Capital (PCC); torna-se pano de fundo, um dado circunstancial que já não inspira questionamentos mais aprofundados” (Godoi, 2015, p. 20); por isso há uma necessidade atual de recolocar as discussões sobre a prisão. Concordamos que o surgimento do grupo – que se diferencia dos demais quanto à sua capacidade de organização, expansão e respeitabilidade no mundo do crime –, causou grande impacto no cenário político e social, principalmente na área de segurança pública, até mesmo pelo modo marcante pelo qual se apresentou. Podemos exemplificar com uma declaração de um dos membros do PCC na megarrebelião de 2001: “Anota aí: vamos virar o sistema”<sup>4</sup>. Dizer que vai “virar o sistema” remete a uma tão esperada reviravolta da luta de classes, mesmo que o locutor de tal afirmação não tivesse a menor ideia desse significado. Talvez esse tenha sido um dos fatores que causaram surpresa e ao mesmo tempo preocupação, tanto em atores que compõem a segurança pública, quanto em pesquisadores. O reconhecimento ou adesão ao PCC – e não o PCC em si – é uma espécie de fenômeno-exemplo para alertar sobre

---

<sup>4</sup> Frase retirada da matéria escrita por Jelin (2016), veiculada em:  
“<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-dia-em-que-o-pcc-8220-virou-o-sistema-8221-e-se-apresentou-ao-brasil/>”

o que pode ocorrer em estratos sociais tão desfavorecidos como a comunidade carcerária e o lugar urbano de onde vieram. O que pode acontecer quando o Estado não se faz presente com políticas públicas, mas é extremamente presente no exercício do controle social.

No ambiente desmedidamente violento das prisões brasileiras anterior ao PCC, que causavam sentimento de injustiça e de impunidade, quando os indivíduos não são reconhecidos e respeitados, quais tipos de reações serão evocados como resistência? Levemos em consideração que o PCC se favoreceu justamente dessa realidade violenta das prisões para se mostrar como mediador necessário (Dias, 2011). Por isso, quando o Primeiro Comando da Capital se apresenta como um grupo de solidariedade, leva-nos à reflexão de que a relação estabelecida entre indivíduos que cumprem pena de privação de liberdade e o PCC se constrói por elementos que vão além da capacidade de organização das prisões e das ruas pelo grupo, da busca por poder aquisitivo, medo ou meramente de uma necessidade de organização do interior prisional.

Nesse sentido, é possível apontar outros elementos que podem surgir na complexa relação entre os líderes, de facções ou não, e a comunidade carcerária. Lima e Ciampa (2012), por exemplo, discorrem que compreender a relação indivíduo-sociedade é buscar, também, entender a identidade do indivíduo, pois “a constituição do sujeito se dá em e a partir de sua inserção em uma rede de interações mediadas pela linguagem” (Lima & Ciampa, 2012, p. 15).

Diante disso, apresentamos, a partir daqui, aportes teóricos que estarão à disposição para analisar o fenômeno das relações de poder entre detentos e aqueles nomeados líderes da população prisional, à luz das percepções mundiais e principalmente autores latino-americanos, sobre contextos atuais de sociedade, que versem sobre a construção e a necessidade de relações sociais. Vale ressaltar que o subtópico a seguir é uma reflexão sobre possíveis autores e teorias que podem vir a ser utilizados para confrontação de dados de campo.

### **1.3.2 Autores e suas obras**

Dois dos autores escolhidos para estruturar esta pesquisa são Michel Foucault e Axel Honneth, que, segundo Nascimento e Schio (2019), partilham algumas concepções sobre teoria crítica na atualidade. A partir da década de 1970, com o advento de vários movimentos sociais, a concepção clássica de indivíduo passou a ser questionada e estudada. O indivíduo reduzido a um sujeito da classe trabalhadora, dominado por uma classe capitalista detentora de poder já não era suficiente para responder ao fenômeno dos novos movimentos sociais. Lutava-se não mais apenas por respeito em suas funções de trabalho, mas, por exemplo, para que sua cor, raça, gênero ou orientação sexual fossem respeitados e reconhecidos. Honneth percebe então a necessidade de atualizar a concepção de indivíduo definido na teoria crítica e, conseqüentemente, a definição de dominação e poder. Por isso, ele afirma que a nova



concepção apresentada por Foucault pode ser parte da solução para esse impasse (Nascimento e Schio, 2019), pois o autor apresenta uma concepção de que indivíduo não pode ser reduzido a um/a trabalhador/a, dominado por aquele que detém o poder soberano, mas deve ser pensado como alguém constituído nas relações cotidianas de poder. Segundo Nascimento e Schio, 2019), Foucault propõe uma nova análise para as relações de poder em que este vai além de uma coisa ou de algo dado, mas é algo exercido em todas as relações, indo das mais cotidianas até chegar às relações de poder entre o estado soberano e a sociedade. Assim, o indivíduo é entendido como aquele que se constrói em suas relações sociais, levando em conta que toda relação é uma relação de poder. Essa nova análise de poder representou para Honneth uma possível ferramenta de “emancipação ou autonomia do sujeito” (Nascimento & Schio, 2019, p. 438).

Em suas análises de grupos e suas manifestações, Honneth (2013) pretende tratar, prioritariamente, de movimentos sociais. Mas ressalta, para isso, a necessidade de se quebrar os conceitos negativos e positivos sobre grupos, trazidas pelas teorias sociológicas e psicanalíticas, alegando que é preciso uma terminologia que “seja neutra frente às alternativas positiva e negativa de inserção do eu no grupo” (p. 56).

As definições de grupo são típicas de cada época, inseridas em contextos históricos, por isso adquirem particularidades, seja para se definir uma massa submissa, uma gangue ou movimento social (Honneth, 2013, p. 58-59), sem riscos de haver uma generalização do termo. De qualquer modo, o grupo é um mecanismo social necessário para auxiliar na estabilidade e nas ampliações pessoais do indivíduo. Honneth (2013) acredita que o reconhecimento é a força motriz dos grupos. Para ele, o indivíduo necessita ser reconhecido e, por isso, lança-se em agrupamentos sociais, com a pretensão de busca por pertencimento, a aquisição de autoconfiança e autoestima. É no processo de reconhecimento mútuo que o indivíduo constrói sua identidade e toma para si as habilidades e normas sociais.

Para dialogar com Honneth e com o objetivo da pesquisa, escolhemos também a psicologia social de George Mead e sua teoria sobre reconhecimento social (1972), pois “a única tentativa promissora de apreender conceitualmente o conteúdo pleno do significado da individualização social encontra-se na psicologia social de G. H. Mead” (Habermas, 1988, p. 185). É através da percepção de individualização de Mead, na qual ele afirma, resumidamente, que a formação do indivíduo ocorre na troca linguística entre parceiros de interação (Souza, 2011), que Honneth discorre sobre a luta por reconhecimento. Então são dois autores que conseguem dialogar tanto na construção de indivíduo, quanto no entendimento de sociedade. Já Sílvia Lane (1989) é de significativa importância em uma pesquisa que deseja captar, através do discurso, os elementos intersubjetivos que mantêm as relações de poder. A autora dará suporte para entender como os meios linguísticos imprimem verdades capazes de construir e reconstruir identidades.

## 1.4 Hipótese

A hipótese da presente pesquisa nasceu da reflexão sobre uma experiência etnográfica descrita por Massola (2017), ocorrida nos anos de 2000 e 2003, em uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), localizada, na época, na cidade de São Paulo. Esse tipo de

unidade prisional surgiu no Brasil na década de 1990, administrada por organizações não governamentais ou privadas, com o objetivo de possibilitar a humanização do cumprimento de pena dos condenados. Apesar de haver um tratamento mais humanizado em comparação com as unidades prisionais públicas, o autor observou alguns conflitos no cotidiano desses estabelecimentos, como a segregação que ocorria entre os homens encarcerados que eram escolhidos como líderes pela Apac para representar o objetivo da instituição e liderar o restante da comunidade carcerária. Entre eles, era escolhido aquele que seria responsável por “vigiar, organizar, controlar e punir os presos sob seu comando” (Massola, 2017, p. 31), denominado de “galeria”. Percebe-se que era uma tentativa de fazer o mesmo que ocorria nas prisões dirigidas pelo poder público, onde toda a organização e administração da comunidade carcerária é realizada por líderes, geralmente escolhidos por organizações criminosas. No entanto, o que se observou com o tempo foi a extrapolação desse poder. Apesar de aparentemente haver alianças pacifistas entre os galerias e os demais internos, havia relatos de violência brutal desses líderes contra seus companheiros de cela. Como consequência, os galerias eram considerados como traidores por muitos da comunidade carcerária. Ao discorrer sobre identidade prisional, Massola (2017, p. 32) observa que o exercício do “papel dos policiais ou carcereiros” pelos galerias “tornava-os desertores aos olhos dos presos, [...] traidores de um tipo intolerável dentro da cultura prisional”. O sentimento de traição alimentado contra um interno representante da repressão institucional não se fundamentou apenas pela acusação do abandono das normas da cultura prisional, mas o galeria passou a ser um estranho diante dos demais. Ele já não era mais reconhecido como um deles.

Através da pesquisa de campo de Massola (2017), chegamos à hipótese de que os laços identitários entre o galeria e o restante da comunidade carcerária se fragilizaram quando o primeiro escolheu se valer da violência para representar a administração prisional, igualando-se a um “policial” e, conseqüentemente, afastou-se do cotidiano vivido pelos demais encarcerados (Massola, 2017). O contrário se dá com a liderança escolhida pela própria comunidade carcerária, na qual o discurso de união e solidariedade e a atuação de um disciplina induzem os outros aprisionados a respeitarem sua função. Além disso, a atuação do líder favorece o reconhecimento mútuo entre eles, fundamental para fortalecer suas identidades. Quando eles se reconhecem e se identificam mutuamente, eles formam um grupo

forte que se une contra as tensões próprias de uma instituição total, como a prisão.

## 2 A POPULAÇÃO ENCARCERADA

Não cabe perguntar quem é o criminoso, porque, como colocado mais adiante, os crimes analisados pelo judiciário são apenas uma parte ínfima de todos os crimes ocorridos no Brasil. Situação que, segundo Thompson (2007), ao citar Radznowicz, dificulta descobrir a verdadeira composição da criminalidade e conhecer todos os tipos de criminosos, pois os únicos que ganham o estigma e a denominação de criminosos são as pessoas oriundas da população que mais frequenta a prisão. Nesse sentido, é mais viável perguntar: a qual população pertencem os indivíduos que compõem a massa carcerária? No período colonial, como coloca Borges (2018), o país ainda chegou a experimentar as práticas de suplício, e o que existia eram lugares improvisados, que eram utilizados para manter em vigilância as pessoas que aguardavam julgamento. Foi somente na segunda metade do século XVIII, continua a autora, que os suplícios terminaram por meio de protestos que exigiam a implantação dos modelos europeus de punições. Porém, a implantação da prisão não ocorreu nos mesmos contextos que ocorreram na Europa. Autores como Rusche e Kirchheimer (2004) e Foucault (1999) utilizam o termo “indesejável” para falar sobre o perfil dos indivíduos presos no surgimento da prisão na Europa. Na sua maioria, camponeses que ficaram à margem dos centros industriais e urbanos, pressionados a deixarem o trabalho no campo, sem se adaptar à nova realidade. Já no Brasil, o surgimento das prisões se deu em um contexto colonialista e escravocrata, e essa conjuntura social e política deu formas específicas para as prisões, mas ainda assim servindo para os considerados indesejáveis da época, que na realidade brasileira eram os negros que, recém-saídos do período escravocrata, ainda recebiam o mesmo tratamento de anterior da sociedade em que viviam. Realidade que ainda se mantém (Lourenço, 2019).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2017, o Infopen, mais da metade da população carcerária, 51%, não chegou sequer a completar o ensino fundamental. Realidade que apenas se repetiu, já que, segundo o Infopen, a baixa escolaridade já era bem expressada em relatórios anteriores do banco de dados (Infopen, 2017). Sérgio Adorno já afirmava, em 1996, que grandes parcelas da população brasileira são excluídas de seus direitos fundamentais. Segundo ele, essa situação é decorrente de problemas relacionados ao trabalho, da profissionalização, baixa escolaridade, também gênero e a própria origem regional das pessoas. Todavia, o mesmo autor chama atenção para uma exclusão que vai além dessas formas indicadas. O grande fator excludente parte, acima de tudo, da cor. Os negros, não importa a idade, se são homens ou mulheres, estão nos estratos mais inferiores da sociedade, e estes mesmos cidadãos negros “são percebidos como potenciais perturbadores da ordem social (Adorno, 1996, p. 283). E a punição passa ser, nas

palavras de Adorno, “privilégio” dos negros. O Infopen (2017) revela essa realidade. A ferramenta apresentou que até 2016, 64% dos homens em privação de liberdade eram negros (vale ressaltar que esse número é a soma de pretos e pardos, de acordo com o IBGE), diante de uma população brasileira de 53% de negros autodeclarados. Parece que a rede de relações de indivíduos negros é sempre mais patologizada (Adorno, 1996) que a dos brancos, visto que Adorno também ressaltava que os presos brancos também vêm de lugares marginalizados e desfavorecidos em acesso aos seus direitos. Mesmo assim, o número maior de prisões recai sobre a população negra, deixando evidente que além da ausência dos direitos básicos, ainda há a discriminação pela cor (Adorno, 1996).

Muito além de fatores econômicos, o indivíduo marginalizado não se sente legitimado individual e socialmente. Sem essa legitimidade ele é excluído e impossibilitado, nas suas relações, de construir uma identidade socialmente aceita. A partir de então, também passa a não se reconhecer dentro daquela sociedade que lhe negou igualdade e direitos fundamentais (Lima & Ciampa, 2012). Podemos voltar à época entre os anos de 2004 e 2012, na qual o Brasil passou por importante aumento de empregabilidade. Em paradoxo, o encarceramento aumentou significativamente (Azevedo & Cifali, 2015), acentuando o fenômeno do encarceramento em massa. Os dois fatos ocorrendo paralelamente causaram vários questionamentos e uma confusão, já que era esperado que, com a inclusão social em decorrência das melhores condições de trabalho e acesso aos bens de consumo, a criminalidade diminuísse.

Sobre esse paradoxo, podemos citar Rosana Pinheiro-Machado e Lúcia Mury Scalco (2014), que discorrem sobre o consumo durante o governo de Lula (2003-2012). A Era Lula foi marcada por várias políticas de redução da pobreza, gerando o que as autoras chamam de inclusão pelo consumo. Essas políticas permitiram que os grupos de baixa renda tivessem acesso a bens materiais que antes não podiam alcançar, por causa de sua precária situação econômica. Surgiu então uma nova classe de consumidores, que como dizem as autoras, passaram a adquirir autoestima, orgulho, uma sensação de pertencimento, através dos bens que compravam. Essas pessoas advindas de estratos sociais mais baixos reivindicaram sua “própria existência” através da aquisição de bens, era uma forma particular de enfrentar a desigualdade social.

Porém, esse acesso das classes mais pobres aos bens e lugares de consumo causou uma reação social que fez emergir toda a estrutura de segregação classista e racista do país (Pinheiro- Machado & Scalco, 2014). Um sentimento de ameaça surgiu nas classes dominantes que antes eram as únicas detentoras dos símbolos de prestígio e agora tinham que lidar com pessoas com características das classes mais pobres, ou seja, negras e negros de periferias, frequentando os mesmos lugares em que antes só transitavam pessoas abastadas. Um forte exemplo dado por Pinheiro-Machado e Scalco (2014) foram os conhecidos

*rolezinhos*, como foi chamado o passeio dos meninos e meninas de favelas em shoppings do país, no ano de 2013 e 2014, filhos dos mais novos consumidores. A presença constante desse grupo de jovens de favela e de outras periferias causou um incômodo tão grande nas classes dominantes que resultou em uma liminar da Justiça de São Paulo proibindo os passeios nos shoppings da cidade, impetrada por proprietários de alguns estabelecimentos<sup>5</sup>. O fato ficou conhecido nacional e internacionalmente, e abriu uma grande discussão sobre segregação social. Afinal, por que era tão incômodo ver pessoas de periferia frequentando o mesmo lugar que as classes mais abastadas? O problema, como explicam as autoras, não foi proporcionar acesso aos bens de consumo, mas acreditar que o reconhecimento, a identidade e a cidadania estariam garantidos dessa única forma em uma sociedade tão segregacionista como a brasileira. Tanto que a crise econômica iniciada em 2014, não só impossibilitou essas mesmas pessoas de continuarem a ter poder aquisitivo, como também gerou uma “crise existencial”. Pinheiro-Machado e Scalco (2014) concluem que a questão do reconhecimento e da inclusão vai além da inclusão pelo trabalho e consumo. Essa sociedade não está disposta, como vimos, a aceitar no mesmo espaço os estratos mais pobres da sociedade.

Braga (2012) afirma que, frente às mudanças mercadológicas decorrentes do aprofundamento dos processos de globalização, não há muito sentido em dizer que uma pessoa em privação de liberdade tem que ser socializado para se manter nas condições morais do trabalho. Com a volatilidade do mercado de trabalho, flexibilizando formas de mão de obra, a transformação para a convivência em sociedade, baseada em um discurso ético do trabalho, perde a força. Isso mostra que os conflitos gerados entre o indivíduo marginalizado e a sociedade vão muito além de fatores econômicos. Tensões são causadas por sucessivas situações de não reconhecimento que o indivíduo vivencia ao longo de sua vida, denunciando relações sociais que são insuficientes para a formação de um sentimento de autorrespeito e de valia (Honneth, 2013). Outra pesquisadora (Borges, 2018) aponta que um dos agravantes da situação carcerária no país nas décadas de 2000 e 2010 foi a criação da Lei 11.343/2006, conhecida como Lei do Tráfico de Drogas. Borges explica que depois de 2006 houve um grande salto no número de pessoas encarceradas no Brasil. Fato que lembra muito os acontecimentos da década de 1980 e início da década de 1990, quando houve um aumento de leis antidrogas, apontado como um dos determinantes para o encarceramento em massa naquela época, e que teve como uma de suas consequências o Massacre do Carandiru. Nesse mesmo ano de 2006 também houve a segunda megarrebelião comandada pelo PCC, como já foi explicado anteriormente neste trabalho.

Diante dessas situações, Alvin August de Sá afirma que o “Estado assumiu o lugar da vítima” (Sá, 2007, p. 59) – consequentemente, o transgressor da lei é colocado no lugar

---

<sup>5</sup> Veja uma das diversas liminares impetradas para impedir os “rolêzinhos”: <https://www.conjur.com.br/dl/rolezinho-metro-itaquera-janeiro.pdf>

daquele que está em dívida com o Estado, sem levar em consideração que a transgressão expressa um conflito entre o criminoso e a sociedade e o Estado, que lhe privou dos direitos fundamentais. Mesmo depois de cumprir a pena, o conflito social continua porque os motivos que antecedem o crime foram intensificados pela precariedade em que o indivíduo foi posto dentro do cárcere. O egresso do sistema carcerário não se reconhece como parte da sociedade e vice-versa, pois a saída da prisão passa a ser o seu atestado de exclusão para o todo social (Tavares & Menandro, 2004). Assim, se não é reconhecido e nem se reconhece nessa sociedade, então por que atender às normas e valores sociais dos quais ele não faz parte? A relação de reconhecimento, na qual um ou mais indivíduos se compreendem como iguais, leva ao surgimento de uma forma complexa de autorrelação, a qual esses indivíduos concebem-se como membros competentes de seu ambiente social. De certa forma, o devir da autonomização está entrelaçado com o processo de socialização, pois somente pode cumprir com as normas e habilidades socialmente esperadas aquele sujeito que as assumiu para si como o núcleo prático de sua própria autocompreensão (Honneth, 2013, p. 64). Essas normas não são, então, norteadoras da sua forma de existir.

O indivíduo procura um grupo que o aceite e que reconheça suas carências como sendo legítimas e importantes. Um lugar onde sua capacidade de decisão é respeitada (Honneth, 2013). Então, é a partir das normas e princípios desse grupo que ele vai nortear sua vida e se autocompreender. O crime se torna, dentre as escassas opções que lhe são oferecidas, a única forma de “fazer valer seus direitos, dentro de uma história em que quase tudo lhe foi negado, pelo que até psiquicamente se fragilizou e sua personalidade se deteriorou” (Sá, 2007, p. 65).

Thompson (2007) argumenta, como já mencionamos, que uma ínfima parcela dos delitos faz o percurso jurídico, compreendido como o conjunto de etapas que vão desde a denúncia até a prisão. Quer dizer que, de todos os delitos cometidos, muitos ficam sem ser denunciados nem chegam até o fim do julgamento e à ordem de prisão. De acordo com o autor, apenas a população que percorre todo o caminho jurídico é rotulada como criminosa, marginal, delinquente e perigosa. Já a maior parte dos crimes e delitos não chega nem a ser relatada, registrada, nem resulta em investigações. Dentre tantos motivos, encontra-se o suborno, prevaricação (pedido de favores, por exemplo) ou porque são cometidos por agentes representantes do Estado, como os próprios policiais, por vezes não relatados por medo de serem vistos como os “traidores da classe” (Thompson, 2007, p. 9); desistência da vítima em relatar o crime, por desacreditar na justiça; servidores públicos da polícia que não relatam o crime, ou por causa da lotação de casos para investigação. Sobre este último, Thompson relata um exemplo interessante que evidencia a incapacidade do aparato judiciário de analisar todos os atos que vão contra as leis brasileiras.

Em 1980, a polícia paulista, vendo-se frustrada em campanha empreendida na busca de melhoria de vencimentos, rebelou-se, ameaçando entrar no que chamou de “greve legal”: se não houvesse o aumento reivindicado, seriam instaurados inquéritos para todos os eventos objeto de registro, ou seja, obedecendo literalmente à determinação da lei, abandonaria o recurso aos acautelamentos. Atender a ela foi a solução encontrada pelo Estado, pois verdadeiro pânico nascera da intimação lançada pelos agentes da autoridade pública. De um lado, inexistia fórmula apta a impedir o cumprimento da ameaça: ninguém poderia punir os policiais por obedecerem à lei (ou olhando de outro ângulo, por se recusarem a agir fora da lei). De outro lado, caso nascessem inquéritos de todos os registros, o judiciário estaria afogado em uma semana, mortalmente paralisado, sem sequer espaço físico para amontoar a avalanche de papel que para lá jorraria das delegacias. (Thompson, 2007, p. 13).

Curioso caso de fazer greve, com a ameaça de fazer exatamente o que a lei manda aos policiais. A prática de acautelamento, segundo o autor, é a autonomia dada aos policiais para arquivar sindicâncias que ainda estão sob o poder da polícia, quando julgarem necessário. Prática que resulta em muitas denúncias não enviadas para investigação. A discriminação nos ocorre quando consideramos, no meio de tantas denúncias de crimes, quais delas são escolhidas para percorrer todo o caminho judiciário. “A população prisional representa uma parcela diminuta no que concerne aos criminosos assim etiquetados pela ordem formal, os quais, por seu turno, configuram reduzido número da criminalidade total” (Thompson, 2007, p. 19). Já aqueles que conseguem fugir do caminho judicial, são reconhecidos geralmente por

outros termos como “desonesto, imoral, imerecedor [sic] de confiança, esperto, impiedoso, duro homem de negócios, nunca, contudo, um verdadeiro delinquente, um bandido, capaz de merecer as atrozes torturas de uma penitenciária” (p. 54). Assim, a ideologia dominante nos convence de que o crime é um lugar que pertence àqueles que possuem traços básicos – como cor e aspectos físicos, modo de falar – de pessoas pobres. Como consequência de que mais da metade da população encarcerada é negra (preta ou parda), eles ganham a denominação de criminosos, pois a sociedade respalda todo e qualquer tipo de discriminação sobre essa população (Borges, 2018), mesmo que não tenha nenhum problema com a Justiça.

Em suma, a pessoa encarcerada geralmente vem de uma população negra, pobre, moradora de espaços marginalizados, como as periferias urbanas, que teve pouco ou nenhum acesso à educação, a direitos básicos, não reconhecida pelas camadas sociais abastadas (Pedroso, 1997; Silva, 2012; Adorno, 1996). Perfil que perdura até os dias de hoje, parte de uma sociedade com cicatrizes da época escravocrata e marcada pela desigualdade social, sendo esta última uma forte característica das sociedades latino-americanas.

### **3 PROCESSO DA PESQUISA**

Diante da complexidade das relações de poder que se formam dentro do cárcere, esta pesquisa se utilizou de metodologias e perspectivas qualitativas (Creswell, 2010; Gibbs, 2009). É necessário interpretar as narrativas dos entrevistados, considerando o lugar social que eles ocuparam enquanto estiveram presos, pois uma narrativa nunca é livre, ela sempre vem atravessada de ideologias, contextos e história do indivíduo (Iñiguez, 2004; Orlandi, 2010). Além disso, os relatos devem ser confrontados dentro de um conjunto de teorias contemporâneas, já que a análise envolve, também, “teorias, aplicações críticas e outras dimensões investigativas acadêmicas” (Iñiguez, 2004, p. 8).

É também descritiva (Gil, 2007), já que procuro expor “características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2007, p. 42). Nesse caso, refere-se à descrição do cotidiano carcerário e das relações que se estabelecem entre os apenados e os disciplinas, dentro do contexto atual das prisões brasileiras, sobretudo as paulistas. Pode ser entendida, também, como exploratória, porque visa levantar questões sobre o tema, mais que testar hipóteses, especialmente tendo em vista o número relativamente pequeno de trabalhos sobre a relação entre pessoas aprisionadas e disciplinas em situação de expansão das facções criminosas, além do fato de nos utilizarmos de “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão” (Selltiz et al., citado por Gil, 2007, p. 41). As narrativas dos entrevistados são heterogêneas, desde aquele participante que se queixou das punições impostas pelos líderes e facções, até aquele que observou a massa carcerária do seu lugar mais alto na hierarquia, o próprio líder. E até a mim, que interpreto e percebo os discursos através do meu lugar de pesquisadora, pouco conhecedora da realidade



carcerária paulista (já que a maior parte do contato que tive, além dos entrevistados, foi com a literatura, somente).

Os procedimentos escolhidos para a elaboração da pesquisa de campo visaram a realização de levantamento de dados, através da utilização de técnicas padronizadas e sistemáticas, que possibilitaram obter “opiniões, atitudes e crenças” (Gil, 2007, p. 42), junto a um grupo específico de indivíduos, nesse caso, homens egressos do sistema prisional brasileiro. Então, para a coleta de informações, utilizou-se entrevistas semiestruturadas, com perguntas que norteiam temas relacionados ao mundo carcerário e às relações que se formam nesse ambiente, dirigidas diretamente ao participante, único que pode fornecer informações sobre o cotidiano de quem vive diretamente o dilema de estar preso e, também, por ser alvo direto das relações de poder que se formam dentro do cárcere.

Essa ferramenta de coleta de dados possibilitou o acesso à heterogeneidade das narrativas, somada aos silêncios, risos carregados de significados, olhares desconfiados, resistência a contar os fatos, e colaborou para que os relatos fossem entendidos não apenas como meras palavras que formam enunciados ou simples descrições e informações opacas, mas como todo o conjunto de coisas, comportamentos, atos falhos, os silêncios diante de uma pergunta, as alterações de voz, se demora ou não a responder. Além disso, ainda houve a oportunidade de fazer comparações entre as narrativas dos entrevistados que passaram pelas mesmas experiências no sistema prisional, mas perceberam essas vivências de formas diferentes. Diante dessas descobertas que ultrapassaram a mera tentativa de comprovar a hipótese sobre os elementos intersubjetivos necessários para verificar a questão de identidade, optamos pela Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016), para fazer a organização, decodificação e interpretação dos dados que, segundo a autora, “enriquece[m] a tentativa exploratória e aumenta a propensão para a descoberta” (p. 35). Nesse primeiro momento, fizemos uma análise mais geral das entrevistas, a chamada leitura flutuante, definida como uma “leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões e hipóteses” (Bardin, 2016, p. 75). Trata-se de uma leitura mais livre, flexível e geral, com menos interferência de teorias pré-definidas, e mais ligada ao próprio saber e competências do/a analista (Bardin, 2016), que nos dará base para a elaboração de outras categorias/temas de análise. Já as demais análises, comparamos com um processo de camadas, sendo que a cada releitura das entrevistas descobrimos uma camada mais profunda a ser analisada.

Quanto a esse alcance teórico, à primeira vista, escolhi Axel Honneth. No entanto, no processo da pesquisa, notou-se que as descobertas feitas através dos dados transbordam a uma teoria, por isso não se pôde fugir da necessidade de evocar outros autores para completar o dispositivo de interpretação, seja para completar ou confrontar com os dados. A solução mais viável encontrada foi utilizar Honneth como um fio que conduz a outros autores, que concordem ou não com ele, ou que sigam na mesma linha de pensamento contemporâneo. Por trás da teoria do reconhecimento, há uma série de outras teorias que se constituem ou que

sustentam as proposições do autor, e outros mais que mostram as lacunas de sua teoria. Ou seja, a pesquisa, mesmo com sua abrangência, está delimitada pelas teorias escolhidas e pela percepção da pesquisadora. Essa incompletude é necessária para abrir caminho para outros questionamentos e pesquisas futuras sobre o mesmo tema.

### Processo de pesquisa

Foram entrevistados 15 homens egressos do sistema prisional brasileiro, com idades entre 25 e 60 anos, que cumpriram penas nas prisões do estado de São Paulo. O tempo de privação de liberdade dos entrevistados variou entre pequenas detenções que duraram meses, até aquelas que duraram quatro, cinco e até onze anos. O tempo de encarceramento é importante para se ter ideia do grau de institucionalização, pois quanto mais tempo preso, mais internalizada se torna a cultura prisional naquele indivíduo (Dias, 2011). Antes de chegar até eles, houve o primeiro plano para se escolher um local adequado para encontrar participantes. Partii por conta própria a alguns lugares que, segundo me havia sido informado, acolhiam pessoas em situação de rua. Por causa de uma pesquisa que realizei no ano de 2017 também com egressos das prisões, já tinha a informação de que geralmente nesses lugares, há um significativo número de pessoas que já cumpriram pena de privação de liberdade.

Na primeira casa de acolhimento que procurei, informaram-me que era preciso autorização da Prefeitura da cidade de São Paulo para realizar as entrevistas. Entrei em contato com o setor de pesquisas da Prefeitura e no mesmo dia recebi um e-mail com todas as instruções burocráticas para o pedido. Depois que apresentei o projeto de pesquisa, o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o parecer de aprovação do Comitê de Ética Nacional, em duas semanas assinei um Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de São Paulo, autorizando o meu acesso às casas de acolhimento administradas pelo município.

Em outubro de 2019, entrei em contato com duas instituições de acolhimento. Em uma reunião com os responsáveis pela primeira casa, ficou decidido que as visitas seriam uma vez por semana e que a assistente social e o psicólogo fariam uma lista com o nome dos internos que gostariam de participar da pesquisa em cada semana. Já na segunda instituição, ficou combinado que a procura pelos entrevistados ocorreria no momento da minha visita, junto com a assistente social de plantão. Assim, a cada semana eu revezava entre as duas primeiras casas de acolhimento com as quais consegui contato. Já no último mês de pesquisa de campo, consegui fazer uma entrevista em uma terceira instituição, mas por falta de mais participantes, logo retornei às duas primeiras casas de acolhimento. E foi dessa forma que consegui entrevistar Antenor, Bruno, Roger, Ricardo, Leão, Corintiano, Pedro, Manoel, João Paulo, Luiz, Gilson, Oston, Raul, Jean e Alemão, que me apresentaram olhares tão divergentes de único contexto. Todos os nomes são fictícios e sugeridos pelos próprios participantes no momento das entrevistas.

## Mudanças de plano

No processo da pesquisa de campo, houve a necessidade de fazer algumas mudanças no projeto. Uma delas foi relativa ao número de participantes – inicialmente, estava prevista a realização de 30 entrevistas. Porém, ao longo da pesquisa, em conversas com outros pesquisadores e com o orientador, percebi que não conseguiria aprofundar como gostaria a análise de cada uma das entrevistas no mestrado. E essa conclusão me fez decidir que 15 participantes seriam suficientes, considerando o tempo e os possíveis entraves no processo de pesquisa. Além do limitado tempo de análise, alguns desses entraves tiveram relação com pausas para feriados; as férias de dezembro de 2019 e janeiro de 2020; as demandas de rotina das instituições de acolhimento, como reuniões de equipe ou simplesmente porque não havia nenhum interno disponível no dia planejado para a entrevista, já que é muito grande a rotação de pessoas nesses lugares. Por sorte, antes que o campo de pesquisa se fechasse (seja porque em outras casas de acolhimento não havia participantes egressos do sistema prisional ou porque as duas primeiras instituições também estavam ficando sem participantes, ou ainda pelo início da pandemia pelo novo Coronavírus, em 2020), consegui finalizar todas as 15 entrevistas em um período de quatro meses.

Outra mudança que tive que realizar na pesquisa foram os seus objetivos. Inicialmente, o plano era verificar o máximo de elementos possíveis que ocorrem na comunidade carcerária, desde as relações formadas dentro dela e entre presos e agentes, os sentimentos de injustiça, percepções das penas de privação de liberdade e qualquer outro ponto de discussão que os entrevistados trouxessem. Porém, também pelas limitações do mestrado, tive que reduzir o objetivo a apenas a compreensão das relações de poder entre os homens presos e os líderes (disciplinas) e os elementos intersubjetivos presentes nessas relações.

Por fim, a terceira e mais expressiva mudança foi no foco da pesquisa, que estava totalmente direcionada para o Primeiro Comando da Capital. Após as entrevistas, e depois da leitura de vários artigos e pesquisas sobre o grupo, constatei que havia muito mais nas relações entre as pessoas encarceradas do que um simples reflexo da atuação deste grupo, e seria reducionista analisar tudo à luz da atuação do PCC. Decidi então focar nas relações entre líderes de modo geral (que nem sempre são batizados em alguma organização criminosa) e a população carcerária. Embora não seja possível não falar do PCC na pesquisa, já que a estrutura das relações de poder que se encontra hoje nas prisões paulistas se deve muito ao surgimento dessa facção, não colocarei o PCC no centro das discussões, mas sim as relações de poder entre os líderes as demais pessoas presas, levando em consideração o lugar ocupado por cada entrevistado dentro da prisão em que cumpriu sua pena.

## Desafios

A primeira dificuldade que surgiu foi a ausência de estrutura física adequada para realizar as entrevistas em uma das instituições. Não havia um local em que eu pudesse ficar sozinha com os participantes, então tive que improvisar utilizando a sala da assistente social, que, na medida do possível, deixava o lugar disponível para as entrevistas. Mas eu nem sempre podia contar com essa disponibilidade, visto que alguns afazeres da instituição exigiam que a profissional estivesse em sua sala. Apesar do grande empenho e solicitude da assistente social em me ajudar, a entrada e a saída de pessoas na sala muitas vezes desconcentravam o participante, já que tínhamos sempre que pausar a entrevista por questões de sigilo. Nas outras duas instituições de acolhimento, não tive esse problema, contei com uma sala que ficou disponível apenas para as entrevistas.

Nenhum desses entraves me desafiou tanto quanto a realidade da cidade de São Paulo. Para falar sobre isso, devo primeiro contar brevemente sobre uma pesquisa que realizei no ano de 2017, em uma pequena cidade localizada no estado de Minas Gerais, com pouco menos de duzentos mil habitantes. Lá, realizei oito entrevistas com egressos do sistema prisional brasileiro, que estavam naquele momento alojados em casa de acolhimento. A maioria dos entrevistados não estiveram presos no presídio daquela cidade, mas sim em prisões das regiões de São Paulo, Brasília e em outras cidades de Minas Gerais. Quando questionei sobre esse fato, de modo geral, eles diziam que estavam de passagem ou que escolheram aquela cidade para recomeçar a vida longe do crime. Nos primeiros minutos de entrevistas, os participantes já estavam confortáveis em contar detalhes de seus crimes e suas vivências dentro das prisões. Eram comuns os relatos se tornarem desabafos e, logo em seguida, tornarem-se novamente em relatos riquíssimos, com detalhes sobre as organizações criminosas atuantes, suas impressões, os abusos dos agentes penitenciários, suas expectativas, enfim. Com todos eles, eu consegui criar um bom *rapport*<sup>6</sup>, suficiente para colher as informações de que precisava para a pesquisa que realizei na época. E foi com essa primeira impressão que iniciei as entrevistas na cidade de São Paulo para a presente pesquisa de mestrado.

É importante frisar essa situação, porque a comparação entre a disposição dos entrevistados com quem trabalhei no ano de 2017 e esses novos entrevistados, que se encontravam em uma realidade totalmente diferente, na cidade de São Paulo, já em 2019, permite aquilatar o tamanho do desafio que enfrentei ao ajustar minhas expectativas de pesquisa. O perfil dominante foi o de pessoas desconfiadas, que tentavam sempre dar o menor número possível de informações. Um deles, temendo falar alguma coisa que o colocasse em risco, pediu para encerrar a entrevista, e sempre repetia que já não devia nada à Justiça. Além de outros dois, que nem sequer quiseram participar da pesquisa. Tive que lidar com silêncios longos, palavras ditas em voz quase inaudível, risos baixos diante de alguma pergunta e

---

<sup>6</sup> Técnica utilizada no ramo da psicologia para criar uma relação de confiança entre o profissional e o paciente, baseada na empatia. Um bom *rapport* diminui a resistência e possibilita a motivação do paciente/cliente/entrevistado para se comunicar com o profissional (Tavares, 2012)

olhares desconfiados quando eu fazia algum comentário que sinalizava que eu tinha informações sobre a comunidade carcerária, provenientes da minha primeira pesquisa realizada em 2017 e da leitura de outros trabalhos sobre o tema.

A dificuldade em chegar até os significados das narrativas logo ficou evidente, e isso, de uma forma ou de outra, pegou-me de surpresa. Algumas entrevistas ficaram engessadas, pareciam não sair do lugar. Foram em torno de 27 perguntas, mas havia relatos que não conseguiam fornecer informações mais detalhadas. Eram escondidos os fatos e as próprias impressões deles. Logo, percebi que não adiantaria seguir um roteiro prévio e que eu não encontraria a mesma leveza nas entrevistas, como as que realizei anteriormente. O clima de tensão muitas vezes acabava me afetando e eu não conseguia usar a criatividade para imprimir outro tom às entrevistas.

Entretanto, ambas as pesquisas me deram a possibilidade de comparar e entender que a tensão dizia muito do lugar (região) e da condição dos participantes. A tensão gerada pela violência que se faz mais presente na região de São Paulo é visível na fala de cada um deles, no cuidado e na desconfiança ao falar de algo tão escondido atrás dos muros das prisões, com uma realidade de violência inúmeras vezes maior que a encontrada em pequenas cidades. São Paulo é o berço da maior facção do país, o Primeiro Comando da Capital, e antes do seu surgimento, as cadeias eram conhecidas pela constante violação dos direitos humanos, assim como pela brutalidade das rebeliões e dos motins e pela instabilidade da paz entre os aprisionados. Após o surgimento dessa facção e, posteriormente, de outras, o pacto selado em meio à violência, seja uma simples regra de limpeza de cama ou cela, ainda parece ser um código que deve ser guardado em segredo por eles. Mais que isso, não é apenas dentro da prisão, mas é uma tensão que invade todos esses espaços de passagem dessas pessoas, como as próprias ruas, abrigos e bairros.

Aos poucos aprendi a conversar, deixá-los livres para trazer o que quisessem e me atentar para perceber as pequenas brechas ou atitudes que eles tomavam, que poderiam me revelar algo ou me dar espaço para chegar a um relato mais profundo, valendo-me da abertura proporcionada pela entrevista semiestruturada, e dos sentidos e significados de palavras que formam o discurso do falante, mas que ele próprio não tem noção que o constituem (Orlandi, 2010). É uma ilusão o entrevistador perguntar ao entrevistado o que ele quis dizer com tal palavra. O sentido vai além do que ele mesmo consegue entender. Um deles, não importava a pergunta que eu fizesse, jamais falava diretamente sobre o PCC, utilizava-se de outras palavras, risos e voz baixa. Às vezes, era bem taxativo comigo, mas justamente por isso, sua entrevista foi muito rica, consegui perceber os artifícios que ele utilizou para se proteger. E concluí que se havia uma preocupação com a proteção, é porque havia um perigo, um medo de ser descoberto.

O que inicialmente era uma dificuldade, gradativamente foi se mostrando uma grande possibilidade de análise. A comparação entre a experiência de pesquisa em uma pequena

cidade de Minas Gerais e outra em São Paulo me fez repensar toda a perspectiva do trabalho, que poderia ser muito mais interessante do que simplesmente descrever, quando me deparei com discursos que extrapolavam a simples descrição de situação, mas me exigiram uma significativa capacidade de interpretação e análise.

Já o progresso da análise foi feito em camadas, considerando que camada é sempre uma releitura da transcrição das entrevistas. A cada releitura, novos elementos surgem, começando primeiramente com pequenas anotações até chegar a confrontações de teorias. E cada vez que releio ou me deparo com novas camadas vão surgindo e assim também novos dados. O que me leva a crer que essas camadas são ilimitadas, pois dependem da minha percepção, dos autores que utilizarei e do meu limite de conhecimento. Muito provavelmente, se outro/a pesquisador/a fosse ler as mesmas entrevistas, novas camadas iriam surgindo. Por isso, esta pesquisa não pretende esgotar todas as formas de interpretações da realidade do cárcere.

#### **4 ANÁLISES DE RESULTADOS**

Após a primeira análise de dados, compreendi que o PCC, organização criminosa de grande importância para a população carcerária, sobretudo a do estado de São Paulo, deixou de ser o foco e se tornou pano de fundo para discutir a estrutura das relações no sistema prisional. O novo “ritmo” de convivência, fundado pelo PCC, não se limitou apenas a essa organização criminosa, mas foi se propagando para inúmeras unidades prisionais, até se integrar de vez à cultura prisional, independentemente do domínio de alguma organização. O “ritmo” foi a forma que os participantes nomearam a atual condução da massa carcerária e apontaram para além da obediência a regras e normas cotidianas, o que é novo para estas últimas duas décadas nas prisões brasileiras. O ritmo são os princípios de união, solidariedade, compromisso com a luta pelos direitos dos presos, uma forma de pensar e de entender o que é certo e errado, e que geralmente evocam afetos positivos como respeito, confiança, admiração. Anterior à isso, o que predominava sempre era uma luta constante entre gangues e grupos dentro das celas e, por isso, essa paz e o respeito pelas regras eram extremamente instáveis. Eram mais comuns as guerras e os atos violentos entre a massa carcerária do que a predominância de uma ordem social estável entre ela. Depois do domínio do PCC, tais princípios foram gradativamente normatizados como parte da cultura prisional. Isso não quer dizer que não haja mais lutas entre facções dentro das unidades carcerárias, essas guerras ainda acontecem, como narrado pelos entrevistados. Mas o que vemos hoje é uma manutenção e uma possível estabilidade dessas ordens.

Os cabeças, disciplinas, faxinas, condutores de barracos, galerias, palavra de cela ou setores são apenas algumas das denominações das lideranças responsáveis por manter a ordem na comunidade carcerária. Não cabe aqui definir a diferença de função de cada um, pois todos cumprem um papel de grande valor para a população carcerária e por isso são

respeitados da mesma forma. O intuito foi analisar e compreender de que forma os indivíduos que já estiveram em privação de liberdade assimilaram a figura de um líder, e como eram suas relações com ele. Entre os entrevistados há uma variedade de posições sociais, que às vezes se misturam. Há o membro do PCC que também foi escolhido para uma função de liderança; há aqueles que não são membros, mas se declararam companheiros do Comando; os que não são membros de nenhuma facção, mas foram escolhidos como líderes da população carcerária; há também aqueles que são distantes de facções ou lideranças e só cumprem as regras. E cada um percebe as lideranças e as atuações de organizações criminosas a partir dessa posição social que ocuparam enquanto estiveram presos, podendo ser eles pessoas envolvidas, próximas ou afastadas do convívio do que eles chamam de “cúpula” ou “alto escalão”, que são os grupos de líderes. Através dessa posição, os quinze entrevistados podem ser classificados em:

1) Aqueles que se mostraram mais envolvidos com a organização da massa carcerária. Pertencem a essa classificação: Manoel, que foi setor de esporte e é membro do PCC; João Paulo, que assumiu a função de disciplina, e se declarou companheiro do PCC; Alemão e Jean cumpriram a função de faxina e se apresentaram como companheiros do Comando. Por último, Corintiano, Gilson, Raul, Bruno, Ricardo e Antenor que afirmaram serem companheiros porque respeitam as lideranças e/ou tinham boas relações com alguma organização criminosa, mas não assumiram nenhuma função frente a comunidade carcerária.

2) Aqueles que já cometeram inúmeros delitos, por isso são considerados do mundo do crime, mas não possuem relações próximas com organização criminosa e/ou líderes. Ou seja, são aqueles que seguem as regras da prisão porque dizem que, de qualquer maneira, a organização é necessária para minimizar a violência. São eles: Pedro, Luiz e Oston.

3) Por último, os réus primários, com condenação de seis meses a um ano. Dias (2011) explica que os relatos mais ricos que conseguiu para sua pesquisa sobre o PCC foram de pessoas que já tinham muito tempo na vida do crime, inclusive vários anos na prisão. Aqueles com breves passagens, como um ou dois anos de pena, tinham discursos menos detalhados em relação aos primeiros. Da mesma forma, isso se repetiu nesta pesquisa. Além disso, como não estavam familiarizados com os comportamentos, éticas e princípios do crime e com o cotidiano da prisão, em algum momento se sentiram acuados ou ameaçados por agirem de forma diferente enquanto estiveram presos. Aqui se encontram Roger e Leão.

Diante da variedade de tipificação de crimes, tempo de privação de liberdade e/ou posição na hierarquia social da população carcerária, pude comparar as narrativas, assim como comparar a percepção de cada um sobre as lideranças e descrevê-las na seção “A liderança”. Para expor as primeiras impressões e comparações de discurso, foram utilizados trechos longos, para facilitar o entendimento do (a) leitor (a).

Houve grande dificuldade de separar os relatos em capítulos, pois a intersecção de elementos que podem ser encontrados em um só trecho: liderança, respeito, desafetos, sentimento de injustiça, ritmo. A dificuldade se torna irrisória perto da riqueza de relatos com tantos elementos.

#### **4.1 A liderança**

A análise realizada aqui é sobre a percepção que a comunidade carcerária tem das lideranças ligadas ou não às facções, para compreender os motivos que levam muitos deles a seguirem e respeitarem esse tipo de autoridade. Para tal propósito, foram selecionados tanto os trechos de pessoas que nunca assumiram nenhuma função de liderança, quanto as narrativas dos próprios líderes. Cada entrevistado assumiu uma forma de narrar sobre esse comando, a partir de sua experiência e do lugar ocupado na hierarquia social enquanto esteve preso. A diversidade de relatos deu a oportunidade de fazer um comparativo entre narrativas de líderes; de pessoas não líderes, mas que foram próximas a eles; e também daqueles que não tinham nenhuma aproximação com as lideranças. Assim, pudemos entender que esses indivíduos, mesmo com histórias socioeconômicas semelhantes, possuem percepções de mundo diversificadas, indo além de uma mera “massa” carcerária, que apenas segue o fluxo de pensamentos coletivos.

O líder é alguém que guia para a ação, através da articulação de ideias. Ele tem uma gama de discursos vistos como éticos pelos demais, capazes de despertar emoções e sentimentos duradouros (Music, 2005) em quem o escuta, naqueles que o líder comanda. Freud (2013) detalha esse fenômeno, ao explicar que, em uma massa social, as lideranças mantêm seus membros unidos e renova neles, através da propagação do seu discurso, os motivos e necessidades da constante união e acordos de convivência. Os laços emocionais são também renovados e a identificação com os líderes continua. Caso a liderança se desfaça, segundo Freud (2013), o medo toma conta daquele coletivo e volta a desconfiança<sup>7</sup>.

Os tipos de autoridades encontradas atualmente dentro das unidades prisionais, sobretudo as paulistas, concretizaram-se a partir das megarrebeliões do início da década de 2000, orquestradas pelo PCC. Vale repetir aqui a informação de que, segundo Dias (2011), no início dos anos 2000, o PCC mudou suas formas de relação com os outros presos, quando perceberam que eles não conseguiriam manter o domínio apenas pela violência física. Era preciso construir um elo de confiança entre a facção e o restante da comunidade carcerária para que houvesse maior aceitação de sua liderança. Nesse sentido, os membros da facção

---

<sup>7</sup> Aqui, houve a interpretação de alguns trechos do livro “Psicologia das massas e análise do Eu”. Um deles que pode servir de exemplo para a questão dos possíveis danos causados pelo fim da liderança: “O motivo típico para a irrupção do pânico é muito semelhante ao apresentado por Nestroy em sua paródia do drama de Hebbel sobre Judite e Holofernes. Eis que grita um soldado: “O general perdeu a cabeça!”, e de imediato todos os assírios se põem em fuga. A perda do líder em algum sentido, a perda da confiança nele, provoca a irrupção do pânico mesmo que o perigo se mantenha constante; com o fim da ligação ao líder, também acabam – em geral – as ligações recíprocas entre os indivíduos da massa”. (Freud, 2013, p.18).



também compartilham da mesma dor diante da violência que ocorre no cárcere. Por isso, o discurso de união não é apenas um método de conquista, mas é uma ferramenta pela qual o próprio líder expressa suas emoções em face do ambiente prisional, sobretudo o sentimento de injustiça diante das violações de direitos. Então, ele não só propaga, mas tem fé no seu próprio discurso (Ver Freud, 2013)<sup>8</sup>. Foi no cerne desse sentimento de injustiça compartilhado que o PCC incitou as rebeliões e, a partir daí, concretizou-se a forma de gestão social, baseada na distribuição de competências, que variam desde cuidar da faxina até tratar de assuntos esportivos, na qual cada líder tem autoridade, em determinada área, sobre os demais presos.

Freud (2013) afirma que os afetos se intensificam em cada indivíduo quando estes se organizam em “massas” (p. 15). Assim, munidos com as mesmas emoções dos demais, os líderes conseguem fácil adesão da massa comandada por eles. Um sentimento que só poderia surgir porque houve a possibilidade de se unirem. Freud (2013) ainda coloca o amor como o principal sentimento que liga os demais ao líder que guia essa massa, além de este sentimento ser fundamental para que ocorra a identificação. Em outras palavras, é necessário que haja uma carga de afeto — que segundo Freud, trata-se do amor livre de desejos libidinais — para que um indivíduo consiga enxergar o outro como um objeto de identificação (Sousa, 2013, p. 05). Então, na visão freudiana, o líder, ao provocar o surgimento de afeto positivo nos demais, seja através de sua liderança justa ou de seu discurso atrativo, consegue que os outros indivíduos, sobretudo os mais próximos da liderança, se identifiquem com ele.

Entrevistadora: Na sua própria reflexão do que você já viveu lá, por que [os líderes] são todos respeitados? Entrevistado: Todo mundo respeita porque ele que toma linha de frente, bate de frente e não sai da boca para fora. Ele foi escolhido, posso falar assim, no meio de nós, porque ele conversa, sabe dialogar, sabe resolver os problemas com algumas coisas. Então se ele faz isso, eu vou dar respeito para ele, se eu não consigo... Eu queria, mas querer não é fazer, não é poder. Já que essa pessoa faz, então... Não é admirar, mas ele tem meu voto, entendeu? Então é isso aí. (João Paulo, novembro de 2019).

São escolhidos, entre seus membros, aqueles que podem assumir liderança dentro das prisões, com papéis a serem cumpridos junto à população encarcerada. As funções consistem em ordens que permeiam as maneiras de agir, comportar-se, até mesmo gesticular, e que definem quais as penalizações para quem não as cumprir.

Entrevistadora: Não sei se eu estou sendo correta em falar que é disciplina, porque muitos dos entrevistados chamaram de “cabeça”...

Entrevistado: É um círculo que fica lá dentro que tem que fazer faxina, tem que fazer... pegar o almoço, sai de cela, não é? Se não fica bagunçado, se não ficaria bagunçado. Então é o meio mais fácil deles poder (*sic.*) manter a paz ali, manter a disciplina e ética ali, porque se não, ia ser bagunçado se não tiver isso aí lá dentro entre eles mesmos, entre nós, quer dizer. (Ricardo, novembro de 2019).

Entrevistadora: Como é a relação entre os presos?

Entrevistado: Entre nós é uma situação só, quando você chega você vai ser chamado para fazer a matrícula com os presos da facção. Nome, vulgo, o que foi, o que aconteceu, da onde você é, aonde você passou, funciona assim, sempre funcionou assim. Se você vai ficar entre nós, você pode pagar para fazer a faxina. Tudo é pago. No seu dia não, tem uma lista, mas se fosse o seu dia hoje, você pode pagar

<sup>8</sup> Aqui, Freud (2013), em suas análises sobre o antropólogo francês Gustave Le Bon, traz que, além das qualidades pessoais, um líder precisa ter a mesma fé que seus subordinados.

para alguém. Então é o seguinte, é uma cúpula. Quem manda é o disciplina. Cada raia tem um disciplina, cada raia tem uma disciplina. (Manoel, outubro de 2019).

O líder precisa ser alguém que tem influência sobre os demais, que conquistou o respeito. E isso tudo só pode ser alcançado ao dar exemplo de boa conduta.

Entrevistadora: Qual é a função do disciplina?

Entrevistado: Cuidar, agradar e ajudar e não errar. Ele não pode errar. São eles que chegam “tá precisando do quê? De comida, de remédio? Fica aí com nós para descomplicar aí”. (Raul, outubro de 2019).

De acordo com a análise das narrativas, a liderança só é possível porque há um objetivo e o líder é justamente responsável por apontar e guiar para esse objetivo em comum. Como já foi posto no capítulo *Paz, justiça, liberdade e igualdade: autorrespeito e aspectos intersubjetivos da luta por reconhecimento na população prisional*, o líder desenvolve narrativas formadas por palavras de força, como a promessa de um bem comum, a união, proteção, ajuda, etc. Palavras que vêm carregadas de significados e afetos positivos, que são ligadas imediatamente a quem as pronuncia.

Entrevistadora: Você disse que os disciplinas são escolhidos entre vocês... Entrevistado: É o dia a dia que mostra quem é quem.

Entrevistadora: Você já me respondeu a função deles. Agora você acha que é necessária essa presença? Ter essa pessoa que representa?

Entrevistado: Com certeza, que do jeito que tá, a gente não tem... vamos dizer assim, a gente precisa entrar no prédio [na cadeia], por exemplo, a gente tá precisando de higiene, a gente vai falar com os guardas e os guardas são ignorantes. Aí já que ele é ignorante, se não tiver ninguém para falar comigo, então ele vai ver quem sou eu, eu vou ser ignorante com esse guarda. Aí dali vou para onde? Eu vou para o castigo, entendeu? Aí eu tô precisando de alguma coisa, de uma escola para mim para diminuir a minha pena e eu preciso disso, eu preciso conversar com eles para ver se eles abrem uma escola. Aí eles falam “não, não vai abrir”. “Então eu quero sair o mais rápido daqui, ficar de boa na rua e vocês não querem me dar atenção, nem conversar, nem respeitar?” Aí você começa a xingar. Aí por isso que a gente procura uma pessoa certa e que fique na linha de frente, uma pessoa que respeita, porque o que ele conversa com os guardas, ele tem todo o apoio de todos nós, então respeito ele. Então ele é a minha voz e a minha atitude, de todos nós, não só minha. (João Paulo, novembro de 2019).

Essas lideranças convencem os demais de que tais ordens são para o bom convívio de todos. Esse ritmo prisional liderado por pessoas presas, transformou-se em um cotidiano comum na maioria das unidades prisionais paulistas, independentemente da presença de alguma organização criminosa. Os discursos, saberes, coesão, regras, princípios e comportamentos foram capazes de ser repetidos em inúmeras unidades prisionais, mesmo sem a presença da organização criminosa. Isso permitiu que essas relações baseadas em lideranças excedesse a própria facção, tornando-se uma forma de convivência geral. Nas primeiras entrevistas, quando a única informação em mãos era de que os líderes faziam parte apenas da estrutura do Comando, foi questionado a um dos participantes:

Entrevistadora: Como é que você se sentiria se ficasse em uma cadeia que não tivesse esse alto escalão do crime organizado? Você acha que estaria mais seguro?

Entrevistado: Deixa eu te explicar uma coisa, o alto escalão não é o Comando às vezes. Você já ouviu falar de cadeia de coisa? Cadeia de coisa o Comando não vai lá. “Ah, você é coisa. Você é coisa” que não se dá com Comando. É igual Família do Norte [organização criminosa] que não se dá com a do Sul. Então assim, vai da cadeia que você vai, do que você é. Hoje quando você chega no [ininteligível] já pergunta “você é de cadeia de coisa ou você é de qual facção?” Porque aí eles vão saber onde te jogarem, porque se não, você não dura um segundo. (Antenor, outubro de 2019).

Cadeia de “coisa”, segundo Antenor, são as pessoas que não pertencem ao PCC. O

entrevistado ficou em privação de liberdade na região de Minas Gerais. Ele se declarou companheiro e “muito querido” de uma organização criminosa, mas se negou a responder qual era a facção e se foi batizado como membro. Foi um dos entrevistados mais desconfiados, que se utilizou de vários artifícios para se esquivar de algumas perguntas. Uma forma de discurso semelhante ao de entrevistados que se mostraram companheiros de organização criminosa.

Quanto às características exigidas para uma boa liderança, a pessoa é escolhida pela facção ou pela própria comunidade, dependendo da realidade do cárcere. E sua aceitação e permanência no posto dependem da sua capacidade de persuasão. Se for considerado um bom líder, os demais presos poderão enxergá-lo como modelo a ser seguido, alguém responsável e justo na perspectiva do mundo do crime, que possa ajuizar sobre qualquer questão. Jean declarou que já foi faxina, uma função de alto poder na hierarquia de lideranças. Ele explicou uma das formas como são selecionados:

Entrevistadora: Como são escolhidas as pessoas que colocam a ordem?

Entrevistado: Geralmente é uma ideia trocada, nós sempre somos família, então eles já chegam falando “aí, família, vai ter o condutor do barraco, vai ter o condutor dessa caixa aqui”, tudo tem um condutor, qualquer problema que der, qualquer errinho que der é com o condutor. Então o condutor do barraco, se tiver um preso dando trabalho, vai lá com o condutor do barraco. Não que você não possa fazer o que quiser, é que você não pode fazer nada de errado, porque senão é ele quem vai conduzir sua vida depois, entendeu? (Jean, novembro de 2019).

Outro participante, Gilson, ficou em uma cadeia com forte domínio do PCC. Ele contou como funcionava a seleção na unidade.

Entrevistadora: Como ele é escolhido? Entrevistado: Por uma votação.

Entrevistadora: Aí é por uma votação entre vocês?

Entrevistado: É uma conversa para ver quem é mais capacitado, quem tem mais juízo e é nomeado.

Entrevistadora: Mas é o membro do PCC esse disciplina?

Entrevistado: É um membro, porque se ele falar assim “vamos quebrar tudo”, vamos quebrar tudo, mas antes de ele falar, isso tem sempre... Vamos supor, tem um presidente, tem governador e tem o vereador. Aqui fora, claro que é o presidente que manda mais que o governador, tá abaixo dele, mas para chegar a uma conclusão tem que

juntar os dois e conversar, “é isso mesmo? Então vamos mandar o povo fazer isso” [risos], e todo mundo segue ele, entendeu? Quem decide mesmo é o presidente.

Entrevistadora: Qual é a função desse cabeça, dessa pessoa que dá ordem?

Entrevistado: Olha, se eu te falar que eu sei exatamente o que ele faz, eu estaria mentindo, até porque eu nunca fiz parte disso, eu sempre respeitei as regras e é claro a gente fica sabendo. (Gilson, outubro de 2019).

Porém, outros narram que nas instituições dominadas pelo PCC, não é preciso que o líder seja um membro da organização.

Entrevistado: Tem dois tipos de disciplina, tem um na nossa cela e tem outro na cela deles [do PCC] que é mais perigoso ainda. Vamos supor, se você já tá dez anos, então você já é o disciplina dessa cela.

Entrevistadora: Então eu não preciso ser membro do PCC?

Entrevistado: Não, não precisa, não é obrigado, só se você for convidado e você aceitar. Porque aí ele vai comandar a cela, mas quem comanda ele são os irmãos. Eles sabem tudo na cadeia, mas não precisa ser do Comando, eles querem ser normal. (Raul, outubro de 2019).

Um líder deve despertar confiança entre os demais presos, para que seja digno de respeitabilidade. Caso contrário, a massa carcerária pode questionar sua autoridade, o que ameaça seriamente o “cargo”, se caso a comunidade carcerária se mostrar insatisfeita com a

administração. Um dos entrevistados contou que na prisão em que cumpriu pena, o almoço atrasou (aliás, é a queixa mais comum dos presos, um deles, Jean (nov. de 1029), citou: “Faça tudo com um preso dentro da cadeia, mas não mexa com sua comida nem com sua dormida”) e os líderes que estavam na linha de frente não conseguiram negociar com a administração carcerária. Isto é, eles não conseguiram cumprir com as obrigações prometidas por quem assume uma função de líder.

Vou te dizer uma coisa, em novembro o sistema brecou. Faltou o papel higiênico, Nescau porque tava vindo maconha no Nescau [risos], então nós parou [sic] a cadeia, “todo mundo do raio para fora”, raio por raio. Sabe o que fizeram com nós? Bonde Arsenal [organização criminosa]. Foram eles que conduziram nós. Mas voltou o papel e voltou Nescau. Tirou os caras que estavam na linha de frente que trocaram uma ideia com o diretor, e colocaram eles para o fundão, mas voltou o Nescau e voltou o papel higiênico. (Manoel, outubro de 2019).

Manoel narrou aqui a perda dos “cargos” de lideranças por um grupo que não conseguiu negociar com a administração carcerária. Os líderes mais fortes têm seus ideais focados na melhora, com discursos sólidos e ações voltadas para o benefício dos presos. Nesse ponto, as unidades prisionais que não tem lideranças ligadas à organização criminosa acabam sendo mais frágeis em relação ao poder sobre a prisão. Os líderes não possuem o mesmo poder que um líder membro de alguma facção ou escolhido por facção. Isso ocorre porque a presença de organização criminosa causa temor também na administração carcerária. Como já mencionado, em prisões dominadas por facções, a administração penitenciária só consegue ter acesso a comunidade através de diálogos entre os líderes e o diretor ou o agente penitenciário.

Entrevistadora: Como é que eles escolhem [os líderes]? São vocês que escolhem em conjunto quem vai comandar lá dentro?

Entrevistado: Não, isso aí é decisão do PCC. Tem que ser escolhido um deles, é a decisão deles. É uma pessoa que tem que estar capacitada, é uma pessoa que tem que ter o dom da liderança, uma pessoa que tem que ser inteligente, é uma pessoa que tem que ter tudo isso aí que precisa, como se fosse para uma empresa.

Entrevistadora: Todo mundo respeitava? Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Você acha que todo mundo respeitava por medo ou tinha outro motivo?

Entrevistado: Se tinha, a maioria absoluta é por respeito. Se tinha alguém que não era para o respeito, com certeza era por medo, mas era minoria.

Entrevistadora: Se o PCC de novo comandar uma outra rebelião você acha que todo mundo seguiria?

Entrevistado: Ah, sim

Entrevistadora: Na cadeia que você estava, entre todo mundo, entre administração carcerária, entre todos os funcionários, quem você achava que era a autoridade máxima?

Entrevistado: Não é, não é que a gente considerava, mas é o que é determinado ser. Tem um piloto do raio e tem um piloto da cadeia. O piloto da cadeia é a autoridade máxima. Só que mesmo assim eles respondem alguém que está acima dele.

Entrevistadora: Você acha que eles têm mais autoridade que um delegado?

Entrevistado: Não, porque não é esse tipo de autoridade, mas com certeza a palavra de um disciplina vale mais para nós do que a do diretor da cadeia.

Entrevistadora: É isso que eu queria saber. Qual é a palavra que vale mais para vocês? Entrevistado: Lógico que é a do Comando, demais! (Corintiano, novembro de 2019).

Já nas prisões não dominadas, os detentos são os que temem os policiais penais, pois o líder escolhido pela própria comunidade carcerária tem um poder limitado frente à administração da unidade, e não consegue ter uma forte influência sobre os outros presos, pois já que não é ligado a nenhuma facção, ele não pode prometer segurança aos demais. O

entrevistado Bruno (outubro de 2019) fez referência a essa questão quando explicou como foi sua experiência em uma unidade sem domínio de facção.

Entrevistado: Dormia com olho aberto e outro fechado. Ninguém dorme à noite. Eu dormia de dia, à noite eu passava a noite toda fumando cigarro.

Entrevistadora: Tinha alguém que te protegia lá dentro?

Entrevistado: Tsts [nega com a cabeça]. Tinha os capangas lá que eram nós, a gente falava assim, “quem vai ficar acordado hoje?” Aí os caras pagavam, cada um dá vinte reais para ficar aí. Foi assim que eu fui ficando, ficando, fazendo uns tramos para os caras. Saí de lá com dois mil e quinhentos reais em um mês, e vinte e cinco maços de cigarro. Aí *os policiais (sic.)* queriam pôr a mão, aí eu falei “quer pôr a mão por quê?” Eles queriam tomar o meu dinheiro e eu falei, “não vai tomar, não. Foi o dinheiro que eu ganhei aqui dentro, não ganhei roubando”. Aí eles me levaram de volta para cadeia para provar. Aí os caras, todo mundo pulou. “Não, ele fez trampo para nós aí, lavando essa louça e ganhou o dinheiro dele”, aí os caras me liberaram. Tinha um civil que me seguiu, mas eu dei um perdido nele.

Entrevistadora: Quem você acha que é autoridade máxima lá dentro?

Entrevistado: Nessa cadeia que eu fiquei é todo mundo, né, mano, todo mundo agindo certo... geralmente é mais na cadeia Grande, é na colônia, Tremembé, essas cadeias grandes que isso é mais forte [o líder é mais forte], é assim.

Entrevistadora: Então na cadeia que você ficou não tinha a presença de organizações criminosas?

Entrevistado: Então, nessa cadeia que eu fiquei não tinha, porque a cadeia é muito pequena, os caras faziam por fora, era tudo por celular, a gente tinha celular lá, mas os policiais não sabiam, aí nós resolvia tudo por fora. (Bruno, outubro de 2019).

Isso não quer dizer que não há chance de uma rebelião, por exemplo. Porém, o risco de saírem perdendo na situação é bem maior. Por causa da ausência de uma liderança mais forte, a convivência se resume em seguir as regras simples do cotidiano, sobre horário de limpeza, banho, banho de sol entre outras. Os líder sem facção não desfruta do mesmo respeito que o líder ligado à algum grupo criminoso. Quanto mais forte for o domínio, mais respeitados serão os líderes, desde aquele responsável pelo esporte até o condutor de cela, que “conduz a vida” dos presos (decide quem vive e quem morre). Gilson assim explicou:

Na verdade, só quem dá ordem é quem pode, porque se alguém que não tem poder nenhum me falar para fazer algo, eu vou perguntar “por quê?” Eu só vou obedecer quem realmente pode mandar... Porque até mesmo pelas relações entre um e outro você sabe quem tem poder. (Gilson, novembro de 2019).

Essa mudança de relacionamento entra a administração carcerária e os presos foi possível porque a organização criada pelo PCC causou um grande impacto no comportamento de funcionários das unidades prisionais, que se utilizavam, nas últimas décadas, de agressões físicas e morais, com o intuito de impossibilitar qualquer tipo de insurreição. Após a amostra que o país teve do poder de união dos encarcerados nas megarrebeliões, a relação entre comunidade carcerária e agentes penitenciários passou a ocorrer geralmente por acordos e negociações, embora ainda persistam, em algumas instituições, violência física contra os presos.

Entrevistadora: Você acha que mudou alguma coisa em relação ao Comando dentro da cadeia?

Entrevistado: Ah, mudou! Os caras começaram a agir mais devagar com a gente, né. Funcionários, até a própria tropa de choque que vai fazer essa revista na cadeia geralmente em rebelião. Eles vão de quinze em quinze dias, dependendo da cadeia. Até eles mudaram o jeito de chegar. Funcionário mudou o jeito de tratar a gente. Mudou sim, muita coisa. (Corintiano, novembro de 2019).

Aqui surge uma questão polêmica do sistema prisional. Esse “agir devagar” também sinaliza para a corrupção de agentes penitenciários<sup>9</sup>. Não é tarefa desta pesquisa explorar tal

<sup>9</sup> A corrupção de agentes penitenciários é um assunto amplamente divulgado nas mídias jornalísticas brasileiras. Segue alguns exemplos:

aspecto. Porém, não se pode deixar de citar um trecho dito por um dos entrevistados, que demonstra os diversos acordos que surgem nas relações sociais entre presos e agentes prisionais.

Entrevistadora: Mas essa equipe [de líderes] pertence à administração carcerária ou a comunidade carcerária? Entrevistado: Ah, a comunidade carcerária [ênfase]. O agente penitenciário não tem nada a ver. O agente fica com nós ou com...

Entrevistadora: Agente que fica com vocês? Como assim?

Entrevistado: É... Em todo lugar tem compra, né? Compra e venda. Em todo lugar tem compra e venda. (Antenor, out. de 2019).

Há outros trechos que evidenciaram o problema da corrupção, mas por questões de proteção aos participantes, eles não serão explorados nesta pesquisa. O importante é que o trecho acima indica que a relação entre agentes penitenciários e presos não ocorre apenas pelo temor, mas por negociações e barganhas. Goffman (1999) já falava sobre essas questões presentes nas instituições totais. A diferença é que com a diminuição da violência física, as barganhas e negociações se destacaram mais ainda nessas relações.

Isso não quer dizer que a violência física advinda dos agentes penitenciários foi eliminada do cotidiano prisional, fato constatado em diversas pesquisas, como a da Pastoral Carcerária (2016)<sup>10</sup>. Elas tendem a persistir. Só que com a reorganização social, a violência física prevaleceu de forma justificada entre os presos. Pois, as características necessárias para um líder, além de garantir que os outros presos vão seguir suas ordens, também irão justificar e buscar uma legitimação da violência que sempre é praticada somente depois de vários acordos e chances. Por isso, é dada ênfase de que os problemas são resolvidos sempre em um diálogo, principalmente com os presos primários que ainda não sabem como funciona o ritmo dentro da prisão. Porém, se a pessoa já conhece como funciona, ela terá uma penalidade maior. As punições, para eles, são uma forma de justiça. O “presta atenção”, a “primeira” e a “segunda chance”, como eles narraram, são formas iniciais de resolver o problema.

Se nós que somos famílias, se não nos juntarmos, quem vai correr por nós? Porque tem pessoas que o advogado, tem pessoas lá que é... vários tipos de pessoas, não é só uma regra de... Vamos supor, igual aqui fora, é presidente, é presidente, é governador, é governador. Não, lá não é assim, lá se você não tiver prestando como presidente, você vai sair do cargo por que a população vai tirar você. Não é assim “eu falei, tá falado”. Não. “Bate no cara, bate, mas não mata o cara, não”, porque ele tem direito de se arrepender. Ah! E outra: bateu uma vez, já era. Não vai bater mais, se pôs a mão uma vez, não vai pôr a mão de novo, só se realmente ele cometeu outro erro, você entendeu? Lá, esse negócio de aprender é muito sério. (Gilson, outubro de 2019).

---

Gonçalves, E. (2021, 12 de junho). O primeiro caso de corrupção em um dos presídios mais seguros do país. PF prendeu agente penal da penitenciária federal de Catanduvas, que recebia e entregava bilhetes de líderes do Comando Vermelho. *Revista Veja*. Recuperado de: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-primeiro-caso-de-corrupcao-em-um-dos-presidios-mais-seguros-do-pais/>

G1 Zona da Mata. (2022, 29 de abril). Operação para combater a corrupção no sistema prisional é realizada na Zona da Mata. O MPMG salientou que está sendo investigada a existência de um complexo esquema criminoso formado por policiais penais, agentes penitenciários, agentes públicos, presidiários, entre outros. *Globo*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/04/29/operacao-para-combater-a-corrupcao-no-sistema-prisional-e-realizada-na-zona-da-mata.ghtml>

<sup>10</sup> Disponível em

<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/tortura-prisional-no-brasil-e-politica-de-estado-constata-pastoral-carceraria-em-estudo>

No trecho acima, o entrevistado Gilson defendeu o uso da violência justificada. Notou-se ainda a reverência e respeito que ele tem pelas lideranças e a forma de funcionamento social entre os presos. Mesmo que ainda seja presente a violência física, e que ainda cause sentimento de raiva em quem a sofre, a forma de punição é percebida atualmente como justa. Visto que, com a renovação do funcionamento do cotidiano prisional, a probabilidade de violência física diminuiu expressivamente em comparação com as décadas anteriores, na qual a violência era desmedida, sem significado e não representava nenhum ganho para a comunidade carcerária. Nesse sentido, Freud (2013) diz que em uma coletividade, com indivíduos unidos em prol de uma causa sempre emergencial — no caso em questão a luta pela sobrevivência, acompanhado de afetos positivos, como o respeito — surge um ambiente propício para ações e princípios contraditórios, mas que conseguem coexistir, sem que haja conflito (Freud, 2013). Sendo assim, uma coletivo que tem como lema a solidariedade, pode, como explicitado na comunidade carcerária, ter como forma de justiça a violência física.

Por outro lado, mesmo com o sentimento de união compartilhado entre presos e líderes, as organizações criminosas não perderam o foco na verdadeira intenção da estratégia de liderança, que é o domínio e comercialização de drogas. Escolher boas lideranças é tão importante para garantir principalmente o domínio da prisão, por isso o discurso do líder tem que ser forte e seu comportamento deve ser coerente. Caso contrário, seu poder sobre os demais pode ser questionado. No caso de lideranças de facção, há o risco de perder o espaço conquistado para outras facções. Alemão explicou que, em muitas situações, quanto mais poder tem uma facção, menos rígidas são as regras. Da mesma forma que, quanto maior o medo de perder o espaço para outras facções, mais rígidas são as regras.

Entrevistadora: Mas por que você acha que tem essa diferença de regras de uma para outra? Porque tem algumas que eu vi que é mais rígida do que a outra entre os presos...

Entrevistado: É porque tem certas cadeias que tem mais pessoas que vestem a camisa de outras facções, entendeu? Aí o medo deles é perder o espaço. Dessa facção aqui, aí tem o A.D.A, que falam que é os capetinhas, que é o A.D.A.

Entrevistadora: O que é A.D.A.?

Entrevistado: A.D.A. é uma facção aí. O Terceiro também é uma facção. Outra é o Comando que tem em várias cadeias, tem cadeias que... Desde Sorocaba, de Sorocaba é do Terceiro, a de Prudente era do A.D.A, aí muitos outros presos dessas cadeias foram bater nas cadeiras que a gente tava [sic], aí esse era o mal, porque eles queriam tomar a cadeia do Primeiro Comando, aí pelo medo de perder o espaço, acontecia até matar os cabeças para ficar com as cadeias deles, tipo guerra de espaço mesmo, guerra de poder.

Entrevistadora: Mas acontecia de ter uma cadeia, por exemplo, e ter outras pessoas de outras facções lá dentro? Entrevistado: Lógico que tem, tem, tem várias e o PCC fazia outras situações [conflitos] também, para tomar as outras cadeias.

Entrevistadora: É por isso que você acha que as regras são mais rígidas do que as outras?

Entrevistado: Exato. É para não perder espaço, porque se não, se deixar... porque é que nem acontece nos Estados Unidos, uns querendo o poder do outro, na cadeia é a mesma coisa, guerra de poder, uns querendo ter espaço dos outros, querendo ter o que é dos outros.

Entrevistadora: E a organização dessas outras facções era parecida com a do Comando?

Alemão: Ah, não é tão forte assim. Não tem todo o poder que Comando tem. O PCC é até mundial, tem até em outros países [risos].

Entrevistadora: Mas assim, eles conseguem colocar organização ou não?

Alemão: Não, tem que ser assim. Acho que sim. Tem que ter direito, tem que ter os mesmos direitos também, senão acaba perdendo até espaço e dando para outras pessoas, para outras facções que querem

a melhora. Entrevistadora: Então você acha que eles fazem alguma coisa por vocês, para não perderem espaço? Entrevistado: Acaba perdendo o espaço, é que nem guerra de política, é um querendo fazer a melhora para querer ganhar ponto.

Entrevistadora: Ah, então de alguma forma, é preciso ganhar aceitação dos presos...

Entrevistado: Exato, é a mesma coisa na política, um lutando pelo outro, um querendo fazer para o outro, para trazer mais pessoas, quantas pessoas mais tiverem no lado deles, eles vão ganhando mais espaço... para uma melhora, se eles mostrarem só a piora, eles acabam fechando mais os espaços deles mesmo, só perdendo espaço.

Entrevistadora: Para você, qual era o principal objetivo do PCC na cadeia? Era venda de drogas, era poder ou é uma preocupação com a comunidade?

Entrevistado: Ah! A preocupação deles é poder. É um querer ganhar, um querendo mais que o outro, é guerra de poder. Poder, ambição, sempre crescer mais e mais, pelo tráfico, porque isso trazia tudo lá. Mesmo porque é [incompreensível] no mundo aqui fora, dentro da cadeia também, é pela missão.

Entrevistadora: E onde é que fica a parte de melhorar, de querer o bem da comunidade carcerária?

Entrevistado: Era trazer quanto mais pessoas no lado deles, mais espaço eles iriam ter. É que nem a política, na política quanto mais pessoas no seu lado, aí outros partidos já não tinham esses direitos, já perdem esses direitos...

Entrevistadora: Será que é por isso então que eles achavam que estavam fazendo um bem para a comunidade toda?

Entrevistado: Era, todo direito eles tinham que correr, senão eles acabavam. A população ia correr contra eles, eles podiam até perder o legado deles também, porque a população, a população também era muito [grande], se fosse correr contra facção também tinha direito deles, não era só seguir as regras deles pela opressão, não dá para oprimir, para sair da mesma forma que eles querem, entendeu? (Alemão, fevereiro de 2020).

Além disso, as ordens e formas de funcionamento se modificam, tornando-se mais ou menos rígidas, dependendo de quem assume as lideranças ou, principalmente, qual é a intenção das lideranças.

Entrevistadora: Essas pessoas que você diz que são autoridade máxima dentro da cadeia você sabe como são escolhidas? É uma escolha conjunta com todo mundo ou é um que chega e se estabelece lá como um superior? Antenor: Não. Ela é escolhida pelo currículo do crime lá fora. E do conhecimento, é... aqui a gente fala ramelar, lá dentro a gente fala vacilar. Se você vacilou, não vacilou... Eu já cheguei em lugar que, por exemplo, se você for matador você é punido por isso, porque mata as pessoas, você sabia disso?

Entrevistadora: Não, eu não sabia disso?

Antenor: É, porque se você é matador, você é punido, porque para os verdadeiros criminosos, o crime é dinheiro, e não tirar a vida dos outros. Para que tirar a vida dos outros? Vamos supor, assim como você ver na TV, o cara vai... por exemplo, o cara que roubou a farmácia, levou tudo que tinha, colocou tudo dentro do carro, voltou e matou o dono. Olha que cara babaca! Um cara desse aí... vai para o seguro onde tem policial, esturador. Por quê? Por que matar o outro? É uma pergunta sem resposta! (Antenor, outubro de 2019).

O entrevistado explicou que essa regra pode variar de cadeia para cadeia, pois depende de como o grupo de líderes irá conduzir a vivência entre os presos, e quais as intenções deles. Quanto à diversificação do discurso, percebeu-se diferentes padrões de narrativas, de acordo com o lugar social ocupado por cada um dentro da comunidade carcerária. Foi analisado também os estados emocionais dos participantes (Music, 2005), no momento em que narraram as experiências e percepções que tiveram enquanto presos. Os participantes que se declararam companheiro, membro ou que assumiram alguma função de liderança mantiveram formas similares de relatos e comportamentos. Salvo alguns casos que se destacaram e serão explorados a seguir. Para melhor entendimento, ser companheiro, de acordo com as entrevistas, significa ser alguém próximo das lideranças, da cúpula de alguma facção ou apenas concordar fortemente com as decisões dos líderes. Já os entrevistados que não assumiram nenhuma liderança, que não foram membros e nem companheiros ou próximos de alguma facção, seguiram com comportamentos e relatos bem distintos.

A começar por João Paulo, que se declarou próximo de alguma facção e deu indícios



de que já assumiu o posto de alguma liderança quando cumpriu pena. Ele se mostrou bastante cauteloso durante a entrevista, utilizando-se de artifícios para não se comprometer em seus relatos. Ele media suas palavras, policiava-se para não fornecer muitas informações, utilizava-se de silêncios, tom de voz quase inaudível em algumas respostas. Também evitou olhar para a entrevistadora, mantendo a cabeça baixa na maioria do tempo, e sempre desconfiado.

Entrevistadora: Mas você foi batizado [para ser membro do PCC]?

Entrevistado: Não... [Silêncio. Em seguida, ele levantou a cabeça e olhou para a entrevistadora] Você conhece bem, né? Não e eu nem quis. Eu... era só mais... alguém, preso lá [e sorrir]. (João Paulo, novembro de 2019).

Através das comparações de relatos ainda durante o processo da pesquisa de campo, percebeu-se que um padrão de discurso já estava se construindo. Então no momento da participação de João Paulo, e antes mesmo que ele pudesse verbalizar, já havia uma suspeita de que ele foi companheiro, membro de alguma organização criminosa ou assumiu a função de líder. Desconfiança que se comprovou quando disse em voz baixa:

Entrevistadora: Você já fez parte de alguma organização? Entrevistado: Eu já entrei na cadeia do Comando.

Entrevistadora: Mas você só entrou na cadeia do Comando isso não quer dizer...

Entrevistado: Quer dizer que eu fui um disciplina ou alguma coisa assim, mas seguindo as regras. (João Paulo, novembro de 2019).

Todavia, João Paulo assumiu um tom de voz mais alto e firme ao narrar as funções de um líder e as relações sociais entre os encarcerados. Ele focou em alguns elementos intersubjetivos que mantêm a comunidade carcerária, como a confraternização e o respeito mútuo. O entrevistado ainda explicou sobre a necessidade de haver alguém na linha de frente para manter minimamente a paz, resolver os pequenos conflitos com diálogo ou buscar o mínimo de bem-estar da comunidade carcerária. Quando questionado sobre quem dava as ordens na cadeia:

Todos nós, é como eu falei, dando respeito que se respeita, tem que ser respeitado, não... Para você ver, é uma união só. Todos nós, mas sempre tem que ter... Não como se fosse um voluntário, mas tem que ter uma pessoa, né, na linha de frente, porque todo mundo falando ao mesmo tempo, você vai entender alguma coisa? Então tem que ter alguém com uma disciplina na linha de frente para... Mais para chegar até lá e conversar com guarda. Tem essa pessoa que tem que passar e conversar com todos nós também, para a gente dar... Não é dar o aval, é chegar em um acordo, mesmo que seja para dizer, “não é isso”, ou mesmo “pode ir, esse é o certo, vai”. (João Paulo, novembro de 2019).

Ou ainda:

Entrevistadora: E todo mundo se dá bem com ele [com o disciplina]?

Entrevistado: Claro que se dá. Só que de vez em quando dá um bate fundo, que é discussão. Pode ser com guarda, pode ser entre nós, mas o certo mesmo é nós se reunir mais ainda para tentar sair daquele lugar e não se matar lá dentro, porque a gente já está no buraco, e vai se afundar mais? Não tem como, por isso que a gente tem que se reunir, conversar, querer a melhora do próximo, procurar um advogado, correr lá no Fórum, procurar para ele sair mais rápido, é isso aí. Abrir um espaço na cadeia, uma escola que não tem, entendeu? Isso é melhora e não ficar com buchicho, brigando por causa de bola, vou ficar olhando para o outro, está olhando por quê? Para quê? Para ficar olhando mim de cara feia? Não. Melhora não é isso. Melhora é querer o bem, é querer o bem do próximo e não se matar lá dentro e esquecer do mundo aqui fora. (João Paulo, novembro de 2019).

Apesar de ter assumido a posição de disciplina, João Paulo provavelmente não fez parte de nenhuma facção, mas era muito próximo da organização criminosa que dominava

uma das unidades em que ficou, ou seja, ele era companheiro.

Não, eu não estou falando de facção, estou falando do pessoal inteiro porque se fosse para falar de facção, a gente estaria falando várias facções aqui. Então eu estou falando de companheiros, amigos e a gente arruma amigos. Lá, inimigo é aquele que não quer o seu bem. Para tudo tem que ter uma disciplina. Aqui tem disciplina, não tem? Um diretor? Então, só muda o nome de diretor para disciplina e lá tem um disciplina no meio de todos nós que é respeitado, porque sabe conversar, respeitar a gente, vê que a gente precisa disso aí. Precisa de uma pessoa que debata, vai em frente, vai em cima da conversa, dá ideia, é isso aí, mas não todo mundo. Se vai todo mundo, como é que vai entender? Você acha que vai chegar em algum lugar, pelo amor de Deus? Não vai nem para frente nem para trás. Por isso que é escolhido. Para estar em uma casa assim, tem que ter sempre uma pessoa que tenha peito, toma linha de frente, segura o refrão e toma conta para não deixar faltar água, luz, comida, dinheiro para o funcionário. Então ele tem que fazer isso tudo por todos eles. Ele foi um dos escolhidos e se tiver reclamação, todo mundo vai em cima dele também. (João Paulo, novembro de 2019).

Essa politização ou enaltecimento da confraternidade entre os presos e das funções de um líder foi encontrada nos discursos de mais três entrevistados que também assumiram alguma função de liderança. Além de João Paulo, há Manoel (out. de 2019), Jean (nov. de 2019) e Alemão (fev. de 2020). Para ilustrar a forma respeitosa de narrar sobre a organização social carcerária, seguem os trechos de Manoel:

Aí nós era (*sic.*) do Comando, aí tinha que ter respeito pelos funcionários que respeita nós. Nós respeita, respeita assim, tudo que tem na cadeia tem que passar por nós. Se você mora aqui no dez e brigou, tem que passar pela gente, para trocar uma ideia. (Manoel, outubro de 2019).

Jean:

Entrevistadora: e qual é a diferença para essa [prisão] que tem a presença [do PCC] e a que não tem?  
Entrevistado: Então, porque as que tem, os caras [agentes penitenciários] tem mais medo ainda. Respeita, porque se os caras falam assim ‘vamos derrubar essa porta’, os caras se juntam. O corpo cresce do nada. E nós vai mesmo porque é o Primeiro Comando. ‘É o Primeiro Comando da Capital que está aqui, então nós vai’, e nós vai (*sic.*) mesmo, não tem jeito, se eles disserem que a gente vai invadir a sala do diretor, não tem funcionário que segure isso, eles vão chamar o G.I.A., o funcionário não segura [risos], o negócio é sério. O corpo [presos] sem a cabeça [PCC] não vai funcionar. (Jean, novembro de 2019).

E Alemão:

Entrevistado: Fui faxineiro, ajudava na alimentação, fazia... eu cuidava porque... era tipo um raio, tipo tinha uns seis, sete, tinha outras cadeias que era oito, cada um tinha disciplina, cada um tinha um setor, que eram as primeiras celas. Aí tinha que ter isso aí, um controle, uma disciplina, senão se deixasse acontecia a maior desordem, né.

Entrevistadora: Quando você diz que foi um faxineiro eu posso entender que era um faxina?

Entrevistado: É, um faxina que cuida das celas, que coloca ordem, disciplina, que tinha a palavra com pessoal. Entrevistadora: Você era a pessoa que tinha palavra com todo mundo?

Entrevistado: É, a gente ia lá conversar para melhorar, para não trazer piora, porque se não trazia poeira para todos nós, aí todo mês tinha blitz para ver se achava faca, esses negócios, drogas, aí trazia problemas. (Alemão, fevereiro de 2020).

Já os que não assumiram lideranças, mas se declararam companheiro da cúpula, ligadas ou não ao PCC, são Antenor (out. de 2019), Corintiano (nov. de 2019), Gilson (out. de 2019) e Ricardo (nov. de 2019). Antenor (out. de 2019), assim como João Paulo, mostrou-se cauteloso na sua narrativa. Ele se utilizou de um tom de voz baixo, fato que foi observado principalmente quando contou sobre alguns crimes que cometeu enquanto preso, como a fabricação de armas brancas. Entretanto, ele elevou a voz para falar sobre a reação violenta da polícia dentro das cadeias, e sobre como a lei penal é injusta. Um discurso no qual se sobressaiu o sentimento de injustiça.

Antenor também se utilizou de silêncios, seguidos de uma risada baixa. Por exemplo, quando questionado sobre quem colocava as regras na prisão em que ficou, primeiramente houve um silêncio, em seguida ele respondeu que quem coloca as regras é “uma equipe lá, já... do mais alto escalão”, com uma voz quase inaudível. Além disso, utilizava-se de poucas palavras que pudessem deixar subentendido o que queria dizer, para não responder abertamente sobre alguma pergunta. Um desses momentos já foi exemplificado no decorrer deste capítulo: “Em todo lugar tem compra, né? Compra e venda. Em todo lugar tem compra e venda” (Antenor, out. de 2019). O entrevistado não declarou ter assumido algum setor, mas disse que foi “bastante querido pelo alto escalão” (Antenor, out. de 2019), o que revela uma relação muito próxima com as pessoas que estavam no topo da hierarquia da população carcerária.

Já Corintiano (nov. de 2019), assim como Antenor, não foi batizado em nenhum grupo criminoso, mas se considerou companheiro do PCC na época de sua privação de liberdade. Cabe salientar que todas as prisões em que ele ficou eram dominadas pelo Comando. Corintiano assumiu um único tom de voz em toda a entrevista. Sempre tranquilo, de fala baixa, muito centrado nas perguntas, respondia com clareza. Ele passou o tempo todo de cabeça baixa, mas esse comportamento não parecia ser de um temor ou desconfiança, mas de um sentimento de respeito pela entrevista. O afeto mais evidente nas suas narrativas foi de reverência pelos líderes ligados ao Comando, tanto que ele expôs somente o lado positivo do domínio da facção ou de suas lideranças.

Corintiano não teve tanta cautela em expor sua proximidade com a facção, ao contrário de João Paulo e Antenor. Não foi preciso perguntar ao entrevistado qual foi a sua relação com os líderes das instituições em que passou. Ele mesmo chegou ao assunto, sem precisar ser questionado, já fazendo uma conexão entre lideranças e PCC. Fato que é compreensível, já que ele foi preso pela primeira vez em 2001, em plena rebelião orquestrada pelo Comando, época que marca a rápida expansão do PCC no domínio da população carcerária.

Quando eu cheguei na cadeia em 2001 [...] já estava assim, redondo, né? Quase redondo. Muita coisa que eu sei porque eu ouvi falar, mas eu ainda não tinha chegado na cadeia, porque os caras mesmo já vinham lutando por visita íntima há muito tempo, os caras já vinham lutando para separação desses caras que não serviam para tá... Cara malandrão que zuava com a maioria, que queriam comida, esses caras já não tinham mais quando eu cheguei, porque os caras [PCC] já vinham lutando faz tempo para gente ter isso. (Corintiano, nov. de 2019).

Há uma defesa na narrativa, que expõe todos os bônus da presença de uma liderança, mas nunca o ônus. A parte da violência dificilmente apareceu nos relatos de quem já passou por um “cargo” ou “setores”, e quando surgia, era sempre justificada. Os que declaradamente pertenciam à organização criminosa, foi possível detectar sentimentos de orgulho e reverência, como Manoel (outubro de 2019), que assumiu ser membro do PCC. A sua entrevista se difere dos demais porque, em seus relatos, foi perceptível a oscilação entre as emoções de raiva e de adoração (Graham, 2005). A raiva surgiu ao narrar situações de

injustiça por parte dos policiais e situações burocráticas dos trâmites penais. O sentimento de adoração veio logo em seguida às narrações de injustiça, quando ele descreveu abertamente como foi acolhido pelo PCC.

Entrevistadora: Por que você foi para o Comando?

Entrevistado: Por dificuldade e pouca adesão do sistema carcerário. Aí eu virei setor, setor de esporte. É o seguinte, tudo que é parte de jogo futebol, era nós que... nós que faz as coisas lá, tá certo?

Entrevistadora: Qual foi a prisão que você ficou?

Entrevistado: Peguei a CDP de Capela do Alto, e penitenciária de Mairinque, a 015. Aí nós era [sic] do Comando, aí tinha que ter respeito pelos funcionários que respeita nós. Nós respeita, respeita assim, tudo que tem na cadeia tem que passar por nós. Se você mora aqui no [cela] 10 e brigou, tem que passar pela gente, para trocar uma ideia. Não sei se você já viu como funciona as reuniões do PCC no YouTube, mas dá para ver que a reunião do PCC, aí é uma roda montada na quadra, entendeu? Nós é aquilo. Na rua eu não fecho mais, mas quem foi do PCC uma vez, é para sempre. Eu não fui excluído. Sou eu que não tô fechando mais. Mano, é o seguinte, o meu mundo é que fortalece nós. Pelo Comando, no caso, é a minha família, mandou jumbo [mantimentos] para mim porque pelo sistema eles não tinham condições. (Manoel, outubro de 2019).

Entrevistadora: A administração carcerária sabe da existência desse poder do PCC? Entrevistado: Sabe, sabe.

Entrevistadora: Vocês negociam diretamente com a administração carcerária alguma coisa?

Entrevistado: Tsts [sinal negativo], é a cúpula do PCC, o M maior que é o Marcola, que negocia, nós só para cadeia. A comunicação dentro do presídio vem pela comida, põe dentro da cumbuca, para tudo tem um jeito, só não tem para morte. Eu passei, eu passei pela cadeia e eu provo, quem comanda a cadeia é o Comando.

Entrevistadora: E quando tem um problema dentro das celas vocês levam para direção?

Entrevistado: Tsts, olha, onde eu estava era a cadeia compacta, então é oito barraco por cada raio, oito cela por cada raio. Você vacilou comigo, você deu mancada, se você não escova o dente, tem uma negligência sua ali, eu vou chegar “ó, você não escova o dente, então aqui já não dá mais, então você vai sair na hora do sol e vê se tem um outro barraco que te aceita”. Então quem manda na cadeia? O PCC. (Manoel, outubro de 2019).

Manoel deixou explícito, em seu discurso que sua admiração pelo PCC se construiu graças ao apoio que recebeu da facção nos momentos de desamparo e injustiça dentro do cárcere, quando a organização criminosa lhe supriu, com algumas regalias, a negligência do Estado.

No mesmo tom de respeito e concordância segue Gilson (outubro de 2019), um participante que se mostrou companheiro do Primeiro Comando, com relações sociais próximas aos líderes. Ele teve duas experiências, a primeira em uma instituição prisional de Goiás, onde não existia nenhuma facção e por isso, segundo ele, era mais perigosa. Já a segunda privação de liberdade foi em uma penitenciária da região de São Paulo, onde “era mais tranquilo, por quê? Porque tem regras. Eles têm as regras, tipo... acredito que para o preso é melhor”. (Gilson, out. de 2019). Ele explicitou como considera justa as ações violentas, quando são parte de uma penalidade.

Entrevistadora: então você acha que a comunidade carcerária respeita o PCC não é só pelo medo?

Entrevistado: não. De maneira alguma. Porque lá não precisa ter medo de ninguém, você tem que ter medo de, somente assim, das pessoas falsas. Vamos supor, se eu estou aqui, vamos supor que tem três pessoas aqui, eu e você e um do Comando. Aí tem uma terceira pessoa que quer te fazer mal. Junta eu e você e todos os membros e vai corrigir da forma, claro, que for necessário para fazer as regras, então é bom. Você tem a garantia de que ninguém vai te fazer mal, somente se você fizer mole, e ainda tem um detalhe, para eles fazer um mal para aquela pessoa que te fez mal, primeiro é entrado em um diálogo entre vários membros do sistema, até que se chega a um ponto em que realmente do que vai acontecer. Então, claro, é bom.

Entrevistadora: Eu o respeito então vai muito além do medo, é isso?

Entrevistado: é o respeito por saber que ali, vamos supor, alguém me acuse de algo que eu não fiz, não é

assim, *boom*, já resumindo. Não, não é bem assim. Vamos ver se realmente eu tenho culpa do que você está me acusando, entendeu? Então é só... diria que fosse uma família. É isso, ninguém respeita por medo. Quem, por exemplo, pode ter medo é a pessoa que deve, se você não deve nada, nada melhor do que você procurar o sistema [PCC] para provar que a pessoa está errada. (Gilson, outubro 2019).

Assim também foi Ricardo, que respeitava e aprovava a presença de lideranças dentro das duas prisões em que ficou. Todavia, ele não cumpriu pena em unidades dominadas por alguma organização criminosa. As prisões onde passou contava apenas com “um círculo” de disciplina, na qual cada um cumpria uma função. Ricardo seguiu com uma ordem de narrativas semelhantes a de Manoel. As narrações de injustiças no cárcere vem acompanhadas de relatos sobre a união entre os presos.

Tudo lá é terrível porque eles não oferecem muita coisa para a gente poder tirar uns dias, muito pelo contrário, eles dificultam. Os funcionários, os diretores, atendimento médico lá é horrível. Eles não dão atenção, eles oprimem a gente. É como se eu fosse um lixo, como se eu fosse um cachorro, as famílias também. Nossas famílias vão lá visitar a gente, eles humilham nós. O pessoal também, eles querem oprimir a nossa família, humilhar. Lá dentro o convívio entre nós é de harmonia e respeito um com o outro, é como se fosse a rua né? Todo lugar tem os seus problemas, tem um probleminha aqui, outro probleminha ali, mas é tudo resolvido da melhor forma, sempre da melhor forma. Tem um Jumbo que o pessoal manda, que são coisas de higiene que o pessoal manda que vem da rua, por que a comida de lá de dentro não é uma comida muito boa. Às vezes vem bichinho dentro da comida, vem vidro, vem... Eu ainda cheguei a pegar uma marmita que veio vidro dentro, pedaços de pauzinho, pedra, minha mãe me falava que lá de fora quando ela tava na fila, o cara chegou com as marmitas e deixou no lado de fora, aí ela falava que as pombas subiam em cima das marmitas, aí ela falou que era feia e a situação. Lá é feio, é horrível. A [uma tropa de choque] quando vai lá fazer revista, eles já chegam oprimindo, tacando bomba, eles dão tiro de borracha nos presos. Eles já chegam batendo em... Já vi um colega meu ser agredido, eles deram um monte de tapa na cara do moleque, e nós lá no pátio, tudo rendido, sentado, aí eles começaram a oprimir o preso lá dentro. (Ricardo, novembro de 2019).

Isso demonstra, mais uma vez, que o horror da violência está intimamente ligada aos motivos da união entre os presos. Além disso, mostra como a organização social tornou-se efetiva nas prisões. O novo ritmo despertou neles afetos positivos. Quer dizer que a comunidade carcerária passou a ter valor para eles. Então não se trata de apenas um grupo de pessoas confinadas em um local fechado. A forma de organização e o discurso e sentimento de luta fizeram emergir neles, em maior ou menor grau, um sentimento de valor pela formação de uma comunidade carcerária, a qual não era dado antes.

Ao contrário dos participantes que relataram serem mais próximos das cúpulas de lideranças, os que mantinham uma relação distante dessas figuras, possuíam uma narrativa mais técnica, pontual, quase desinteressada sobre lideranças, como Pedro (nov. de 2019), Luiz (nov. de 2019) e Leão (fev. de 2020). Entre eles, Pedro se descreveu como uma pessoa muito tranquila e sem nenhuma relação de amizade com os líderes das prisões em que ficou. Ele vivenciou o início da propagação do Comando nas prisões do estado de São Paulo, na década de 1990, tanto que ele em nenhum momento denominou lideranças como disciplina, cabeça de cela, faxina ou condutor de barraco. De imediato ele citou o Comando como liderança.

Entrevistado: Ah, eu só vejo os caras aí falar, né, de Comando, eu tive na cadeia deles também.

Entrevistadora: E como era lá?

Entrevistado: Ah, quem anda certo não acontece nada, mas se der mancada, é caixão. Entrevistadora: O senhor lembra a época que ficou preso na cadeia deles?

Entrevistado: Ah, eu passei várias cadeias deles, quase a maioria. Ficava um ano, um ano e pouco. Depois os caras me mandavam de bonde [transferência], mandava eu transferido para outro lugar. Eu tinha que ir vai fazer o quê? Tava preso...

Entrevistadora: E transferiram o senhor por quê?

Entrevistado: Ah, porque eu tenho um apelido, né, e os cara achavam que eu andava envolvido com caras de bagunça lá dentro. Aí mandava eu de bonde.

Entrevistadora: Você tinha algum problema com alguma facção criminosa?

Entrevistado: Graças a Deus, não. Tirei a minha lá de boa, ninguém mexeu comigo, ninguém falou nada. Só me orientaram, falaram assim: “Olha, nós somos do Comando, aqui é cadeia do Comando, tem que andar na linha, senão ou vai para o seguro ou vai para o caixão”. Aí eu fiquei lá de boa, não aconteceu nada, não devo nada. Quem não deve, anda bom, agora quem deve tem que ficar no seguro, tomar banho de pezinho para fora na janela, mas eu nem precisei disso. (Pedro, novembro de 2019).

Pedro, apesar de ter se mantido distante da cúpula de líderes, concordava com a sua presença. Talvez seja porque a cadeia foi o lugar mais comum e corriqueiro em toda a sua vida. Trata-se de um senhor que no momento da entrevista tinha aproximadamente sessenta anos de idade, é cadeirante e analfabeto. Segundo ele, desde muito cedo, passou por diversas cadeias. Na sua trajetória tem uma linha de acontecimentos que começa nas unidades de medida de internação provisória, quando ainda era menor de idade, passou pelo Carandiru, na qual sobreviveu ao Massacre que houve em 1992, até chegar ao momento em que o domínio do PCC veio à público, em 2001. Supõe-se que o fato de falar da organização criminosa de forma distante mostra que, além de não pertencer ou se interessar por facções, ele vivenciou o momento de maior rigidez do PCC, antes da facção mudar a forma de se relacionar com o restante da massa carcerária. Por outro lado, mesmo com o temor, Pedro afirmou que é de suma importância a presença da organização nas unidades prisionais, que transformou o lugar comum de toda a sua vida, a prisão, em um lugar menos penoso para sobreviver.

Assim como Pedro, o entrevistado Luiz não pertenceu a nenhuma organização criminosa. Apesar da relação tranquila que tinha com a cúpula do Comando, ele não era próximo. Sua meta era apenas cumprir a pena, “quietinho no meu canto, para ficar tranquilo lá dentro” (Luiz, nov. de 2019). Sobre as lideranças, que ele automaticamente associou ao PCC, sua narrativa é distante e apenas descritiva, sem muito significado para ele.

Entrevistadora: E quais as funções do PCC?

Entrevistado: Era organizar tudo, evento, dia de visita, lavar a cadeia, os raios que a gente ficava para visita no sábado e domingo. São tudo eles que fazem esses eventos de boliche, de futebol, eles que ficam na linha de frente, é eles que mandam lá. A gente tava só para cumprir o que eles falam né, as regras deles que são essas.

Entrevistadora: Como eles são escolhidos [os líderes]? É em um conjunto ou é o pessoal do PCC que escolhe? Entrevistado: Eu acho que é deles mesmo né, eles que escolhem. (Luiz, nov. de 2019).

Mesmo com um discurso distante, Luiz se mostrou a favor das lideranças ligadas ao PCC.

Entrevistadora: O senhor acha necessário a liderança do PCC?

Entrevistado: Eu acho, porque senão, ia ter muita morte dentro da cadeia. Uma cadeia assim sem facção deve ser terrível, eu nunca tirei não, mas eu acho que deve ser ruim. Vieram falar para mim que não é bom, não, viu? Infelizmente hoje em dia tudo é assim né, filha? É igual aqui, aqui tem o diretor, se não tivesse diretor, você acha que seria como isso aqui? Fala para mim? Ia ser uma baderna, não é? Se não tivesse segurança, se não tivesse assistente, os funcionários, você acha que não ia ser bagunça? Qualquer lugar precisa de um organizador, se não tiver, filha, não adianta. Vira bagunça. (Luiz, novembro de 2019).

Por último, Leão, que durante toda a entrevista aproveitou e criou várias oportunidades para enfatizar que não pertenceu ou não teve nenhuma afinidade com o crime e com a população carcerária. Por isso, não queria que sua condição fosse comparada à situação

penal do outros presos. Na narrativa de Leão se destacou a ansiedade. Ele se mostrou bastante preocupado em transmitir uma imagem que não fosse do crime. Narrou que por sua inexperiência, ele ficou em uma baixa posição na hierarquia social que formam na população carcerária. Ficou evidente seu incômodo quando ele contou sobre as obrigações do preso que ele precisou cumprir. Mesmo que fosse pequenos atos, era evidente que Leão não queria exercê-los, mas não podia fazer nada porque não tinha voz frente aos demais presos.

Eu não vou... eu não vou dizer que é Porque às vezes eu tô pagando uma coisa ali que eu não fiz aquilo ali. Foi por causa dos meus companheiros que foram eles que cometeram aquela atitude, para fazer aquele tipo de coisa, eles... São eles que têm Como eu vou dizer para senhora? Eles tem mais experiência lá dentro, eles têm mais poder de comandar dentro da cela. Eles têm poder de comandar, de administrar, de fazer o que eles querem, então você fica abaixo deles, então você fica sujeito a isso. Você fica exposto a fazer o que eles mandam, se você tomar uma ordem lá dentro, se você tem que ficar tomando conta da grade, ficar olhando, acampando, isso se chama espelho, para ver o que tá acontecendo, quem vem de lá pelos corredores, de lá para cá, para ver se vem o segurança, você fica olhando, aí... Você fica exposto na mão deles, então não tem como reclamar. Se você foi preso fez alguma coisa errada, vai ficar trinta dias dentro da cela, se tiver trinta pessoas, vinte e oito, vai ficar tudo ali dentro daquela celinha em um espaço mais ou menos assim, você fica no chão que se chama a praia, você fica na praia... (Leão, fevereiro de 2020)

Leão se sentiu limitado nas suas ações enquanto esteve preso, e não queria agir como membro de uma coletividade. Tanto que questionou por qual motivo deveria pagar por algo causado por seus colegas cela. Ele informou ainda que concordava com a funcionalidade social, mas mostrou-se incomodado com as regras, por ser réu primário.

Entrevistadora: Tinha alguma coisa que eles faziam que o senhor concordava?

Leão: Eles querem fazer o seguinte, eles querem passar para você correr pelo certo, então sempre uma vez por semana tem o piloto, o piloto chama todo mundo lá dentro e aí fazia aquela roda ali, aí o piloto conversava e ele passa uma caminhada para cada um, ele explica para nós como vai ser feito, como tem que agir, como que é, então a gente é orientado pelo piloto, toda maneira que vai ser, qualquer tipo de movimento, tudo a gente é orientado pelo piloto e a gente não pode sair fora daquilo ali. (Leão, fevereiro de 2020).

Já Raul (out. de 2019) foi o único entrevistado que teve problemas com os líderes. Dentro da cadeia chegou a sofrer diversas sanções, foi acusado de roubo por colegas, levou “presta atenção”, teve que mudar de cela, além de outras situações conturbadas com as lideranças e os demais presos. Raul tinha um comportamento muito agitado que se refletiu no seu discurso. Durante toda a entrevista ele adotou um alto tom de voz, além de falar muito rápido, a ponto de haver muitos trechos incompreensíveis na transcrição de sua entrevista. Evocou vários tipos de afetos negativos e agressivos no seu discurso, como rancor, mágoa, tristeza, revolta enquanto rememorava suas experiências no cárcere (Music, 2005). Raul, nas relações sociais da comunidade carcerária, foi aquele que deu problema, arranjou confusão e sofreu as penalidades do mundo do crime. Fato que explica porque ele guarda rancor das lideranças e colegas de cela. Sua narrativa expressou muito bem suas emoções negativas. Ele contou uma situação em que pegou enganado uma coruja (cueca) de um companheiro de cela e foi punido por líderes do PCC.

Aí eu tive que mudar de cela e foi uma confusão da peste. [Eu disse] “por que eu vou ter que mudar de cela? Por que, se eu peguei enganado?” Aí eles falaram “não, porque ele rateou”. Aí eu tentei explicar que eu peguei sem querer, aí o cara falou, “sem querer o quê, tio?” Começou a briga e tal, acabou. Mas ele são tão *perreco* lá dentro, são uns cão dos inferno! Vontade de matar todos lá dentro! Eles são tão

ruins os caras. Passou essa crise da cueca que deu esse problema todinho aí, lá por causa disso tinha risco até de morte. Aí passou dois meses. Legal. Aí mais três meses lá vem o maldito sabonete. Eu peguei um sabonete e um cara pegou meu sabonete e guarda, eu vou e pego o dele e uso, porque são as mesmas caixinhas, é tudo igual. Aí vai de novo para o debate. Entrevistadora: Mas sobrou para o senhor?

Entrevistado: Sobrou, claro, mas por quê? Porque ele pegou o meu, mas não usou. Aí deu uma confusão, briga total, até quebrar o braço eu quebrei. Lá dentro... lá é onde filho chora e mãe não vê. (Raul, outubro de 2019).

Mesmo com tudo isso, ele tem um forte discurso de confiança no PCC, quando se trata de ir contra a administração prisional. Sendo este o único momento em que ele demonstrou algum sinal de emoção positiva. Ele expressou orgulho ao falar da autoridade máxima do Comando em união com os demais presos. Embora a sua narrativa ainda estivesse carregada de agressividade.

Entrevistadora: Então você acha que se não tivesse a facção dentro da cadeia seria melhor?  
Entrevistado: Não, não seria nada! Seria pior, porque antes tinha era estupro na cadeia, era morte, espancamento. Hoje não, hoje eles mataram e sofreram para cadeia ficar da hora, assim, um doce de mamão, como falam. Hoje tá bom para tirar cadeia, mas é disciplina mesmo, só que agora muito rigorosa. Se chamar um palavrão, aí já te chamam um papo legal com você.

Entrevistadora: E quem o senhor acha que é a autoridade máxima dentro da prisão?

Entrevistado: É o Comando. Não é policialzinho não. Policial entra, nós mata ele. É tropa contra tropa. E se for um policial muito folgado aí, o cara procura onde ele mora, aí dá baixa no policial. Tipo assim, o policial folgado que quer dá pau em nós, leva lá para o corró [cela temporária]. Então quem manda ali é o Comando. Se não tivesse Comando, a gente tava ferrado também, porque os homem ia dar pau em nós, matar nós, entendeu? É, mas lá não. Falhou o café, os irmãos já começam a fazer barulho. “Cadê o café da rapaziada, seu policial? Cadê o café nosso?” Aí começa um barulho total que nem quando o G.I.R [Grupo de Intervenção Rápida] entrou lá dentro, o dia que o G.I.R. entrou lá em uma operação policial a gente tem que ficar sentado pelado, quase 20 minutos no chão, tava com as costas que não aguentava mais. Ai quando foi na hora do almoço não tinha o que comer, eles diziam “pra quê?” Nesse dia fizemos rebelião. “Cadê a comida da rapaziada, seu guarda, faz favor”. Aí a gente fez rebelião. (Raul, outubro de 2019).

Até o momento, o único ponto de convergência entre os participantes citados até agora é que todos eles, próximos ou não das lideranças, concordam com a sua presença. Eles afirmam que a comunidade prisional mudou drasticamente para melhor depois do domínio do PCC e da presença de líderes prisionais. Já Roger (out. de 2019) e Oston (out. de 2019) foram totalmente na contramão dos entrevistados anteriores. Eles não pertenceram às lideranças, não foram membros ou companheiros de nenhuma organização criminosa e muito menos concordam com a presença dessas lideranças. A vida no cotidiano prisional de ambos pode explicar essa discordância.

Roger foi um dos entrevistados mais inexperientes no mundo do crime. Ele foi preso apenas uma vez, por menos de um ano. Enquanto esteve preso, pediu para ficar na ala dos evangélicos, chamada de ala dos “abençoados”, mas devido à lotação, ele ficou com os demais e precisou suportar seu vício por entorpecentes, pois quem se declara evangélico não pode usar nenhum tipo de drogas, o que considerou um desafio para si. Durante sua entrevista, ele assumiu um ânimo assustado e surpreso enquanto contava tudo o que viu. Era perceptível que foi a primeira vez que ele teve contato com a população carcerária e suas normas. Ele também conseguiu responder abertamente sobre a hierarquia dos líderes e as relações sociais que haviam na prisão em que ficou.

Roger não concordava com o domínio do PCC, o qual ele ligou diretamente às



lideranças da comunidade carcerária, já que a única vez em que ficou preso foi em uma instituição dominada pelo Comando. Entretanto, no decorrer da entrevista, foi possível perceber que essa opinião estava, de alguma forma, ligada à sua inexperiência e seu ínfimo envolvimento com o mundo do crime, pois a cadeia não foi um lugar pelo qual ele passou com frequência. A maioria dos entrevistados frequentou várias unidades prisionais ao longo da vida ou então passou por apenas uma unidade prisional, mas em compensação cumpriu uma longa pena de privação de liberdade. Neste último caso, esses indivíduos têm o interesse de transformar a prisão em um lugar que garanta minimamente sua sobrevivência, e isso, segundo as pessoas entrevistadas mais experientes no mundo do crime, só foi alcançado a partir do domínio das organizações criminosas nas prisões. Diferente de Roger, que tem outra visão da presença das facções, especialmente do PCC.

Entrevistadora: Quem você acha que é a autoridade máxima, quem manda mesmo ali dentro?

Entrevistado: Ah, lá quem manda é o PCC, quem manda é o PCC, infelizmente. É isso que acontece, eles que mandam mesmo. Porque esse presídio, é CDP, eles que mandam, o resto do pessoal só tá trabalhando, mas quem manda é eles, porque se fosse o presídio que mandasse a droga não entrava. Droga, celular, entendeu? Então nada disso não entrava, então como eles que mandam. Se não tivesse PCC ia ser mais tranquilo, eu acho que ia. Porque não ia entrar droga, não ia ter droga, então, não ia ter matança porque um cara te mata porque você usa droga porque lá é assim, se você usa droga e não paga, eles mandam te matar. Então os cara te dão um pau, ele quebra você na madeira. Que nem eles falam, “vacilou, pode quebrar. Se não respeitou, pode quebrar”. Então essa é lei dos caras do PCC. Isso aí é hoje em qualquer lugar. Aqui fora como lá dentro... e lá dentro é pior ainda. Lá dentro os caras te quebram mesmo na madeira. Eu já vi cara sendo quebrado lá dentro, quebrado que você não aguenta nem ver. Então se não tivesse o PCC, se não tivesse Comando eu acho que seria bem melhor, não tinha tudo isso daí não. (Roger, outubro de 2019).

Roger focou naquilo que foi mais difícil para ele, o uso de drogas. Eles desconsiderou outras facções e responsabilizou o PCC como o único responsável pela entrada de drogas nas unidades prisionais. Assim como não levou em conta as mudanças na organização social ou a relações com os agentes carcerários. Com menos de um ano de sentença judicial, ele não conseguiu observar todas as variantes sociais do sistema prisional.

O segundo participante contra as lideranças foi Oston (out. de 2019), que manteve um discurso distante e não se envolvia emocionalmente na sua descrição. Não emergiu dele nenhum tipo de afeto com a massa carcerária durante toda a entrevista, exceto o desinteresse. Seus relatos, mesmo sendo ricos e detalhados, não demonstravam apego ou admiração pelas lideranças ou suas funções. Essa forma de se expressar confirmou sua posição nas relações de poder formada dentro da comunidade carcerária. Ele cumpria as regras como todo mundo é obrigado a cumprir, mas se mantinha o mais distante possível dos líderes, não houve um interesse de criar laços de amizade ou uma rede que lhe garantisse status ou proteção.

Entrevistadora: Como era sua relação com eles [líderes e facção]?

Entrevistado: Eu não, eu não fiz amizade com o cabeça, mas eu vi ele conversar na hora com os caras e tal. Entrevistadora: E como é essa convivência?

Entrevistado: É normal, a convivência deles é normal que nem a minha lá dentro, só que eles têm os status maior, né, para chegar no cara aí eu tenho que me dirigir ao palavra da minha cela, eu preciso falar com cabeça sobre alguma coisa, aí eu tenho que passar para ele o que é, entendeu? Para ele descer lá e informar ou ele vir na minha cela ou eles me levam, não é assim eu chegar na cela dele e pá, “dá licença, eu preciso falar com você”, [risos]. Não, não é assim, tem que primeiro falar com o palavra da cela depois com ele. Se eu fizer isso, daí eu tomo pau. (Oston, outubro de 2019).

Apesar de dizer que depois das facções a taxa de mortalidade diminuiu no sistema prisional, Oston não concorda com esse tipo de domínio.

Entrevistadora: Você acha que são necessárias essas ordens?

Entrevistado: Aí eu acho que não, acho que não deveria ter. Eu acho assim, esse negócio de facção vem só para atrapalhar, entendeu, por mais... é lógico que diminuiu um pouco de morte e tal, esse negócio de... sabe? Mas assim, por outro lado que eu vejo, esse sistema está muito bagunçado, bagunçou demais, a molecada hoje em dia não respeita, sabe? Eu não posso nem falar que eu sou velho e aí a garotada lá chega assim “dane-se, foda-se, não quero nem saber” e bate no peito, eles falam “quem manda sou eu e pronto”, só porque ele tem a força do lado dele que é a facção, entendeu? E eu não tô no lado de facção. Ladrão quando quer ir para uma facção, só vai mesmo para se proteger. É mais um estado na vida dele, eu acho isso. Não porque ele quer ser mesmo da facção, por que vou entrar para uma facção para dá dinheiro para facção? Que ladrão que eu sou? Vou pagar para ser ladrão? O quê? Isso não existe. [Risos]. (Oston, outubro de 2019).

Oston tem uma vasta experiência e passagens por unidades prisionais. Esse fator, por si só, poderia ter levado Oston a considerar os grupos de presos como uma família, ou ao menos demonstrar afinidade com a massa carcerária. Ele achou importante ter regras e sabe que os números de violência diminuíram por conta do surgimento de grandes facções, mas mesmo assim, ele não concordou com a presença dessas organizações criminosas. Seu discurso foi meramente descritivo sobre a situação prisional. Todos os participantes tiveram discursos variados, apesar das algumas semelhanças que estabeleceram os padrões de narrativas, mas Oston é uma amostra acentuada de como é possível haver variadas percepções de mundo, indo além de mera “massa” carcerária.

Não é necessário que cada pessoa presa esteja em consenso. Mesmo sem concordar com a estrutura dessas relações de poder na população prisional, os princípios, as regras, o comportamento cotidiano atravessa cada um de diversas maneiras. O significado dado às regras depende do laço de amizade, da aproximação e boa relação com a “cúpula”, “alto escalão” ou “sintonia fina”, como eles chamam o grupo de presos que se dividem na liderança.

Os mais próximos, como companheiros, líderes e membros de facção, veem o cotidiano prisional com um ritmo cheio de significados. Já os mais distantes e sem nenhuma relação de amizade ou companheirismo com os líderes, parece que estão na massa carcerária só para cumprir as ordens. Todavia, a maioria dos entrevistados, como se pôde constatar, concordam com a presença das lideranças, ligadas ou não ao Comando. De acordo com a interpretação dos dados, uma das razões para essa concordância é que os motivos que inflamaram as rebeliões de 2001 e 2006 continuam à espreita, como uma ameaça permanente. Eles são as próprias características de uma instituição total, sobretudo as relacionadas a violação de direitos e eminência da morte. Por isso, está presente na comunidade carcerária uma emoção que a conduz para tomar ações extremamente hostis, o medo, que prevalece frente ao risco de dissolução da massa (Freud, 2013).

Entrevistadora: Você acha que a administração pode ocupar esse lugar que disciplina ocupa que é um lugar de respeito junto à comunidade carcerária?

Entrevistado: não, não, porque se... vamos supor, polícia é polícia, bandido é bandido. Não se mistura.

Entrevistadora: você não respeitaria a ordem deles?

Entrevistado: não, porque tipo assim, os caras querem me fazer mal, eu sei disso, então eu vou respeitar um cara desse? Eu tenho medo deles e o medo que eu tenho deles me dá coragem para fazer qualquer coisa, por exemplo, se o gato é um bicho bom, mas se ele se sentir acuado, ele pode ser pior do que um cão. [Entrevistadora: Aí olha só, você não respeita a administração carcerária, porque você tem medo, porque eles querem fazer teu mal, aí você respeita o PCC...], você respeita o PCC porque eles não querem teu mal, eles não querem fazer mal, eles só querem que você... eles só querem defender a sua causa, tanto que eles não admitem estuprador ou você que matou a mãe. (Gilson, outubro de 2019).

A violência do estado foi o que motivou os indivíduos à formarem uma comunidade coesa. A negligência foi utilizada como justificativa para a presença das organizações criminosas, que propagaram as funções de lideranças, modificando de forma permanente as relações sociais. Isso quer dizer que, mesmo com a diversidade de percepções, de críticas ou concordâncias, a comunidade carcerária não tem outra opção, exceto se unir contra esse inimigo comum, enquanto houver violação de direitos no sistema prisional.

#### **4.2 Paz, justiça, liberdade e igualdade: autorrespeito e aspectos intersubjetivos da luta por reconhecimento na população prisional**

O objetivo principal da pesquisa foi explorar os elementos intersubjetivos que podem surgir no ambiente prisional paulista mantendo as relações de poder entre encarcerados e líderes, e entre as próprias pessoas aprisionadas nesse contexto de uma forma geral. Leva-se em conta, primeiramente, que toda relação, não somente líderes/massa carcerária, é composta por elementos intersubjetivos carregados de sentimentos, como estima e respeito ou medo e vergonha, que podem colaborar ou influenciar na manutenção de grupos sociais. E ainda, que os sentimentos que surgem das experiências intersubjetivas, sobretudo os sentimentos de injustiça, podem conduzir a resistências e lutas sociais (Honneth, 2003).

Enquanto a subjetividade são todos os trabalhos mentais dos indivíduos, a intersubjetividade é um processo e o trabalho conjunto entre dois ou mais indivíduos quando estes se encontram. Desta forma, pode-se dizer que a intersubjetividade é um processo inerente aos grupos sociais, onde ocorre o encontro entre vários indivíduos e do indivíduo com o meio (Fernandes, 2003). O meio se refere às condições do encontro, como o contexto, a situação, o evento, o momento ou o lugar.

O termo e o significado de subjetividade e intersubjetividade nasceram na filosofia e foram se moldando nas mãos de vários pensadores de diversas vertentes, como da própria filosofia, psicanálise e sociologia (Coelho Júnior e Figueiredo, 2004). Cada ramo deste com seus respectivos representantes que, na sua maioria, definem a subjetividade como dependente da experiência de pertencimento (Piva, Ponsi, Saldanha et. al., 2010; Mizrahi, 2017). Um deles é Hegel, que afirma que um sujeito só pode firmar e afirmar sua identidade através do reconhecimento do outro, processo que ele nomeou como *luta por reconhecimento* (Sobottka & Saavedra, 2008; Piva, Ponsi, Saldanha et. al., 2010). Para Hegel, há três formas de reconhecimento: o amor, nas relações interpessoais familiares, de amizade e relações

sexuais; o direito, “que assegura a liberdade” (Piva, Ponsi, Saldanha et al., 2010, p. 72); e a solidariedade, “que remete à socialização do indivíduo inteiro, garantindo-lhe uma forma de caráter” (p. 72).

As três formas de reconhecimento de Hegel serviram a Honneth para elaborar sua própria Teoria do Reconhecimento, como gramática moral dos conflitos sociais (Honneth, 2003), que já foi detalhada no espaço intitulado “Autores e suas obras”, na justificativa desta pesquisa. Limitamo-nos a dizer aqui que, além de se utilizar das fundamentações teóricas de Mead e da teoria da simbiose de Winnicott (Saavedra e Sobottka, 2008), Honneth vai explicando uma série de relações que começam na primeira infância, nas quais cada fase de relacionamento deve ser capaz de construir características que funcionem nas relações da vida adulta, como autorrespeito, por exemplo. Esses relacionamentos no decorrer da vida devem proporcionar experiências de pertencimento, para que o indivíduo possa construir sua identidade.

Pertencimento significa fazer parte de um “ambiente que atenda às suas necessidades” (Mizrahi, 2017, p. 22), mas esta seria uma forma idealizada de intersubjetivação. Nem sempre os relacionamentos sociais conseguem proporcionar a experiência do pertencimento. Nesse sentido, Mizrahi (2017) explica que os indivíduos sofrem pela falta de um círculo social acolhedor para que eles possam se sentir seguros e ter seus sofrimentos validados. Assim também pensa Bauman (2007), ao afirmar que os indivíduos tendem a ter seu sofrimento invalidado pela sociedade. Mizrahi dá um exemplo de como a sociedade despreza o sofrimento de classes dominadas, quando acredita que toda a pobreza poderia ter sido evitada se o indivíduo “tivesse tomado a iniciativa” (Mizrahi, 2017, p. 17). É a partir desse ponto que podem ocorrer os conflitos sociais, como explica Honneth, quando um grupo social se dá conta de que seus direitos ou sua identidade não estão sendo reconhecidos pela sociedade em geral. Honneth afirma que a identidade só pode ser estruturada no processo intersubjetivo, ou seja, na relação com o outro; e que o sofrimento causado “pela experiência do desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático” (Honneth, 2003, p. 220).

Neste capítulo, a utilização de Honneth avançará dentro das limitações que surgirem na análise, que logo em seguida serão auxiliadas pelos demais autores. As discussões mais detalhadas sobre os limites da teoria serão discutidas mais à frente, nas conclusões. Por enquanto, para a construção deste capítulo, as teorias honnethianas podem lançar luz aos atos intersubjetivos que levam à manutenção de uma organização populacional entre os presos que não surgiu, mas se concretizou a partir das rebeliões lideradas pelas organizações criminosas das instituições prisionais das regiões do estado de São Paulo, motivadas pelo sentimento de injustiça e temor da violência e morte.

## **Elementos intersubjetivos**

“Paz, justiça, liberdade e igualdade para todos os presos que estão privados da liberdade” (Manoel, outubro de 2019) (lema do PCC).

A intersubjetividade ocorre através da linguagem. O indivíduo sempre estará inserido em um grupo social e sua participação e ações necessitam da linguagem apreendida justamente nessas suas relações sociais. Segundo Lane et al. (1989), “para o indivíduo, as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significativos” (p.16). A presente pesquisa fala de homens adultos que influenciam e são influenciados pela linguagem e por seus significados, no interior das instituições prisionais. Por meio da comunicação verbal, a pessoa que representa a autoridade “é cercada de valores e de emoções que a tornam inquestionável e absoluta, reproduzindo relações sociais esperadas pelo grupo” (Lane et al. 1989, p. 35).

Entrevistadora: Esses caras que você fala... Entrevistado: É o Comando.

Entrevistadora: Como é que vocês vêem o Comando dentro da cadeia?

Entrevistado: Bom, é que hoje eu já estou muito distante desse mundo. Mas naquela época era como algo a ser seguido mesmo, o raciocínio, a ideologia. (Corintiano, nov. de 2019).

Como mostra o trecho acima, a linguagem possibilita uma forma de realidade para aquele grupo, dentro de seu contexto social e histórico. Realidade que se constitui através da comunicação, por permitir a internalização recíproca de informações, ideias, opiniões e consensos. O indivíduo transmite e recebe conhecimento, forma sua compreensão do mundo e constrói sua consciência através do veículo da linguagem. Assim se forma um indivíduo atravessado e constituído pela história e pela sociedade (Lane et al., 1989). Lane diz:

Desta forma os significados [das palavras] produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um sentido pessoal, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo” (Lane et al., 1989, p. 34).

Nesse sentido, a compreensão da realidade depende também da contextualização, pois cada um significa e ressignifica o mundo e se expressa à sua maneira, a partir do momento, da situação e do lugar em que se encontra. E é por esse motivo que esta pesquisa faz uma comparação de discursos entre os entrevistados. Cada um, dependendo do lugar social que ocupou enquanto fazia parte da população carcerária, foi atravessado de forma diversa pela ideologia dominante da instituição e do que eles denominam como “ideologia do crime”. A linguagem chega até um indivíduo, mas se transforma e ganha significados próprios de acordo com a vivência, a situação ou o contexto em que ele está inserido dentro do seu grupo social. Como anuncia o seguinte trecho, que expõe como os presos atribuem o significado de união entre eles:

Entrevistadora: Você já conviveu em uma cela que não tinha essa presença [PCC]?

Entrevistado: Já.

Entrevistadora: Qual era a diferença?

Entrevistado: não tem diferença nenhuma. Se não são eles [o PCC], somos nós [presos]. Somos nós

todos. União não é só o nome de açúcar, União é um corpo só. (João Paulo, nov. de 2019).

No decorrer da pesquisa, percebemos que a organização da comunidade prisional gira em torno dos lemas introduzidos pelo PCC no início dos anos de 1990 e fortalecidos durante as rebeliões do início dos anos de 2000. Indo além, para outros princípios que não estão no estatuto da facção, mas que são expressados nos discursos dos entrevistados e repetidos dentro do cotidiano prisional. Como união, respeito, gratidão, proteção, família, solidariedade, fraternidade, reconhecimento, fidelidade, estima, moral, integridade, fortalecimento, medo, além de outras expressões que carregam os princípios e a ética dos presos. Um dos entrevistados mostra uma tatuagem e diz o que está escrito nela:

Paz, justiça, liberdade e igualdade para todos os presos que estão privados da liberdade. Eu fechei com o Comando durante cinco anos. Lá dentro é o seguinte, eu não tinha visita, eu nunca tive visita. Eu não tinha atenção de ninguém. Era arriscado eu roubar um sabonete porque eu não tinha nada lá dentro. O cabelinho na régua. O que que eu fiz? Comando. Entrei para o Comando. Mano, é o seguinte, o meu mundo é que fortalece nós. O Comando, no caso, é a minha família. Mandou jumbo [mantimentos] para mim porque pelo sistema eles não tinham condições.” (Manoel, outubro de 2019).

Outro entrevistado comenta a situação das prisões atualmente, utilizando-se de palavras carregadas de significados bastante específicos, relacionados ao contexto prisional:

Entrevistado: É um acordo pela paz, né, porque... como eu posso te explicar? Porque antigamente era diferente, você xingava, matavam um aqui, aí mandavam você [ininteligível] se não você morria também. Então isso trouxe uma paz, agora tá um mamãozinho desse. Até na rua, se você xingar, os caras já te olham nas ideias, na rua eu acompanho muito isso, [ininteligível] ...não liga, eu sei que não é bom, sei que quando ele cair eu caio, então se está essa paz hoje em dia, temos que agradecer a uma pessoa, mesmo que eu não possa falar o nome dessa pessoa, mas a gente tem que agradecer a ele por ter uma paz dessa, tanto dentro quanto fora do presídio.

Entrevistadora: essa organização ou essa pessoa,, o que ela fez foi uma coisa boa?

Entrevistado: Nessa parte de paz foi, porque existe a igualdade. Igualdade é o quê? Se eu tiver seis irmãos, tudo vai ser dividido para os seis, então começa daí. Um ovo dividido para dois, eu comi, ela comeu, ele comeu, todos comeram. Então essa é a igualdade, o pouco que eu comi, você vai comer também. Não tem coração de mãe que sempre cabe mais um? Então é isso aí, é a igualdade. A União, você está lá de canto, sozinho, a gente chama para ficar com nós, por que vai ficar nessa tristeza aí? (Jean, novembro de 2019).

Os trechos acima dos entrevistados Manoel e Jean, ao expressarem como entendem o significado de paz, igualdade e união, reproduzem a ideologia dominante do seu grupo social e, ao mesmo tempo, apontam para todos os direitos que faltaram a eles. Não é à toa que Dias (2011) afirma que a cúpula do PCC, no fim da década de 1990 e início da década de 2000, chegou à conclusão de que a violência física aplicada diariamente não bastava para manter seu poder. Foi preciso conquistar os outros presos, para que houvesse adesão ao domínio do grupo criminoso - mas não foi tão simples. A facção colocou à frente os motivos de cunho coletivo, aqueles que atingiam todas as pessoas presas, e não apenas seus interesses individuais, relacionados à luta pelo domínio do espaço para comercialização ilícita de entorpecentes e outras atividades ilegais (Dias, 2011b). Além de afirmar que as lutas sociais vão muito além dos interesses individuais, Honneth (2003) explica também que uma das formas de desrespeito é a negação a um indivíduo de seu igual valor, em comparação aos outros membros da sociedade. Esse valor é conquistado no momento em que o sujeito possui os mesmos direitos legítimos. O asseguramento constitucional, quando cumprido, é que lhe dá

o título de pessoa de moral para participar de uma coletividade. Quando esses direitos são negados, ou seja, quando há privação de direitos legais, isso significa, para o indivíduo, que ele não tem a mesma moral que os outros membros do seu grupo social. As consequências atingem diretamente seu autorrespeito, e a pessoa se sente inferior aos outros membros da sociedade. Logo, a autoestima rebaixada causa sentimentos doloridos (Honneth, 2003). Dessa maneira, a sensação de pertencimento a um grupo que lhe supre essa carência vem acompanhada de sentimentos positivos.

“Olha, eu não sou de pagar pau, eu sou homem... Aqui a gente tem que respeitar porque é o seguinte, se você entrou para o PCC, você tem que ter respeito. (Manoel, outubro de 2019).

Manoel é membro da facção. Seu discurso foi um dos mais carregados de emoções positivas em relação à organização criminosa. Ele expressou sentimentos de respeito, gratidão e laços de afeto que foram fortalecidos no contexto de carência de direitos em que se encontrava. O caso de Manoel é semelhante à vivência da maioria esmagadora dos presos e presas, por isso as palavras adquiriram um significado tão potente e permanente, capaz de ser repetido e consolidado durante todos esses anos. A população prisional conseguiu ressignificar e reforçar cada princípio ou lema e adaptá-los à realidade do sistema carcerário (Lane et al., 1989), para que as normas dessem um valor social a cada um dos presos. Diferentemente de alguns entrevistados que apresentaram um respeito, uma concordância apenas, para Manoel, a autoridade máxima dentro da cadeia é:

O PCC, desculpa, é o PCC. As cadeias de São Paulo e cadeias federais, é o PCC. Eu conheço, eu passei... Sabe aquele cara que foi resgatado por um helicóptero? Pois é, eu fui preso com ele. Ele é braço direito do Marcola, ele é um dos chefes. Eu trabalhei para ele. Eu não tinha visita, então eu trabalhei para ele. No meu nome vinha três a quatro visitas que eu nem conhecia, só recebia, só ganhava em cima disso. Como o sistema quer a sua melhora se eles não dão oportunidade? (Manoel, outubro de 2019).

Vale salientar que Manoel não ficou em outras cadeias que não fossem dominadas pelo Comando, até porque a administração carcerária, como ele mesmo narrou, tem o cuidado de não colocar pessoas de facções diferentes e que rivalizam o domínio na mesma cela ou prisão. “Você chega na cadeia eles perguntam logo ‘quem é que fecha com Comando?’ Ou posso dizer ‘ah, eu sou oposição’, os próprios policiais que levam nós já sabem disso. (Outubro de 2019). Manoel oscilou entre falar com grande respeito da facção e criticar duramente os representantes do Estado, constituídos por policiais e demais funcionários das instituições penitenciárias. Modo de relato que informa os motivos que o levaram a seguir a facção.

Entrevistado: É o seguinte, é um mundo meio... sabe? É o oposto que nós vive, sendo que a higiene é normal entre os presos, mas os funcionários dentro do sistema querem só te prejudicar. Querem um errinho seu para te colocar no castigo e um castigo gera o quê? Seis meses de cadeia. Aí, tipo assim, para o processo, tira mais seis meses de cadeia, só depois volta o processo. É um mundo que você tem que aprender a ser gente, mas não é o mundo, é só oportunista, no meu ponto de vista. Tirei duas cadeias. A primeira eu tirei três anos e dois meses, essa agora tirei 4 anos e 2 meses. No meu ponto de vista, porque sou comunicativo, pode ver, eu tô sentado aqui, mas lá dentro é só para atrasar. Eles não querem adiantar para você ir embora, eles só querem te segurar, segurar, segurar e você quer só tá passeando pelo sol, você só quer dar uma volta. É difícil. (Manoel, out. de 2019).

Ao final da entrevista, Manoel narrou que perdeu a mãe enquanto estava preso. Esse

foi um momento em que ele expressou todos os afetos que o moviam para acompanhar a facção e se opor ainda mais ao Estado, evidenciando a privação de direitos, como um dos fatores que movem a pessoa presa para aderir às facções ou seguir/assumir uma liderança.

Então quem manda? É o crime e é o que convém, porque lá dentro se você depender de um funcionário para tomar remédio, ele vai dizer assim ‘amanhã tem enfermaria’, só que você tá morrendo agora. Sabe que horas é a janta? Quatro horas da tarde. Olha, eu vou falar para você, eu nem gosto de falar sobre isso, mas eu vou falar, eu perdi minha mãe quando eu estava na cadeia. Meu pai entrou com os papéis para que eu fosse no velório da minha mãe, eu não pude ir no velório da minha mãe, mesmo tendo boa conduta. Eu limpava tudo, ajudava na cozinha, ia na escola, pois é, mas é aquilo, os caras só querem te atrasar e judiar. É fácil, você tá algemado e eles dão um tapa na sua cara, não dá. “Cala a boca e fica de cabeça baixa”. Só quem passou e passa, é muito difícil. É um negócio que me corrói por dentro. O que mais doeu em mim foi não ver minha mãe, foi uma coisa muito dolorosa, era uma pessoa que me amava muito! [Ele começou a chorar]. Ai você entra no lugar desse com monte de cara folgado, eu pego mesmo o filho da p\*\*\*, pego mesmo! Um dia desses eu pego mesmo! Pego na madeira mesmo! [A entrevista se encerra porque ele não teve mais condições de falar].

Para reforçar, segue mais um relato de outro participante que expressa a negligência de direitos.

Entrevistadora: Você acha então que essas regras são necessárias dentro da cadeia?

Antenor: Eu acho que não. Que não. Não! Algumas, sim! A maioria da... dos carcerários... a maioria dos presos só quer pagar a pena, nada mais. Quer ficar ali sossegado, mas o estado não coopera. O estado, tipo assim, deixou... “vamos deixar... isso aqui é um chiqueiro, então vamos jogar o chiqueiro lá para longe. Deixa eles para lá. Deixa o chiqueiro para lá e vamos cuidar de nós aqui. Deixa eles esquecidos”. Investem em armamento, mas não investem em educação, em nada. Agora que as penitenciárias lá, de 5 anos para cá que foi ter escola. (Antenor, out. 2019).

Os trechos das duas entrevistas são um recorte que expõe os motivos de outros presos ou egressos para formarem um grupo que possa suprir suas expectativas e funcionar, para muitos, como um lugar de respeito compensatório (Honneth, 2013), que deveria ser proporcionado na sociedade em geral. Honneth, ao aderir à teoria sobre simbiose e objetos transicionais de winnicottiana, afirma que todo indivíduo necessita passar pelo processo simbiótico nos momentos iniciais da primeira infância, não apenas porque o ser humano necessita de cuidados físicos, mas para que haja um modelo de experiências e vivências afetivas para a criança. Quer dizer que o indivíduo precisa de um modelo, uma pessoa que seja sua primeira referência em cuidado, afetos e organização psíquica. No momento em que a criança subjetiva o modelo de realidade da/o sua/seu primeira/o cuidador/a, há a separação do que são suas fantasias e o que é realidade. O indivíduo entende, a partir desse momento, o que é ela/e e o que é a/o outra/o, o que é interno e externo. Esse processo simbiótico inicia na primeira infância, mas nunca se encerra. É um movimento que precisa ser revivido por toda a vida em seus relacionamentos, ao utilizar um outro (ou outros) indivíduo(s) como modelo não somente de realidade, mas também de fonte de afeto (Honneth, 2013).

Em relação à vida de pessoas presas, não é uma regra sem exceção, mas a maioria esmagadora compartilha, desde sua infância, vivências parecidas, marcadas por marginalização, violência no meio familiar, carência de direitos e desrespeito com sua identidade, como já foi discutido no capítulo “Quem é a população encarcerada?”. Seus primeiros cuidadores, em sua maioria, também enveredaram no mundo do crime, por



pertencerem a classes sociais marginalizadas. Por isso, nos primeiros anos de vida, muitos deles tiveram como modelo uma realidade de negligência, carência de direitos e de afeto. E no decorrer de suas histórias de vida se evidenciam o desrespeito e a falta de reconhecimento como cidadãos que fazem parte da sociedade em geral. A adesão a grupos criminosos pode ser mesmo relacionada ao engajamento a modelos familiares que se articulam de maneira complexa com esses afetos. “Meu pai era dessa época, meu pai passou aqui no Carandiru...” (Corintiano, nov. de 2019). Alguns relatos apresentam essas articulações nas histórias de vida das pessoas aprisionadas:

Entrevistadora: O que você acha que leva uma pessoa pertencer a uma facção criminosa?

Entrevistado: Revolta né, mano. Ou então nasce no berço de articulação. Isso já vem do passado. Se a família já foi do crime, ensinar uma criança lá, vai lá nascer três filhos. O pai é criminoso, a mãe pode ser do crime, se ela não der educação para eles direito, eles vão ser a mesma coisa que o pai, porque a mãe... Isso parece ser uma maldição, porque aconteceu na minha família. Eu nasci praticamente no berço do crime. Dormia com arma no meu lado quando eu tinha nove ou dez anos de idade. Armas, dinheiro. Roubavam tudo e deixavam tudo lá, quando eu era moleque. Eu vi tudo isso aí. Via o pessoal assaltando, pegar carro. Eu roubava também, ia só no caixa que tava o dinheiro, aí depois parei, fiquei no tráfico. Eu vi tudo aquilo e minha mãe não era uma pessoa que tava cuidando de mim ou que falava ‘não, não vai por esse caminho’. (Bruno, out. de 2019).

Entrevistadora: O que você acha que leva uma pessoa a se filiar [em facções]?

Antenor: Eu acho que o principal fato, eu acho porque eu vivi isso, apesar de ser de Minas. Eu acho que é a criação. Olha para você ver, eu não sei se você já foi em um barraco de favela. Você chega num barraco que você vê rato do tamanho de um elefante, todo mundo do jeito ou de outro... Tinha um amigo meu lá que tinha um barraco e dormia os quatro filhos, todos eles amasiados e ele com mulher em um lugar menor que o banheiro.

Entrevistadora: Então você acha que isso leva uma pessoa a pertencer a uma facção?

Antenor: Mas é claro, eu ainda tive sorte com essa coisa de trabalho. O problema é que eu ganhava dinheiro, mas não sabia gastar. Eu tive muita sorte até. Com vinte e dois anos de idade eu tinha duas casas, deixei casa para os meus filhos, pelo menos isso, mas é uma coisa muito rara. A questão é a criação. Você não tem isso tudo, você não tem alimentação adequada, quem tá com fome não aprende, se não tem merenda escolar. Isso aí vira um ciclo, porque aí você vai vendo isso, você vai crescendo, você vira adolescente, vai ver o cara de moto, vai vendo coisas de marca, você vai vendo mulheres, depois você não tá nem aí. (Antenor, out. de 2019).

Ressalta-se aqui que durante as entrevistas, os relatos sobre facções, população prisional, lideranças se misturaram de diversas formas. Por isso, Antenor e Bruno não falaram apenas de adesão às facções, mas também em grupos responsáveis pela liderança da massa carcerária. Retomando a questão do reconhecimento, apesar da escassa possibilidade de escolher seus parceiros de interação, por estarem em um lugar confinado, existe neles a forte necessidade do respeito e reconhecimento que deveriam ter sido vivenciados pela primeira vez na tenra infância (Honneth, 2013). E se, caso já tenham sido vivenciados, precisam ser revividos constantemente.

Nesse sentido, a análise das relações grupais tem que levar em conta as instituições que, ideologicamente, estabelecem a “distribuição de papéis sociais e representações decorrentes de atividades e relações sociais tidas como adequadas, corretas, esperadas” (Lane et al., 1989, p. 17). Dito isso, a prisão manteve as pessoas presas em uma armadilha ideológica, na qual a comunidade carcerária foi constituída dentro de suas limitações, pressões e poder arbitrário. Por isso, até certo tempo, acreditava-se que os presos não podiam ser outra coisa, a não ser submissos, subjugados e humilhados (Foucault, 1999). A pessoa

presa era o típico sujeito foucaultiano que sofre uma mortificação do EU (Goffman, 1999), com sua identidade limitada apenas à internalização das normas e das disciplinas, tão assujeitada ao controle disciplinar que não havia espaço para qualquer ação de resistência (Campos e Castro, 2017). Porém, as novas regras e princípios que estudamos aqui trouxeram uma outra realidade que possibilitou à massa carcerária, de modo geral, a experiência do respeito mútuo que, segundo Honneth (2003), é uma forma de reconhecimento social necessária a qualquer ser humano. A constituição do sujeito, sobretudo da pessoa presa, não se encerrou no momento em que seu corpo foi violentado socialmente (quando não é reconhecido como igual), psicologicamente (quando o não reconhecimento e outras violências físicas lhe tiram o autorrespeito) e fisicamente, como se esperava. Os indivíduos presos se deram conta de sua situação precária no momento da interação não violenta com os outros que estavam e ainda estão no mesmo nível de desrespeito social e humano. Essa interação não violenta e o sentimento de injustiça impulsionaram a planejar as rebeliões. A partir desse momento, surge o indivíduo que se constitui para além do poder disciplinar (Foucault, 2006; Campos e Castro, 2017).

De forma simples e clara, Honneth (2003) explica que os conflitos sociais nascem através de um motivo, a luta por reconhecimento social. Os movimentos e conflitos sociais se originam quando um grupo de pessoas têm em comum a negação, de alguma forma, de algum direito, respeito ou reconhecimento de suas identidades. Honneth (2003) diz que um indivíduo em situação de não reconhecimento pode procurar por grupos com os mesmos dilemas e sofrimentos sociais que ele.

O limite da teoria do Reconhecimento para esta análise evidencia-se quando Honneth explica que as ações de grupos que lutam por reconhecimento se direcionam para atuações positivas. Desse modo, as lideranças de facções não podem ser consideradas como movimentos sociais, pelo constante uso da violência para garantir seus interesses econômicos. Por outro lado, não se pode desconsiderar que as rebeliões foram travadas para lutar por seus direitos humanos e, por isso, trata-se de um conflito social. Além disso, as relações intersubjetivas de reconhecimento entre os presos são a base da reorganização social da comunidade carcerária.

Em relação à luta por direitos negligenciados, uma breve reflexão nos permite questionar: eles foram negligenciados por quem? O pacto de união, ocasionado pelas rebeliões contra a violência no cárcere, permanece até as décadas atuais, com o propósito de manter a organização da comunidade carcerária e assegurar a proteção das pessoas presas contra um inimigo: o Estado, materializado na figura de todo o corpo administrativo penal, como agentes penitenciários, delegados e funcionários em geral e até mesmo a própria estrutura arquitetônica da prisão.

Entrevistadora: Você acha então que essas regras são necessárias dentro da cadeia?

Antenor: Algumas, sim. A maioria da... Dos carcerários... A maioria dos presos só quer pagar a pena, nada mais. Quer ficar ali sossegado, mas o Estado não coopera. O Estado, tipo assim, deixou... “vamos deixar... isso aqui é um chiqueiro, então vamos jogar o chiqueiro lá para longe. Deixa eles para lá. Deixa o chiqueiro para lá e vamos cuidar de nós aqui. Deixa eles esquecidos”. Investem em armamento, mas não investem em educação, em nada. Agora que as penitenciárias lá, de 5 anos para cá que foi ter escola.

Isto é, o grupo se constituiu sob a força da inadiável sobrevivência, para se defenderem de um perigo, e quanto maior for a urgência da formação do grupo, mais rápida será a adesão. Os lemas estabelecidos inicialmente pela facção e depois pactuados por toda a massa carcerária passaram a funcionar como símbolos (Honneth, 2013) de união para lutar contra um inimigo em comum. Quer dizer que quando um discurso inclui os objetivos da ação - nesse caso, lutar contra um inimigo e proteger a massa carcerária -, ele leva à possibilidade de induzir as ações e emoções sentidas por aquele que internaliza o que foi dito. A definição de um motivo para a prática daquelas ações ajuda o ouvinte a encontrar uma compreensão que vai muni-lo de argumentos frente a outras opções de ação (Lane et al.; 1989). Assim, as motivações reforçaram o que eles nomeiam como sua ideologia dentro das unidades prisionais. Um conjunto de conhecimentos, princípios e ideais focados em ações que possibilitaram a convivência e a proteção da comunidade carcerária.

Entrevistadora: Engraçado, porque vocês têm uma certa ética.

Antenor: Claro que tem. Funciona assim, se não mexeu com a gente, é claro que a gente não vai mexer. Até porque eles [o Estado] têm um poder nas mãos. A gente também tem porque a união faz a força e você vê hoje que têm facções ali que tá lá dentro quanto fora, então... mas assim, lá dentro eles têm um poder, então tudo tem que ser na conversa. Eu acho que o maior índice de morte em São Paulo caiu muito, caiu muito, porque ambas as partes tiveram uma conversa, né? Ambas as partes. Tudo se resolveu na conversa. (Antenor, entrevistado em 11 de out. de 2019).

Importante frisar que no trecho acima, a pergunta feita ao entrevistado foi sobre ética. Ao responder, ele falou sobre união e logo em seguida, não por acaso, Antenor retomou algo marcante na história das prisões brasileiras, ao se referir a um suposto acordo entre o PCC e o Estado, para cessar as rebeliões de 2006 no estado de São Paulo. Ele acredita que o fio de paz vivido nas prisões atualmente pode ser creditado a esse acordo. Tal pensamento é acompanhado pelos outros entrevistados, o que, para eles, justifica a respeitabilidade das lideranças, sobretudo as ligadas ao Comando. Como exemplo, segue um trecho da entrevista com um egresso que participou da megarebelião de 2006, em São Paulo.

Entrevistadora: qual era a reivindicação de vocês?

Entrevistado: Na época nós, na verdade, ela foi feita pelo Comando. Tinha algumas reivindicações das cadeias que estavam rebeladas, mas o principal foi porque alguns líderes tinham sido transferidos para o RDD, que é a tranca. Lá não tem visita e os caras ficam um ano lá, mano. Duas horas de sol, não tem visita íntima, não tem nada. A causa deles foi essa aí, na mega de 2006.

Entrevistadora: Mas aí tinha gente que nunca pertenceu ao PCC, mas que entrou junto?

Entrevistado: Porque pouca gente não concorda com o que o Comando fala. A maioria é companheiro de verdade mesmo. Não é batizado, não é membro, mas a gente é companheiro, a gente vai junto com eles, lógico. Entrevistadora: Ah, então quase todo mundo concordava com eles, mesmo não sendo do PCC, não é isso?

Entrevistado: A gente não era membro e nem batizado, mas a gente era companheiro. Entrevistadora: Por que vocês concordavam com isso?

Entrevistado: Porque fora essa parte aí, de eles estarem fazendo essa retaliação por causa da transferência de alguns líderes, aí sim, depois disso vieram algumas reivindicações. Tinha cadeia que tava aqui precária mesmo, tinha cadeia que os presos ainda estavam comendo comida azeda, tinha cadeia que que funcionário zuava visita, tinha muita coisa que era para o bem comum, não é? Então a gente concordava assim. (Corintiano, nov. de 2019).

As ações inicialmente foram direcionadas para a proteção contra um inimigo, responsável pelos maus-tratos e pela negação de direitos à pessoa presa.

Entrevistadora: Você acha que a administração pode ocupar esse lugar que o disciplina ocupa, que é um lugar de respeito junto à comunidade carcerária?

Entrevistado: Não, não, porque se... vamos supor, polícia é polícia, bandido é bandido. Não se mistura.

Entrevistadora: Você não respeitaria a ordem deles?

Entrevistado: Não, porque, tipo assim, os caras querem me fazer mal, eu sei disso, então eu vou respeitar um cara desse? Eu tenho medo deles e o medo que eu tenho deles me dá coragem para fazer qualquer coisa, por exemplo, se o gato é um bicho bom, mas se ele se sentir acuado, ele pode ser pior do que um cão.

Entrevistadora: Aí olha só: você não respeita a administração carcerária, porque você tem medo deles, porque eles querem te fazer mal, aí você respeita o PCC...

Entrevistado: Você respeita o PCC porque eles não querem teu mal, eles não querem fazer mal, eles só querem que você... eles só querem defender a sua causa. (Gilson, out. de 2019).

Em seguida, o relato de Jean que ficou em unidades prisionais da região do Nordeste, onde não havia, na época, a mesma organização encontrada nas prisões dominadas por facções de grande influência.

Entrevistado: ... Esse foi o último medo que eu tive de verdade de todas as cadeias que eu passei, porque é diferente demais e é pânico, dentro da cadeia não tem... Vai à igreja, vai, mas o foco da cadeia tá na maldade. Uma pessoa, ele tem maldade no olhar. Ele olha para você e você pensa que ele está dando uma risada, mas na verdade ele tá tramando a pior maldade do mundo com você. Então aqui se junta todos os pavilhões para que não aconteça nada de mal com a gente. Se eles lá quiserem fazer uma maldade, um pavilhão vai passar para os outros. Aí termina eles ficando no meio. É um por todos e todos por um. Tem um lema e o salve geral do pavilhão, que eu esqueci. Que é... Paz, justiça, liberdade, igualdade e união para todos, um por todos e todos por um. Então está todo mundo junto, nós que não é do... PCC, o Comando é a cabeça e a população é o corpo que se junta, aí é um por todos e todos por um, corre todo mundo junto.

Entrevistadora: Eles são muito respeitados? Entrevistado: Muito respeitados.

Entrevistadora: E por que você acha que esse corpo respeita totalmente a cabeça?

Entrevistado: Ah, porque tem a parte do crime e muitos respeitam através disso e também eu acho que por outra parte, por causa da paz que não existia, uma parte boa. Não tenho uma explicação certa para responder essa palavra para você, mas eu acho assim, uma parte por causa da criminalidade e uma parte por causa da paz que não existia, porque na rua está difícil, querendo ou não, se você for roubada em um lugar que tem uma disciplina mesmo, de verdade, você vai achar o que foi roubado de você, então muitas pessoas respeitam por causa disso. Não é só aqui fora, lá dentro é a mesma coisa. (Jean, nov. de 2019).

E o estabelecimento de um inimigo em comum justificou o grande e inicial motivo para a união e tornou ainda mais fortes os motivos para a presença permanente de uma liderança.

Entrevistadora: Por que você acha que tem tanta necessidade de ter uma facção?

Entrevistado: Ah, justamente por causa disso. Porque fica assim para nós, nós estamos presos, seja porque roubei, ou trafiquei, enfim, alguma coisa eu fiz. A lei é contra mim, então a lei é minha inimiga, quem tá do meu lado fazendo alguma coisa por mim, está fazendo para o meu bem. O que o diretor fizer ou o que o diretor entendeu fazer com a minha visita, que tá entrando com droga, então o diretor é meu inimigo, ele que tá errado, não sou eu [risos]. A visão do preso é essa. Por que a polícia tem que entrar na cela e tem que quebrar tudo para achar o meu telefone que eu comprei? Isso tá errado. É assim que a gente pensa [risos], é a lógica do preso. (Corintiano, nov. 2019).

Entrevistadora: Lá tem regras?

Entrevistado: Regras em todo lugar tem, mas a gente tem que seguir a regra. É que a gente tem que fazer por onde, como se fosse uma escola. A gente tem que aprender para não errar lá dentro, a gente tem que se juntar, não é? Tem que estar todo mundo unido para fazer um objetivo só, a liberdade. Não agredindo com palavras o próximo, respeito mútuo. E é dando que se recebe, então... se eu te respeito, você me respeita. Se eu te agrido em palavras, é claro que eu vou ter o retorno. Então é dando que se recebe. (João Paulo, nov. de 2019).

Entrevistado: Por exemplo, reúne todos eles, entram em um acordo, vamos supor que a comida estava

estragada, “gente, tá errado”, porque são seres humanos, então você não vai ser obrigado a comer aquela comida estragada. “Vamos tentar resolver isso?” Lógico, então ninguém vai comer. É como se fosse na rua também. Não tem jovens que se juntam para lutar por uma causa? É a mesma coisa [risos]. Se, vamos supor, aqui dentro aí vem uma comida estragada, coisa que nunca aconteceu aqui dentro, as coisas são muito certinha, mas vamos supor que veio uma comida estragada aqui, não existe isso, “ah, eu tô com fome, eu vou comer assim mesmo, porque comi, já tá com pressa para fazer isso, isso e aquilo lá”. Não é assim. Lá, se tá vindo estragada a comida, nada melhor do que a gente resolver isso. Vamos fazer greve, ninguém vai comer, entendeu? (Gilson, out. 2019).

O discurso de união e solidariedade conseguiu encontrar uma brecha ao utilizar justamente o contexto violento para convencer os demais a seguir um novo ritmo, com a proposta de proteção e aliviar a realidade que vivenciavam. Os lemas se tornaram regras consensuais, que possibilitam as condições de reconhecimento mútuo e o respeito pela identidade do preso. Quando a tensão diminuiu o suficiente para que se manifestasse a necessidade de união, os sentimentos de respeito e os valores emergiram, a ponto de a comunidade carcerária conseguir se reconhecer em suas necessidades e carências (Honneth, 2003). Foi o momento em que notaram que todos estavam na mesma situação, partilhavam de histórias de vida parecidas e, por isso, se reconheceram como iguais (Honneth, 2013). Um grupo unido e mantido pelas lideranças carrega fortes cargas afetivas, um sentimento de adoração à massa carcerária que leva a considerar como intolerável qualquer coisa que, como um conflito entre presos, possa colocar em risco essa união. Quando um membro se retira ou começa a se identificar com o próprio “inimigo”, ele é visto como traidor, porque enfraqueceu a massa para lutar contra um inimigo em comum. Trair esse grupo é enfraquecê-lo para a luta e enfraquecer suas próprias identidades. Assim diz um dos relatos:

Entrevistadora: Se esses disciplinas não fossem escolhidos pelo PCC ou por qualquer facção, se eles fossem escolhidos pela administração carcerária, você acha que eles seriam respeitados?

[O entrevistado baixa a cabeça e ri por aproximadamente dez segundos].

Entrevistado: Eu vou te contar uma história. Antigamente, eu não lembro que cadeia que foi que tinha uns caras [presos] que eles cuidavam da cadeia. Eles abriam e fechavam a tranca. Uma cadeia daqui da capital. Quando esses caras foram transferidos para o fundão, não ficou um vivo, só porque eles cuidavam, só porque eles abriam e fechavam. Não tem como.

Entrevistadora: Mas porque eles foram mortos? Qual era a acusação?

Entrevistado: Eles estavam fazendo o papel da polícia, eles estavam trabalhando para o diretor e o diretor é polícia no nosso entendimento. Então não tem como a gente acatar a lei de alguém que o diretor escolheu. Rápido a cadeia vira e eles morrem, se eles insistirem em ficar, né? Mas provavelmente eles correm antes. (Corintiano, nov. 2019).

Esse respeito pelos galerias escolhidos pelo PCC e, ao mesmo tempo, a recusa a figuras de liderança indicadas pela administração prisional, implicam um limite técnico às intervenções que podem ser feitas pela administração para organizar a vida no interior das unidades prisionais. Isso porque a administração deixa de contar com o recurso de apontar figuras intermediárias que poderiam servir de ponte entre a massa carcerária e a própria administração prisional. Um caso de interesse pode ser o das unidades administradas comunitariamente seguindo o modelo das APACs (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). Esse modelo, que se desenvolveu ao longo das décadas de 1970 e 1980 no estado de São Paulo, previa que as unidades, idealmente, seguiriam modelos próximos aos da autogestão, com as pessoas presas assumindo parte significativa das atividades e das

responsabilidades no interior das prisões. Nas formas mais radicais da proposta, sequer haveria agentes penitenciários nas unidades. Em São José dos Campos (SP), onde o modelo foi criado, a Cadeia do Humaitá funcionou por vários anos sem agentes de segurança formais, e contava, para cuidarem dos perímetros da unidade, apenas, por um lado, com voluntários da própria associação, que cuidavam das chaves da prisão; e, por outro, com lideranças escolhidas pelos voluntários para ficarem com as chaves no interior da prisão e servirem como intermediários entre as pessoas presos e a associação. Apesar do sucesso da iniciativa em reduzir casos de violência, custos financeiros e reincidência entre os presos, eram frequentes os relatos de pessoas presas escolhidas pela associação para ficarem com as chaves e que, após serem transferidas para outras unidades, foram vítimas de agressões por serem identificadas com o papel desempenhado pelos policiais. Trata-se de um limite objetivo à atuação junto à população prisional (Massola, 2017<sup>11</sup>).

Através dos relatos aqui apresentados, percebe-se que o encarcerado desenvolve um sentimento de medo decorrente da violência que eles sofrem. Por isso, lutam contra essa força ameaçadora, vista como inimiga, e denominada por eles como o Estado, chegando ao ponto de declarar como inimigos até aqueles que estão na mesma situação penal, mas que apresentam comportamentos ou assumem funções iguais às dos policiais ou qualquer representante do Estado. Parece então que quanto maior o temor, mais difícil romper com a identidade de criminoso. Como se essa mesma identidade, partilhada com o coletivo, simbolizasse um escudo contra a violência externa ao grupo. Nesse ponto, um dos entrevistados produz um pequeno adágio, mas cheio de significados. “Mano, é o seguinte, o meu mundo é que fortalece nós” (Manoel, out. 2019). O comportamento parecido ao da polícia ou agente prisional é visto não apenas como uma traição ao mundo do crime, mas o traidor se torna responsável por deixar a comunidade prisional mais fragilizada e exposta com a traição.

Já aqueles que não se voltaram contra as regras do cotidiano prisional, foram beneficiados com a proteção. Alguns presos disseram ter sobrevivido graças às lideranças, ligadas ou não a facções criminosas. Dessa forma, adquiriram um sentimento de gratidão frente ao papel de proteção exercido pelos líderes.

Entrevistadora: Então você acha necessária a presença deles para todos os presos na sua opinião?

Entrevistado: Sim, é. Noventa por cento [dos entrevistados] que você perguntar vai responder isso.

Entrevistadora: E se não houvesse os *disciplinas* nas celas?

Entrevistado: Se não houvesse eu mesmo provavelmente não teria saído vivo, porque na época que eu fazia tatuagem lá no raio dois e eu tinha um [ininteligível], eu era o meu maior cliente também, eu arrumava briga tanto na cadeia quanto na rua, se não tivesse a presença deles eu não taria nem te dando essa entrevista. (Corintiano, nov. 2019).

Corintiano expressou gratidão aos líderes que executam as regras criadas durante a reorganização social e que medeiam os conflitos entre os presos. Foram elas que, muitas

---

<sup>11</sup> Massola, G. M. (2017). *Por que os prisioneiros não fogem... De uma prisão sem guardas?* Novas Edições Acadêmicas.

vezes, o protegeram da morte. Os líderes trabalham como uma espécie de juiz que investiga e decide as penalidades que serão impostas aos infratores das regras da comunidade carcerária, evitando que haja um confronto violento e direto entre o acusador e o acusado. Corintiano se declarou como alguém que “arrumava briga” e se não fossem os líderes intervirem nos conflitos que ele arranjava com seus colegas de cela, provavelmente teria entrado em confronto direto e poderia estar morto.

Entrevistadora: Como o senhor acha que seria a cadeia se caso um dia administração carcerária tirasse as lideranças do PCC de dentro da cadeia?

Entrevistado: Aí é ter a matança né, filha. Eu acho que entre eles mesmo ia matar tudo e ia se matar todos, porque aí entra droga pesada, porque na cadeia do Comando você sabe que não entra crack, né? Não é permitido, só maconha e cocaína.

Entrevistadora: Porque eles não permitem o crack?

Entrevistado: Porque o crack faz muitas pessoas fazerem dívida e não poder pagar, aí isso é porque eles matam, por isso que morre muitos deles, é uma droga que não é permitida na cadeia do Comando, então crack é maldito na cadeia do comando, eles não aceitam lá, é só maconha e cocaína. (Luiz, nov. 2019).

Como explicou Luiz, o caráter altamente adictivo do crack fez com que o PCC proibisse sua venda dentro das cadeias dominadas pela facção. Essa medida pode ser considerada por muitos como uma forma de proteção, de cuidado e de zelo com os presos.

Por outro lado, no grupo prisional, por mais que o PCC contribua para o reconhecimento mútuo e o fortalecimento e manutenção das identidades, há a questão da hierarquia dos membros e a busca pela realização individual (Honneth, 2013). Não são todos que podem ocupar os lugares de poder e alguns presos buscam por realizações próprias, que não condizem com a necessidade geral do grupo. O próprio PCC, criador dos princípios e linha de frente da maioria das lutas travadas nas prisões paulistas, não tem como foco principal o bem-estar dos presos. Esse fator se tornou secundário frente à busca constante de poder e dominação da massa carcerária, em nome do mercado de drogas ilícitas dentro e fora da prisão. Dessa forma, alguns dos presos não veem com tanta admiração as lideranças ligadas às organizações criminosas. Podem apresentar uma concordância em nome da diminuição evidente da violência, mas não adotam a reorganização do grupo social prisional como um princípio único a ser seguido. O entrevistado Leão narrou que era distante das lideranças. Ele soube dizer como tudo funciona. Soube se comportar, manter-se quieto, mas não demonstrou nenhum sentimento de gratidão. Ele apenas seguia as regras para que nada acontecesse com ele, e se mostrava incomodado quando era obrigado a se incluir nas organizações sociais dos colegas de cela. Seguem dois trechos do entrevistado:

Entrevistadora: Como foi sua convivência?

Entrevistado: ah, sei lá. Passei por uns perrengues lá, entendeu? Me disseram que eu ia morrer ali dentro, que eu nunca imaginaria eu ali dentro, no meio de tanta gente, entendeu? No lugar onde tem perigoso, gente mais perigosa do que eu, não é? [risos] Eu me senti inocente no meio de tanta gente e ali você tinha que conviver pacificamente para que nada acontecesse, entendeu? Por mais que outras pessoas quisessem te pirraçar ali, você tinha que manter o controle porque senão os caras desciam, você era chamado, entendeu?

Entrevistadora: Você era chamado por quem?

Entrevistado: É chamado por aqueles que comandavam a cadeia, porque tinha aqueles que comandam a cadeia, não é? Então eles tinham o pessoal deles, entendeu?

Entrevistadora: Você pode falar quem comandava?

Entrevistado: Quem comandava, o nome da pessoa eu não sei nome ele, ali tinha um apelido...

Entrevistadora: não, não precisa ser o nome da pessoa, mas fazia parte de alguma organização?

Entrevistado: Então, eles tinham uma organização, mas que não era do PCC, era de outro tipo outra facção que corria contra o PCC. Então eles comandavam a cadeia, e tinha o pessoal deles lá que comandava, eu esqueci qual era a facção que tem lá, porque eu também não ficava nem perguntando muito, eu não gostava muito de misturar com outras pessoas, porque tinha uma cela era só de crente, se você quisesse ficar na cela dos crentes, você tinha que ficar lá até você sair da cadeia. Você não podia se misturar com os outros presos, tipo querer fumar, porque senão, se você fizesse isso, você era disciplinado.

Entrevistadora: Quem era disciplinado?

Entrevistado: Quem comandava a cadeia. Tudo na hierarquia da gente. Lá onde eu estava eram dezessete celas e a cela dezessete era a que comandava, entendeu? Comandava o raio inteiro, entendeu?

Tudo era passado por lá. Tinha o cabeça, tinha o segundo cabeça.

Entrevistadora: Que não era do PCC.

Entrevistado: É que era de outra facção e tudo que acontecia... aí na minha cela, tinha o cabeça da cela, que era da minha cela, aí se acontecesse alguma coisa, eu tinha que passar para ele, para o cabeça da minha cela. O cabeça da minha cela descia até o cabeça da cadeia para transmitir o que tava acontecendo dentro da cela, ou com algum... Tipo, eu tive uma rinha com alguém, ninguém pode pôr a mão em mim, tem que passar primeiro para o palavra da cela, o palavra da cela desce até a cadeia, aí é chamado eu e o cara, e tem o debate para ver quem é que tá errado e quem não. Se eu tiver certo, o cara lá se tiver errado, ele apanha. Se eu estiver certo, eu não apanho. Se eu estiver errado, eu que apanho, entendeu? Às vezes, mas não é sempre, quando você é novo, eles falam mais na conversa, porque eles não gostam de bater, é na conversa. Agora como você é daqueles que é encenqueiro, que sempre está no foco, então eles mandam você ficar lá no meio do pátio da cadeia lá, para servir de exemplo, para todo mundo, entendeu? Os policiais nem se mete, só ficam de longe olhando.

[...]

Entrevistado: Eu não vou... eu não vou dizer que é Porque às vezes eu tô pagando uma coisa ali que eu não fiz

aquilo ali, foi por causa dos meus companheiros que foram eles que cometeram aquela atitude, para fazer aquele tipo de coisa, eles Como eu vou dizer para senhora? Eles têm mais experiência lá dentro, eles têm mais poder

de comandar dentro da cela, eles têm poder de comandar, de administrar, de fazer o que eles querem, então você fica abaixo deles, então você fica sujeito a isso, você fica exposto a fazer o que eles mandam, se você tomar uma ordem lá dentro, se você tem que ficar tomando conta da grade, ficar olhando, acampanando, isso se chama espelho, para ver o que tá acontecendo, quem vem, quem vem de lá pelos corredores de lá para cá, para ver se vem o segurança, você fica olhando aí você fica exposto na mão deles, então não tem como reclamar. Se

você foi preso, fez alguma coisa errada, vai ficar 30 dias dentro da cela, se tiver trinta pessoas... Vinte e oito... Vai ficar tudo ali dentro daquela celinha em um espaço mais ou menos assim [ele indica com os braços o tamanho da cela], você fica no chão que se chama a praia, você fica na praia... (Leão, fevereiro de 2020).

É relevante dizer que alguns discursos distanciados, sem a demonstração de um afeto positivo pelas lideranças, partem, em alguns casos, de pessoas com pouca experiência no mundo prisional, como é o caso acima. Leão, em vários momentos, repetiu que era réu primário e que, apesar de ter ficado um ano preso, ele não fazia parte “desse mundo” (Leão, fev. de 2019).

Todavia, a reorganização social, baseada nos princípios de solidariedade, união, igualdade e todos os significados positivos que acompanham os lemas, deram voz aos presos. Suas palavras e sua existência têm valor e são legitimadas pelos demais. Quando há um julgamento, o diálogo para se descobrir o culpado por uma infração, por exemplo, possibilita a legitimação ou, pode-se dizer, a valorização do que a pessoa presa fala. Todos se tornam iguais perante a lei do preso. Mais que isso, há a valorização do seu bem-estar dentro do cárcere quando há líderes que estão lá para defender o direito mínimo de cada um. Esse esquema social proporciona uma relação de reafirmação de identidade, mas a identidade fortalecida é a de preso. São as características que o colocam no mundo do crime que são reforçadas.

Aqueles que são nomeados líderes cuidam para que toda a comunidade carcerária não



fuja à nova funcionalidade social que, por um lado, proporciona aos presos uma rede de apoio. Por outro, mantém regras rígidas para que não haja nenhuma traição à identidade do criminoso.

### 4.3 As relações de poder no cotidiano prisional após a expansão das facções

A discussão aqui leva em conta o poder disciplinar e relações de poder (Foucault, 1999) na atual realidade carcerária. Foucault apresenta o poder disciplinar no clássico *Vigiar e Punir*, na qual reconta a história das prisões e a forma de docilização dos corpos dos sujeitos (Foucault, 1999; Ferreirinha e Raitz, 2010). Com as rebeliões de 2001 e a consequente concretização da forma de organização social nas unidades penais paulistas e regiões próximas, acende-se uma reflexão sobre o alcance do poder disciplinar, já que os presos, em certa medida, não mais se submetem de forma extrema, coagidos pela violência física, às vontades dos agentes do Estado. Muito pelo contrário, nas rebeliões eles lutaram contra a arbitrariedade dos agentes estatais, visto pelos participantes da pesquisa como todos aqueles que representam o Estado, como agentes penitenciários, delegadas (os), policiais, grupos táticos e tropas de choque.

Tal luta trouxe a ascensão de um indivíduo que resiste contra o poder disciplinar, próprio das prisões, movendo-se contra um dispositivo que insiste em tirar dele qualquer indício ou vontade de se rebelar (ver Foucault, 1999). Esse indivíduo não aceitou ser massificado ou submetido ao extremo. Todas essas ações, quando aplicadas incansavelmente, ao contrário da perpetuação do corpo submisso, fez com que ele chegasse ao ápice do sentimento de revolta, se unisse aos demais que compartilhavam da mesma dor e se organizasse, mesmo através da violência, para ir contra esse poder disciplinar.

Foucault (1999) fala de um poder que massifica o sujeito e tira dele, ao menos em *Vigiar e Punir*, qualquer possibilidade de resistência. É nesse ponto de tensão – entre o sujeito de *Vigiar e Punir* e o indivíduo que consegue ir além do poder disciplinar – que se encontra as críticas de autores como Honneth (2009), na qual explica que o indivíduo tem a possibilidade de não permanecer passível diante da negação de direitos. O indivíduo que se constrói nas relações é um ser autônomo e que contesta, resiste, quando não é reconhecido e respeitado. É por isso, segundo o autor, que há conflitos sociais e movimentos de luta social. Portanto, não há lugar para um assujeitamento ao poder coercitivo, sem alternativa para resistência. Diante da negação do seu reconhecimento, esse indivíduo tende a lutar pelo reconhecimento social (Honneth, 2003).

Entrevistadora: Qual era a reivindicação de vocês?

Entrevistado: Na época nós, na verdade, ela foi feita pelo Comando. Tinha algumas reivindicações das cadeias que estavam rebeladas, mas o principal foi por que alguns líderes tinham sido transferidos para o RDD que é a tranca, lá não tem visita, não tem e os caras [presos] ficam um ano lá, mano. Duas horas de sol, não tem visita íntima, não tem nada. A causa deles [PCC] foi essa aí, na mega de 2006.

Entrevistadora: Mas aí tinha gente que nunca pertenceu ao PCC, mas que entrou junto?

Entrevistado: Porque pouca gente não concorda com o que o Comando fala. A maioria é companheiro de verdade mesmo, não é batizado, não é membro, mas a gente é companheiro, a gente vai junto com

eles, lógico. Entrevistadora: Ah, então quase todo mundo concordava com eles, mesmo não sendo do PCC, não é isso?

Entrevistado: A gente não era membro e nem batizado, mas a gente era companheiro. Entrevistadora: Por quê que vocês concordavam com isso?

Entrevistado: Porque fora essa parte aí, de eles estarem fazendo essa retaliação por causa da transferência de alguns líderes, aí sim, depois disso vieram algumas reivindicações. Tinha cadeia que tava aqui precária mesmo, tinha cadeia que os presos ainda estavam comendo comida azeda, tinha cadeia que funcionário zuava visita, tinha muita coisa que era para o bem comum, não é? Então a gente concordava assim. (Corintiano, novembro de 2019).

Os líderes do PCC poderiam ter outros interesses no momento em que se dedicaram a conquistar a massa carcerária, mas seus discursos que duram até hoje falam de uma verdade compartilhada por todos. Nenhum deles aceitava mais uma sujeição tão violenta. Isso demonstra, na visão dos demais presos, que todas as lutas sangrentas que o PCC travou antes de se firmarem pelas rebeliões de 2001 e 2006, foram para um bem comum. E por isso são respeitados. “Os caras [PCC] já vinham lutando faz tempo pela gente” (Corintiano, novembro de 2019).

Ao tentar uma nova visão de sujeito, Foucault, quase no final da vida, no início da década de 1980, empenha-se em tirar esse indivíduo do lugar de permanente assujeitado, para ocupar um lugar de indivíduo da subjetivação (Campos e Castro, 2017; Souza e Furlan, 2018). O poder, que não emana mais de um soberano, mas se trata agora de um conjunto de relações (Brígido, 2013), alcança o indivíduo, mas não chega a seu estágio final. O indivíduo responde a esse poder que o atravessa. Foucault tenta, na sua nova e última fase, “examinar como os sujeitos se constituem e se reconhecem a si mesmos” (Souza e Furlan, 2018, p. 333), diante das relações de poder.

Dito isso, a diminuição da violência vivenciada hoje na prisões paulistas é graças ao PCC. Antes dele, já existiam outras facções, o Comando Vermelho, criado nos anos de 1970 e conhecido pela mídia no final da mesma década, no Rio de Janeiro (Lima, 2001), é um grande exemplo. Mas está última facção não tem, em sua história, um acontecimento tão marcante como o PCC, apesar de desfrutar de grande respeitabilidade no mundo do crime e sem dúvida, também se apresentar mais como uma forma de sobrevivência no cárcere, para muitos presos, do que como uma facção (Souza, 2001).

Mesmo que as formas de relações sociais tenham se tornado uma rede, invadido outras unidades e facções, vinte e dois anos é muito pouco para que os presos e egressos do sistema prisional dissociem a imagem do PCC das relações sociais que perduram até hoje, levando em conta que a existência da facção se tornou pública em 2001. Por isso, foi comum para os entrevistados citarem o PCC logo após uma pergunta sobre a organização do cotidiano. Ou mais, citarem o Comando quando se fala em melhorias e esperança de sobrevivência dentro da cadeia.

Entrevistadora: Todo mundo que não é membro do PCC respeita as regras?

Entrevistado: Respeita. Tem que respeitar [risos], porque, tipo assim, todo mundo vê que é bom, entendeu? Porque a guerra não é contra si, um contra o outro. Como se diz? É contra os agentes [risos], são eles que querem te prender, entendeu? [Risos], então, por exemplo, um ajuda o outro, se você chegar no sistema, ele [PCC] já acolhem, se você precisa, se você não tem visita, eles te dão o que você

precisa lá dentro, tipo, como se fosse uma família. Então nada melhor do que respeitar não é? [risos]. (Gilson, outubro de 2019).

Dentro da cadeia, sua vida, sua paz depende da organização social que o preso sabe que foi concretizada pelo PCC. Essa organização está nas mãos imediatas dos disciplinas/líderes. São eles os responsáveis por manter a ínfima paz que garantirá ao preso sua sobrevivência. E quando eles não estão presentes, os próprios presos tentam reproduzir sua forma de organização, mesmo sabendo que não terão o mesmo poder. Os relatos expõem as relações hierárquicas presentes no cotidiano prisional.

Entrevistadora: Quem você acha que é autoridade máxima dentro da cadeia?

Entrevistado: A autoridade máxima lá dentro na verdade cada um tem uma patente. Como se diz? Por exemplo, como toda empresa, mas sempre tem um que manda mais, que tem mais poder. Se falar, ‘olha, faz isso’, tem que ser, porque aquele é mais embaixo, então que tem que fazer.

Entrevistadora: Mas quem é a autoridade máxima entre toda a comunidade carcerária, entre todo mundo que está dentro de uma prisão?

Entrevistado: Eu acho que é o disciplina. É ele que manda, por exemplo, não que ele manda, mas alguém mandou ele para ser responsável pelo trabalho, porque não é assim chegar ‘olha, eu mando’, não. (Gilson, out. 2019).

Entrevistadora: Como é a convivência com os líderes?

Entrevistado: É normal, a convivência deles é normal, que nem a minha lá dentro, só que eles têm os status maior, né? Para chegar no cara, eu tenho que me dirigir ao *palavra* [um disciplina] da minha cela, eu preciso falar com o *cabeça* [um disciplina] sobre alguma coisa, aí eu tenho que passar para ele o que é, entendeu? Para ele descer lá em informar ou ele vir na minha cela ou eles me levam. Não é assim eu chegar na cela dele e pá, ‘dá licença, eu preciso falar com você’, [risos]. Não, não é assim, tem que primeiro falar com o *palavra da cela* depois com ele. Se eu fizer isso [falar diretamente], daí eu tomo pau. (Roger, novembro de 2019).

Entrevistadora: Mas todo mundo ali tinha uma boa relação com ele?

Roger: Tinha, tinha sim, a partir do momento que você entra em uma cadeia, por mais que o cara seja seu inimigo, você não vai conversar com ele, lógico, mas você tem que ter uma relação. Qual é a sua relação? Não ficar enfrentando ele, porque senão você vai brigar lá em baixo. Sério mesmo. (Oston, outubro de 2019).

Os discursos são politizados, de pessoas que tiveram que lidar com a organização e condução de uma comunidade inteira e acreditam ter o dever de defender uma causa. Contam da união do cárcere como se contassem o cotidiano de uma militância.

Por exemplo, reúne todos eles, entram em um acordo, vamos supor que a comida estava estragada. ‘Gente, tá errado’, porque são seres humanos, então você não vai ser obrigado a comer aquela comida estragada. ‘Vamos tentar resolver isso?’ Lógico, então ninguém vai comer. É como se fosse na rua também. Não tem jovens que se juntam para lutar por uma causa? É a mesma coisa [risos]. (Gilson, outubro de 2019).

Os discursos ainda são carregados de emoção e recebidos como verdade. Tão logo se tornam um poder que os líderes detêm sobre a comunidade carcerária (Ferreirinha e Raitz, 2010). Em outras palavras, o discurso e as ações são os recursos de poder dos líderes para obter disciplina (Albuquerque, 1995, p. 106). Se a comunidade carcerária entender aquele discurso como verdade, pode-se dizer que os líderes conseguiram conquistar seu poder, mais ainda se esse discurso despertar emoções e sentimentos positivos, como já foi posto inicialmente nos dois capítulos anteriores. Por isso, o escolhido para ser o disciplina “é uma pessoa que tem que estar capacitada, é uma pessoa que tem que ter o dom da liderança, uma pessoa que tem que ser inteligente.” (Corintiano, novembro de 2019). Em todos os relatos se percebeu as relações de poder expressadas das mais diversas formas. O uso da força não

deixou de existir, mas a intensidade dessa forma de poder aparece em segundo plano. O que salta a priori é o poder pelo discurso.

Essa verdade se mantém graças a constantes ameaças no cárcere. Quanto mais ameaçador o Estado se apresentar, mais o PCC cresce no cárcere, porque os presos confiarão ao PCC sua proteção contra o Estado. As facções ou simplesmente a comunidade carcerária, comandada ou não por organização criminosa, não terá a mesma força do Estado, mas vai fazer acordos com este inúmeras vezes, essa relação que antes do fortalecimento social da comunidade carcerária, não era possível. Defender-se contra o inimigo é uma – se não, a principal – meta da reorganização social. É o ponto onde não há dúvidas entre os presos sobre seguir ou não os líderes. Todos os seguem, diante da eminência de um ataque.

Então eles [policiais penais] têm mais medo ainda. Respeita, porque se os caras [PCC] falam assim ‘vamos derrubar essa porta’, os presos já se juntam. O corpo cresce do nada. E nós vai mesmo porque é o Primeiro Comando. ‘É o Primeiro Comando da Capital que está aqui, então *nós vai (sic.)!*’ E nós vai mesmo. Não tem jeito. Se eles disserem que a gente vai invadir a sala do diretor, não tem funcionário que segure isso, eles vão chamar o G.I.R., o funcionário não segura [risos], o negócio é sério. O corpo sem a cabeça não vai funcionar. (Jean, novembro de 2019).

Jean se referiu à massa carcerária como um corpo que precisa de uma cabeça para ter vida. Os líderes, independente de facção, conseguem mobilizar esse corpo/massa para obter um objetivo (Ferreirinha e Raitz, 2010). Perguntei para um dos entrevistados “por que você acha que há tanta necessidade de ter uma facção [dentro das prisões]? A resposta foi:

Ah, ...justamente por causa disso. Porque fica assim para nós, nós estamos presos, seja porque roubei, ou trafiquei, enfim, alguma coisa eu fiz. *A lei é contra mim, então a lei é minha inimiga, [grifos nossos]*, quem tá do meu lado fazendo alguma coisa por mim está fazendo para o meu bem. O que o diretor fizer ou o que o diretor entendeu fazer com a minha visita, que tá entrando com droga, então o diretor é meu inimigo, ele que tá errado, não sou eu. A visão do preso é essa. Por que a polícia tem que entrar na cela e tem que quebrar tudo para achar o meu telefone que eu comprei? Isso tá errado. É assim que a gente pensa [risos], é a lógica do preso. (Corintiano, novembro de 2019).

Mesmo que, durante as entrevistas, alguns participantes tenham criticado a rigidez das ordens dos líderes, é nítido que se novamente o PCC convocar outra megarrebelião, eles irão seguir à risca o Comando, tal como em 2001 e 2006. Há uma confiança inquestionável na facção, mesmo que no cotidiano impere a desconfiança que um tenha no outro. Eles viram mudanças positivas depois da ascensão do PCC, então é difícil não apoiar. A rebelião não serviu apenas para mostrar poder ao Estado, mas para os outros presos que chegaram à conclusão de que a luta é de todos.

Mas a relação de dependência não é apenas pela proteção contra um inimigo. Se uma sociedade não o reconhece, há possibilidades do indivíduo procurar quem o reconheça nos seus direitos e na sua identidade (Ver Honneth, 2003). No presente caso, se não é um Estado de direito, é o crime organizado que se forma tanto nas prisões quanto no seio das periferias. A partir dessa necessidade de reconhecimento, o indivíduo se vê seguindo quem pode lhe proporcionar esse reconhecimento.

[...] Por isso que a gente procura uma pessoa certa mesmo e que fica na linha de frente, que é uma pessoa que [a gente] respeita, porque o que ele conversa com os guardas, ele tem todo o apoio de todos nós, então respeito ele, então ele é a minha voz e a minha atitude, de todos nós, não só minha. (João Paulo, novembro de 2019).

Pela maneira que João Paulo narrou, o líder é mais que seu representante, é como se fosse a personificação de tudo aquilo que ele idealiza ser. O indivíduo toma para si os princípios do cárcere que são disseminados pelos líderes. Ele os utiliza para a sua constituição com indivíduo único e autônomo, mas esse processo só foi possível porque as relações sociais no cárcere, sobretudo entre líderes e presos, basearam-se numa relação positiva, de respeito mútuo que permitiu o indivíduo “ser considerado importante nas próprias carências, na sua capacidade de julgamento e, sobretudo, nas suas habilidades” (Honneth, 2013, p. 65). O líder é a representação máxima daquilo que ele considera correto. Mesmo nos relatos dos entrevistados que se mantinham distantes das lideranças, de uma forma ou de outra, ocorreu a internalização das regras, por fazerem parte daquela comunidade.

Apesar disso, o clima prisional é sempre tenso, não importa as regras. Porque a ordem gera a tensão, já que seu não cumprimento pode levar a penalidade. Além do Estado, a desconfiança entre os presos ainda paira no cotidiano. Nesse sentido, as leis, princípios e ordens não servem apenas para lutar contra as injustiças, mas para protegê-los um dos outros.

Entrevistadora: Como era o cotidiano?

Entrevistado: Aí é normal só que lá tem o quê? Só é homem, claro é como se... Totalmente uma disciplina rígida mesmo.

Entrevistadora: Como era a sua relação com os outros presos?

Entrevistado: Ah, tranquilo, normal. Só que vai piorando, não é? Não os dias, nem os meses, são os anos. Você vai ficando mais chateado, parece que não acaba, não tem fim, aí você começa a ser ignorante também. Não é para todo mundo, ninguém... Tem mente para um lugar que... Tem que ter uma mente boa. Imagina você olhar para um canto e falar assim, ‘nossa, eu vou chapar, eu vou ficar doido nesse lugar’, e aí você tem que se segurar, e você só vê umas grades e o pior, ficar escutando o barulho do ferrolho do portão, abrindo e fechando, não é legal. Isso aí mata qualquer um de coração e eu não via a hora de botar os pés na rua. Não aguentava aquilo ali. Tinha horas que eu falava assim, ‘eu vou chapar nesse lugar, eu vou ficar doido’, mas é bom conversar lá dentro, ter uma amizade com pessoas que querem o bem do próximo, que quer se levantar, não quer atrasar ninguém, é isso aí. Fiquei quarenta e oito dias na tranca sem sair para o pátio, nem nada e era horrível. Café da manhã com espeto de churrasco na ventana. É a tranca, tranca dura mesmo. E refeição... No almoço, você tem que ter medo porque eu tava em um lugar que o convívio não era para minha pessoa, é isso aí. Porque a minha pessoa é de correr pelo certo, entendeu? É correr pelo certo e fazer justiça e não pelas próprias mãos, mas pelo certo. Errado é errado, mas eu odeio quando pessoas são injustiçadas, que são cobradas por algo que não fez.

Entrevistadora: isso já aconteceu com você?

Entrevistado: Já, já aconteceu comigo e eu não quero passar mais, mas eu provei que eu não estava errado, mas é chato, é cabuloso, é o negócio que deixa a mágoa. Aí você tem que ter cabeça para não fazer um estrago maior ainda, então é segurar, é isso aí. (João Paulo, novembro de 2019).

O relato acima é um exemplo de tantos outros que exprimem que todas as emoções são sentidas com grande intensidades. Nesse trecho, João Paulo, narra sobre o estresse do dia-a-dia, e que passou por uma situação, na qual foi acusado e teve que se defender junto aos líderes, mas conseguiu provar sua inocência. Mesmo com um final favorável, ficaram as marcas da desconfiança. O entrevistado foi o mesmo que se apresentou como companheiro dos líderes. E como podemos ver em seu discurso, também é o mesmo que muitas vezes não suportou a violência psicológica do cárcere. Podemos ver como os sentimentos e tantas questões atravessam seu modo de percepção, por causa de um ambiente tão instável. Concomitantemente, o discurso do entrevistado aponta, outra vez, para o fato de que os indivíduos presos não formam uma mera massa. Pois eles conseguem ter percepções sobre

várias nuances da prisão. No relato de João Paulo aparece a mágoa, não necessariamente de quem fez seu julgamento – os líderes – mas de ter sido acusado. Em outros trechos apresentados no decorrer das análises, expõe seu significativo respeito pelas lideranças e pela facção que comandava uma das unidades em que ele passou. Porém, o respeito não anulou sua percepção sobre a instabilidade do cotidiano carcerário. Nesse sentido, as lideranças, ligadas ou não ao PCC, estabelecem as formas de punições e os mínimos movimentos, o que torna o cotidiano altamente controlável.

Entrevistadora: Então você acha que se não tivesse a facção dentro da cadeia seria melhor?

Entrevistado: Não, não seria nada! Seria pior, porque antes tinha era estupro na cadeia, era morte, espancamento. Hoje não, hoje eles mataram e sofreram para cadeia ficar da hora, assim, um doce de mamão como falam. Hoje tá bom para tirar cadeia, mas é disciplina mesmo, só que agora muito rigorosa. Se chamar um palavrão, aí já te chamam um papo legal com você (Raul, outubro de 2019).

Assim como João Paulo, o relato acima mostra novamente como o discurso dos participantes são atravessados por inúmeros elementos do cotidiano prisional. O discurso de Raul reforça a consideração inquestionável pelo PCC, ao mesmo tempo em que fala da rigidez das ordens e penalidades que eles sofrem dentro do cárcere, se caso infringirem alguma lei própria comunidade formada no cárcere. Segue outro exemplo:

Tem dez vagabundos no meio do barraco, conduzindo a sua vida, sendo que na verdade nunca viram você em lugar nenhum e eles só falam assim ‘olha, é isso e é isso’, e você vai apanhar, por uma palavra que você soltou. Então na cadeia não pode xingar, não pode agredir, nenhuma palavra de baixo calão. (Jean, novembro de 2019).

Além da intersecção de vários elementos relacionais cotidianos, os três últimos relatos acima, expõem a rigidez das ordens. Quanto menor o espaço e situação precária da instituição, maior a tensão, e mais minuciosas se tornam as regras.

É que o cárcere tá muito quebrado. Você sabe disso, você estuda isso. Tá um nojo [...]. Até para fazer a limpeza lá é uma disciplina... Porque a maior disciplina que tem lá é limpeza, é a limpeza. Se uma pessoa te pega com cobertor sujo ou com alguma coisa suja, uma camisa, isso já é motivo para... Cada um faz a faxina em um dia. Só que tem a revista da faxina, se ficou alguma coisinha para trás, o cara faz uns três dias de faxina direto. (Antenor, novembro de 2019).

Nesse sentido, pode-se encontrar uma similaridade entre relações de poder entre os presos com o poder disciplinar unilateral e próprio da prisão, pois ambos têm praticamente o mesmo efeito em um ou em vários indivíduos. As duas formas de poder atravessam o indivíduo nos seus mínimos detalhes, seja no comportamento, forma de pensar, agir, falar, etc.

Entrevistadora: Para você, o que deveria ter uma cadeia para proteger melhor os detentos?

Entrevistado: Olha, essa é uma pergunta boa mesmo [risos], eu acho que dentro da cadeia para proteger, o Sistema [Estado] deveria ser outro totalmente diferente. Sei lá, ter celas específicas com máximo de vinte pessoas, entendeu? Criar um raio inteiro que caiba cem pessoas, fazer vinte celas, cada cela vinte pessoas e ali naquele raio ter atividade para sua mente, ter vários tipos de atividades, eu acho isso, entendeu? Como tem cadeia fora do país aí, que tem biblioteca, os caras [presos] trabalham. Quer dizer, ocupar a mente da pessoa.

Entrevistadora: Se tivesse tudo isso que você tá falando, teria ainda facção criminosa?

Entrevistado: Eu acho que não, acho que não. E outra, ladrão quando quer ir para uma facção, só vai mesmo para se proteger. *É mais um Estado na vida dele*, [grifos nossos] eu acho isso. Não porque ele quer ser mesmo da facção, porque por vou entrar para uma facção para dar dinheiro para facção? Que ladrão que sou eu vou pagar para ser ladrão? O que? Isso não existe. [Risos]. (Oston, outubro de 2019).

Outro exemplo:

[...] Sempre uma vez por semana tem o piloto, o piloto chama todo mundo lá dentro e aí fazia aquela roda ali, aí o piloto conversava e ele passa uma caminhada para cada um. Ele explica para nós como vai ser feito, como tem que agir, como que é, então a gente é orientado pelo piloto, toda maneira que vai ser, qualquer tipo de movimento, tudo a gente é orientado pelo piloto e a *gente não pode sair fora daquilo ali* (grifos nossos). (Leão, fevereiro de 2020).

Apesar das consequências serem semelhantes, o poder disciplinar massifica os corpos, adestra-os, até que não reste nenhuma forma de subversão, além de partir de um dispositivo estatal. As relações de poder estruturadas pelos presos, a partir das megarrebeliões, apresentam um indivíduo resistente à primeira forma de poder. Luta contra ela e revela que o resultado final não é a massificação, a submissão. Diante desse indivíduo resistente ao poder, Campos e Castro (2017) elucidam que

As ações apresentadas por Foucault como explicativas da constituição da sociedade disciplinar têm uma significação que é inconsciente, pois se era claro para seus promotores que buscavam modelar o comportamento alheio através da vigilância, [eles] não tinham como horizonte o conjunto de transformações que essas disciplinas no dia a dia viriam a acarretar (p. 323).

Ou seja, tais promotores do poder disciplinar não previram nada além do que a modelação dos corpos. Já nas relações do cotidiano prisional é o discurso o grande propagador desse poder. Além disso, o discurso atravessa esse indivíduo, mas faz efeito de acordo com a percepção do ouvinte, da forma como ele vê toda a vida prisional, do crime ou de acordo com seus interesses.

Entrevistadora: E você ficou esses dois anos e meio tranquilo?

Entrevistado: Fiquei porque assim, eu não me envolvia, eu ficava mais no meu canto mas isolado, sozinho, no meu canto para tirar tranquilo, para não ter confusão lá dentro, para não ter uma briga, porque você já sabe, cadeia já não é bom e, Graças a Deus, eu tirei tranquilo, porque eu ficava mais quieto no meu canto, não dava muita audiência lá dentro, não me envolvia com ninguém, porque tem cara que chega dizendo, ‘não, eu tirei cadeia daquele jeito, perigoso’, [risos] vou falar para você, eu tirei mais no meu canto porque lá que eles falam assim, ‘é melhor você falar menos e ouvir mais’, então eu já, já entendi a letra então eu nem gosto muito de conversar. (Luiz, novembro de 2019).

Foi porque quando eu entrei lá dentro eu era usuário, né, de cocaína. E lá entrava muita droga, então toda visita entra droga. Quem traz assim é uma mulher, uma mãe. Sempre tem esses esquemas aí. E na cela que eu fiquei... Eu não fiquei na ala dos abençoados porque estava lotada, mas fiquei na cela que os caras usavam e eles usavam bem no meu lado, e eu dizia para mim mesmo ‘eu não vou usar, eu não vou usar’. E fiquei onze meses sem usar nada e desde então não usei mais drogas, porque lá um quilo de cocaína é trinta reais e já aqui fora é dez reais, né. (Roger, outubro de 2019).

Se fosse seguir uma lógica do discurso, os participantes que sofreram penalizações diriam que as lideranças não funcionam ou são injustas. Porém, foram justamente os entrevistados que sofreram algum tipo de penalização, que afirmaram repetidas vezes sobre a confiança nos líderes e nas formas de relações sociais nas prisões.

Sobre essa pluralidade de percepção, cada participante revelou o seu foco ou intenção enquanto esteve preso. Uns queriam organizar a comunidade carcerária, outros apenas “ficar quieto” ou mais, como Roger (out. de 2019), queriam apenas resolver um dilema pessoal. Isso quer dizer que o poder, seja das relações ou disciplinar, não se encerra no indivíduo. Ele pode exercer grande influência e ditar comportamentos, mas não se expressará no indivíduo da mesma forma em que chegou até ele. Cada indivíduo dará a sua interpretação, de acordo com a forma que objetivou as relações sociais da comunidade carcerária.

A percepção do preso, assim como seus interesses, focos e contextos de vida, é um dos fatores que estabelece, em maior ou menor grau, sua posição social dentro da comunidade carcerária. Ele pode, por conta própria, manter-se distante dessa liderança, por não ter simplesmente o interesse ou pode se aproximar, se, por acaso, achar que o discurso do líder faz sentido para ele. De todo modo, ele terá uma posição na hierarquia social de poder. Não é porque se distanciou que não irá cumprir com as normas relacionais cotidianas. O indivíduo preso pode não se apegar aos princípios, mas para manter-se vivo e gozar de uma tranquilidade no cárcere, ele terá que cumprir à risca as normas. Quando não concorda com os princípios ou se mantém distante dos líderes, ele não se retira da comunidade, até porque é uma união forçada, se for analisar a característica de privação de liberdade. Ele apenas se relega aos últimos lugares da hierarquia social. O poder do líder, reverberado pelo discurso de união, o alcança mesmo assim, levado por seus colegas de cela que acreditam no que foi passado pelas lideranças e repetido por todos os presos, nas últimas duas décadas.

Todavia, o indivíduo preso vê a possibilidade de refletir sobre as formas de relações sociais e não apenas resisitir a um poder disciplinar. Talvez porque as relações de poder são de mútua dependência. Os líderes e facções dependem de aceitação. O que torna as relações de poder, nesse contexto, uma via de mão dupla. Esse fator, por si só já assinala uma grande diferença entre o poder disciplinar e as novas relações de poder nas prisões paulistas.

Por fim, ao analisar as críticas de Honneth (2003a), o autor acredita que para Foucault (1999), o sujeito não seria nada mais que uma mera *coisa* manipulável pelas mãos do poder, sem ter a mínima chance de rebelar ou desobedecer a esse domínio. Porém, Honneth não levou em consideração as obras de Foucault publicadas no fim da década de 1970, na qual dá a subjetivação um lugar central nas discussões sobre indivíduo (Hilário e Cunha, 2012). Mesmo após ser confrontado com as últimas obras de Foucault, Honneth continuou a afirmar que o primeiro autor não daria conta de teorizar o indivíduo moderno, ativo em suas decisões.



## 2 CONCLUSÕES

A pergunta que circundou toda esta pesquisa sempre foi: *Quais elementos intersubjetivos surgem nas relações de poder entre a comunidade carcerária e os líderes prisionais?* Questão que surgiu após a análise das rebeliões que ocorreram no início da década de 2000. Dúvidas como, o que leva cetas de presos seguirem a ordem de uma só facção? Todos tão sincronizados com esta ordem que às 16 horas em ponto, 29 cadeias paralisaram só na primeira rebelião. Como posto pelos entrevistados, paralisar a cadeia significa invadir todas as salas, expulsar todos os funcionários, quebrar tudo o que houver na unidade e não permitir a entrada de nenhuma tropa de choque, até que ocorra as negociações. Ao menos foi assim em muitas cadeias que paralisaram nas mega-rebeliões de 2001 e 2006.

A resposta parecia está nos laços criados ao longo do tempo entre o PCC e o restante da massa carcerária, bem como nos elementos intersubjetivos que mantêm a relação de poder entre eles. Então o próximo passo foi procurar entender como se formam essas relações de poder, que se mantiveram forte o suficiente para orquestrar não só as megarebeliões, mas foi capaz de manter, mais de vinte anos depois, o mesmo funcionamento social.

Como resultado, foi descoberto que eles não consentem as ordens do PCC de forma cega, eles refletem sobre a situação. Dependendo de sua história de vida, dos seus interesses ou do contexto em que foi preso, o indivíduo percebe as lideranças de várias formas. Todos esses fatores vão influenciar na maneira como o discurso de verdade e princípios são subjetivados por ele. A força dos laços afetivos podem ser em maior ou menor grau, de acordo com a forma que eles percebem o discurso de união. Eles podem levar os princípios e normas ecoadas pelo discurso como parte de sua vida, na sua constituição individual, ou eles podem apenas ver o discurso como meras normas de participação social na comunidade carcerária.

Outra descoberta muito significativa para a pesquisa foi que a reorganização social e as lideranças se tornaram uma rede. A liderança do PCC se tornou um espelho, cujo reflexo atingiu a maioria esmagadora das prisões de São Paulo e se espalharam pelas regiões próximas, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Assim, é inegável a presença do PCC nesta pesquisa, mas a facção saiu do foco e se tornou pano de fundo quando os participantes da pesquisa expuseram que eles não formaram, enquanto presos, uma mera massa, com o objetivo único de seguir a facção.

Mesmo sendo uma rede, não quer dizer que os presos, em sua grande maioria, não seguiriam a facção se caso houvesse novas rebeliões ordenadas pelo Comando, muito pelo contrário. O domínio do Comando foi justificado, por seus próprios membros, pela necessidade de lutar contra as injustiças do cárcere, e esses motivos ainda permanecem. A

violência, a negação de direitos, a negligência do Estado na garantia de proteção ainda são presentes. Todas essas violações são apenas minimizadas pelos acordos entre lideranças, ligadas ou não às facções, e a administração carcerária. Isto é, o PCC se estabeleceu através de justificativas muito fortes, que se transformaram em discursos carregados de afetos, que logo a comunidade carcerária tomou para si. Portanto, continuam os motivos para possíveis rebeliões bem sincronizadas.

Foram esses os motivos que nos levaram a escolher Honneth (2003) como um dos autores para esta pesquisa. A preferência pela teoria da luta por reconhecimento (Honneth, 2003) seria para refletir sobre as ações e organizações grupais, formadas tanto para reivindicar por direitos, quanto para mediar o cotidiano dentro das prisões. Honneth poderia fornecer pistas sobre os elementos que mantêm essa organização social. Visto que, à princípio e de forma superficial, é possível observar que todos os passos necessários para a criação de um movimento social foram dados pela organização criminosa, juntamente com a comunidade carcerária. Depois da ascensão do Comando e das lutas travadas nas rebeliões, os indivíduos presos passaram a se reconhecer nessas figuras e buscaram neles apoio, como se fossem um “irmão”. Juntos, eles se protegem, reconhecem-se, respeitam-se, encontrando um no outro tudo aquilo que não encontraram em outros grupos sociais, confirmando que

Os sujeitos, em especial ali onde o status de sujeito de direito lhes é negado na consciência pública, frequentemente dependem da participação em grupos sociais os quais lhes asseguram uma espécie de respeito compensatório (HONNETH, 2013, p.66).

Ainda nesse sentido, Salla (2006) traz Robert Adams (1994) para explicar que as rebeliões são estratégias de resistências à algum fator negativo do encarceramento (p. 285). Por isso, elas podem ser consideradas simbolicamente como uma forma de protesto, assim como são as greves ou as ocupações. As rebeliões de 2001 e 2006 que marcaram a ruptura de uma antiga estrutura organizacional para uma nova forma de organização, são consideradas como “dos maiores movimentos de presos, jamais visto no mundo moderno (Salla, 2006, p. 275).

Por causa dessa similaridade, trazer a teoria honnethiana foi um desafio, porque não havia a menor ideia de quais conclusões chegaríamos. As pessoas presas têm cotidianamente seus direitos desrespeitados, são vítimas de violência psicológica, embora nos últimos anos houve diminuição de violência física nas prisões dominadas por facções criminosas que são consideradas fortes, em relação ao número de membros, conquista de presos e poder aquisitivo. Por mais que as rebeliões tenham sido encabeçadas por membros do PCC, a grande maioria dos presos estavam lutando por seus direitos, pela melhora no sistema carcerário e pelo fim da violência arbitrária, como foi amplamente descrito nas entrevistas. Ou seja, lutaram por seus direitos, assim como os coletivos e movimentos sociais.

A questão é que Honneth afirma que diante da frustração do reconhecimento, os

indivíduos se organizam em grupos com o objetivo de promover ações positivas ou criativas, consideradas como toda ação que aponte para uma emancipação (Honneth, 2003; 2013). No entanto, as reorganizações sociais foram construídas através de rebeliões violentas, incluindo espancamentos e mortes por parte dos prisioneiros, considerado por eles como o único caminho ou opção que tinham era se organizar de forma a se opor contra o Estado. Aqui, tanto o ambiente prisional quanto o não reconhecimento pela sociedade limitaram as opções e a forma de luta dos presos.

Essas limitações chegam aos princípios. A liberdade, por exemplo, um dos lemas da comunidade carcerária, significa fuga para os presos, de acordo com os entrevistados. Sendo assim, tal princípio com este significado não aponta para um desenvolvimento moral da sociedade, alcançado através de ações positivas ou criativas (Honneth, 2003, p. 265). Conforme examinando durante as entrevistas, o discurso de união, liberdade e solidariedade, o ritmo, as formas de organização, não apontam para uma ação para além da resistência ou outras formas de defesa. Eles se defendem quando são atacados, mas não mantêm uma ação diária para alcançar metas e objetivos de emancipação. As ações são apenas para manter o que já foi alcançado. “...Tudo a gente é orientado pelo piloto e a *gente não pode sair fora daquilo ali* (grifos nossos). (Leão, fevereiro de 2020).

Além disso, no decorrer do processo de análise, a teoria de Honneth (2003), quando aplicada aos motivos que deram origem às rebeliões, mostrou-se insuficiente. O autor afirma que o reconhecimento é a moral dos conflitos sociais. Para que haja reconhecimento, segundo o autor, é necessária aceitação do indivíduo nas relações sociais (amor), na prática de seus direitos e na sua aceitação como membro de uma comunidade (solidariedade) (Fuhrmann, 2013). Por outro lado, o autor chama de desrespeito “o comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva” (Honneth, 2003, p. 213). Ele explica que ofensa e rebaixamento são também motivos para a organização de coletivos sociais, pronto para lutarem pelo direito de reconhecimento legal e social. Porém, ao analisar as entrevistas, principalmente daqueles que vivenciaram o Massacre do Carandiru até as megarrebeliões, os conflitos foram para que eles, ao menos, se mantivessem vivos. Com excessão dos motivos diretamente ligados ao PCC, que reivindicou, à época, a transferência de seus líderes para o Regime Disciplinar Diferenciado.

Talvez a iminência da morte seja uma das consequências da negação das três dimensões do reconhecimento. É inegável que no cárcere os direitos jurídicos são violados, é tirados deles a possibilidade de serem acolhidos por uma comunidade e que suas relações sociais são altamente prejudicadas. Porém, nem mesmo a negação de direitos, que já era corriqueira no cotidiano prisional, motivou os presos a se unir em uma reivindicação. Ao que parece, o conflito foi muito além da luta contra o rebaixamento ou ofensa. Os demais presos não ligados à facções lutaram contra o risco de morte ocasionado pela negligência do Estado.

A explicação de Honneth que mais se aproxima dos motivos que levaram às megarrebeliões é sobre o que ele considera como a mais profunda forma de “desrespeito”. Aquela que inclui tortura e intensos maus-tratos, a ponto de tirar a autonomia do próprio corpo. Tais violações corporais, diz o autor, vem acompanhada de um sentimento de subjugação. O indivíduo sente que perdeu totalmente a autonomia de seu corpo para aquele que o violenta e as consequências dessa violação é “a perda de confiança em si e no mundo” (Honneth, 2013, p. 215). Muito parecido com as violências físicas e psicológicas apresentadas por Foucault em *Vigiar e Punir*.

No que concerne à transformação do cotidiano prisional após as rebeliões, a teoria honnethiana parece fazer mais sentido. Os líderes devem ser figuras exemplares de comportamentos e seu discurso de união e respeito ainda agrega e mantém a comunidade carcerária. Através dessas ações, os líderes mantêm todas as características que devem ser encontradas em uma comunidade que proporcione o mínimo de boas relações sociais, de respeito aos direitos do indivíduo e a inclusão de seus membros como parte de uma coletividade. Encontramos então o amor, o direito e a solidariedade.

A dúvida já não é se a comunidade carcerária, unida por uma luta em comum, poderia ou não ser considerada um movimento social. A dúvida agora é se o Reconhecimento honnethiano é motivo para todos os conflitos sociais, em diversos contextos. Será que todos os grupos em vulnerabilidade social, que lutam contra a violação de direitos têm em mãos todas as ferramentas de lutas aceitas socialmente? Quer dizer, as lutas sociais livres recorrem às manifestações, palavras de ordens, reuniões, propostas de leis que defendam sua causa, etc. Já pessoas presas, diante da violação de seus direitos, não possuem as mesmas ferramentas de luta.

Dessa forma, as rebeliões não foram um movimento social, visto que suas ações e resultados, por mais que resultem na diminuição da violência, não visam a luta por uma emancipação. Os presos continuam com suas próprias leis, significam seus princípios a seus modos de acordo com o mundo do crime e o Estado não passou a proporcionar a garantia de direito, apenas se colocou na massa carcerária, através de acordos firmados depois de ameaças violentas.

Além dos limites de ação, há outros obstáculos, pois nas prisões dominada por organizações criminosas, os princípios são para o melhor funcionamento da comunidade, mas ainda giram em torno dos interesses das facções. Dessa forma, o grupo se limita a funcionar em torno de um mero interesse e não de um desrespeito social coletivo (Honneth, 2003, p. 257). Por causa dos interesses das facções, as ordens se limitam apenas a manter o mínimo espaço de cada um e manter vivos os princípios do mundo do crime. As consequências se estendem à manutenção da identidade do criminoso, ou seja, daquele que se segue as normas

do mundo do crime, que aponta para outras complicações, pois entre eles prevalece o medo do enfraquecimento da identidade, que pode fragiliza-los diante de um possível “ataque”. Todos aqueles que parecem cumprir uma obrigação que seja semelhante a de um policial ou de qualquer representante do Estado, são reprimidos de forma violenta. Tal fato, inclusive, confirmou a hipótese deste trabalho.

Antigamente, eu não lembro que cadeia que foi que tinha uns caras [presos] que eles cuidavam da cadeia. Eles abriam e fechavam a tranca. Uma cadeia daqui da capital. Quando esses caras foram transferidos para o fundão, não ficou um vivo, só porque eles cuidavam, só porque eles abriam e fechavam. (Corintiano, nov. 2019).

Apesar disso, as rebeliões foram uma luta social que entre suas motivações havia o sentimento de injustiça causado pela degradação e desrespeito (Honneth, 2010). Contudo, pela realidade do cárcere, suas ações foram limitadas e não apontam para uma emancipação, isto é, não aponta para uma saída legal daquela situação. Nesse sentido, o filósofo, sociólogo e jurista Alessandro Baratta, já falava, segundo Sá (2007), sobre emancipação do preso através da ressocialização desde a década de 1980.

O mesmo Baratta, no entanto, em seu livro *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução a Sociologia do Direito Penal*, publicado no Brasil em 1997, tendo sido sua edição original publicada na Itália em 1982, traz uma proposta um tanto quanto mais arrojada sobre “reeducação” de encarcerados. A saber, a verdadeira reeducação de consciência política sobre as contradições da sociedade, sobre as relações de domínio e de poder, sobre as condições das classes subalternas e os motivos dessas condições. Com isto, o encarcerado poderia vir a substituir suas respostas irracionais, que se dão num âmbito puramente individual e não produzem as transformações sociais almejadas, por respostas racionais, não individuais, inseridos num contexto mais amplo e coletivo de luta (SÁ, 2007, p. 61).

Sobre ações emancipatórias, a conclusão que chegamos após as análises de dados é que um dos meios para uma possível mudança que cause efeitos positivos é a resignificação de princípios e normas. Neles, estão impressos significados do mundo do crime. Como já foi posto, um dos exemplos e que mais chamou atenção na pesquisa foi o significado de *liberdade*. “Tem que está todo mundo unido para fazer um objetivo só, a liberdade” (João Paulo, novembro de 2019). “É impossível existir uma cadeia no Brasil que não esteja alinhado com o objetivo de fuga” (Antenor, outubro de 2019).

Liberdade, por exemplo, poderia significar mais amparo da justiça, para que nenhuma pessoa fique presa por anos, apenas esperando o julgamento. Então uma forma de intervenção é buscar com que eles resignifiquem os lemas para uma ação além da simples resistência. Outra maneira seria fortalecer sua rede de apoio. Como não possuem toda as ferramentas necessárias para uma manifestação social, eles dependem de uma rede de colaboração para se manterem como movimento social. Mesmo com os ganhos que tiveram após as duas megarebeliões, não houve um reconhecimento pela população em geral das necessidades e direitos dos presos. Essa parte é possibilitada por outros movimentos sociais de familiares e amigos de presos, iniciativas de organizações não governamentais ou setores públicos voltados aos problemas do sistema prisional.

Em relação às fragilidades deste trabalho, ressaltamos que a pesquisa foi feita através

das análises dos discursos, bem como dos comportamentos que tiveram durante o processo, das emoções que surgiam, expressadas por tons de voz, risos, se olhava nos olhos ou se a cabeça permanecia erguida ou baixa. Porém, nem todas as emoções e sentimentos são expressados. Por isso, é muito possível que alguns deles tenham escondido sentimentos e ocultado informações pelo medo ou cuidado em revelar sobre um mundo que eles protegem. Ou mesmo ter inventado situações, porque, por outro lado, muitos veem status no mundo do crime ou do preso. É importante trazer essa informação para mostrar as limitações da pesquisa, onde ela deve avançar ou se aperfeiçoar, visto que a análise foi feita a partir daquilo que eles trouxeram em um único dia e em aproximadamente uma hora de entrevista. Depois disso, não houve mais nenhum contato com os participantes, visto que as instituições onde foi realizada a pesquisa tem seu público bastante rotativo. Desta forma, não se pôde analisá-los em outras situações ou confrontar alguma informação que levaram para a entrevista.

Por último, a violação de direitos humanos continua à espreita e só não avança ainda mais porque as organizações criminosas se tornaram muito fortes e podem revidar. Por isso, por mais que as facções tenham o foco em outros interesses, o restante da comunidade carcerária, que não pertence ou não tem o interesse imediato em tráfico de drogas ou qualquer ação ilícita dentro da cadeia, continua sentindo, mais que outros, a tensão do perigo constante do ambiente prisional. É como se eles estivessem, à todo o momento, pronto para o ataque. Nesse sentido, pode-se supor que os motivos das rebeliões nunca findaram, eles continuam vivos, porque o perigo de perder os mínimos benefícios que ganharam nas rebeliões pode ser perdido a qualquer momento. Então os fatos que motivaram a luta que teve início há dois ou três séculos atrás (seja na criação do PCC no jogo de futebol na Casa de Detenção, no início da década de 1990, ou nas rebeliões do início de 2000) não foram episódicos, eles continuam.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1996). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectivas comparativas. *Estudos Históricos*, 9(18), 283-300. Recuperado de <http://www.nevusp.org/downloads/down179.pdf>
- Adorno, S., & Dias, C. N. (2006). Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10(2), 118-132. Recuperado de <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/698>
- Adorno, S., & Salla, F. (2007). Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, 21(61), 7-29. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142007000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002)
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1986). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (G. A. de Almeida, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. [Texto original publicado em 1944].
- Albuquerque, J. A. G. (1995). Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*, 7(1-2), 105-110. doi: 10.1590/ts.v7i1/2.85209
- Alvarez, M. C., Salla, F., & Dias, C. N. (2013). Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 25(1), 61-82. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/04.pdf>
- Azevedo, R. G., & Cifali, A. C. (2015). Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 15(1), 105-127. doi: 10.15448/1984-7289.2015.1.19940
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Barreto, M. L. S. (2006). Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(4), 582-593. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400006&lng=pt&nrm=iso)
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Biondi, K. (2014). *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Borges, J. (2018). *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte, MG: Letramento.
- Braga, A. G. M. (2012). *Reintegração social: discursos e práticas na prisão* (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brasil (1984). Lei n. 7.210, de 11 de outubro de 1984. Institui a Lei de Execução penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm)
- Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública (2017). *Levantamento Nacional de Informações*

*Penitenciárias – Infopen*. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Brígido, E. I. (2013). Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 4(1), 56-75. doi: 10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.04.001.AO03

Campos, T. S., & Castro, R. (2017). O. Um rosto na areia: o sujeito em Foucault. *Tempo Social*, 29(3), 313-331. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2017.117546

Ciampa, A. C. (1977). *A identidade social e suas relações com a ideologia* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Clemmer, D. (1958). *The prison community*. New York, NY: Rinehart & Company.

Coelho Junior, N. E., & Figueiredo, L. C. (2004). Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, 9(17), 9-28.

Creswell, J. W. (2010). *Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). São Paulo, SP: Artmed.

Cruz, M. V. G., Souza, L. G., & Batitucci, E. C. (2013). Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. *Revista de Administração Pública*, 47(5), 1307-1325. doi: 10.1590/S0034-76122013000500011

Davis, A. (1981). *Mulheres, raça e classe*. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo.

Dias, C. C. N. (2011a). *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Dias, C. C. N. (2011b). Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, 23(2), 213-233. doi: 10.1590/S0103-20702011000200009

Fernandes, M. I. A. (2003). O trabalho psíquico da intersubjetividade. *Psicologia USP*, 14(3), 47-55. doi: 10.1590/S0103-65642003000300005

Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 367-383. doi: 10.1590/S0034-76122010000200008

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (9a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.



- Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Fuhrmann, N. (2013). Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. *Barbaroi*, 38, 79-96. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100006&lng=pt&tlng=pt)
- Garland, D. (2001). *Mass imprisonment*. London, England: Thousand Oaks.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre, RS: Artmed. [Coleção Pesquisa Qualitativa].
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Godoi, R. (2015). *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Goffman, E. (1999). *Manicômios, prisões e conventos* (6a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Habermas, J. (1988). *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Hayner, N. S., & Ash, E. (1940). The prison as a community. *American Sociological Review*, 5(4), 577-583.
- Higa, G. L., & Alvarez, M. C. (2017). Serpentes negras, pânico moral e políticas de humanização em São Paulo. In *41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*, Caxambu, MG.
- Honneth, A. (2003a). Patologias da liberdade individual: o diagnóstico hegeliano de época e o presente. *Novos Estudos*, (66), 77-90.
- Honneth, A. (2003b). *Teoria do reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Honneth, A. (2009). *Crítica del poder: fases en la reflexión de una teoría crítica de la sociedad*. Madrid, Espanha: Machado.
- Honneth, A. (2010). Integridade e desrespeito: princípios para uma concepção de moralidade baseada na teoria do reconhecimento. In A. V. Teixeira, & E. S. de Oliveira (Orgs.), *Correntes contemporâneas do pensamento jurídico* (pp. 115-132). Barueri, SP: Manole.
- Honneth, A. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, 15(33), 56-80. doi: 10.1590/S1517-45222013000200003
- Horkheimer, M. (2003). Preface. In G. Rusche & O. Kirchheimer (Orgs.), *Punishment and social structure* (pp. LI-LII). New Brunswick, Canada: Transaction. [Texto original publicado em 1939].
- Iñiguez, L. (Coord.). (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015). Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea. Situado em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/70/reincidencia-criminal-no-brasil>.

Jelin, D. (2016). O dia em que o PCC “virou o sistema” e se apresentou ao Brasil. *Veja*. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-dia-em-que-o-pcc-8220-virou-o-sistema-8221-e-se-apresento-u-ao-brasil/>

Kantorowicz, E. (1998). *Os dois corpos do rei*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (1989). *Psicologia social: o homem em movimento* (8a ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.

Lima, A. F., & Ciampa, A. C. (2012). Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica. In A. F. Lima (Org.), *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo* (pp. 11-30). Porto Alegre, RS: Sulina.

Lima, A. F., & Ciampa, A. C. (2017). Sem pedras o arco não existe: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia e Sociedade*, 29, 1-9.

Lima, W. S. (2001). *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho* (2a ed.). São Paulo, SP: Labortexto.

Lourenço, A. S. (2019). Coerção à brasileira e categorias sociais: preto, pobre, marginal: o descarte de um povo. In S. R. S. Zanolla, A. A. S. Zuin (Orgs.), *Educação contra a violência: pesquisas e análises críticas*. Campinas: Alínea.

Martinson, R. (1974). What works? Questions and answers about prison reform. *The Public Interest*, (35), 22-54.

Massola, G. M. (2017). Administração comunitária de prisões, segregação territorial e identidades prisionais. *Gestão e Políticas Públicas*, 7(1), 19-36.

Mead, G. H. (1972). *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

Melo, F. A. L. (2018). *O dispositivo penitenciário no Brasil: disputa e acomodações na emergência da gestão prisional* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11606>

Melossi, D. (2003). Transaction introduction. In G. Rusche, & O. Kirchheimer (Orgs.), *Punishment and social structure* (pp. IX-XLV). New Brunswick, Canada: Transaction.

Mizrahi, B. G. (2017). Winnicott, Kohut e a teoria da intersubjetividade: uma psicanálise do pertencimento frente à precariedade contemporânea dos vínculos. *Cadernos de Psicanálise*, 39(36), 11-29.

Montero, M. (2007). Origen y desarrollo de la psicología comunitária. In M. Montero. *Introducción a la psicología comunitária*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

- Music, G. (2005). *Conceito da psicanálise: afetos e emoções*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Nascimento, D. I., & Schio, S. M. (2019). O poder em Michel Foucault e a crítica de Axel Honneth. *Problemata*, 10(4), 432-447. doi: 10.7443/problemata.v10i4.49682
- Nogueira, S. E., & Moura, M. L. S. (2007). Intersubjetividade: perspectivas teóricas e implicações para o desenvolvimento infantil inicial. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(2), 128-138.
- Orlandi, E. P. (2010). *Análises e discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Paixão, A. L. (1987). *Recuperar e punir: como o Estado trata o criminoso?* São Paulo, SP: Cortez.
- Pedroso, R. C. (1997). Utopias penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. *Revista de História*, (136), 121-137. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18816/20879>
- Pinheiro-Machado, R., & Scalco, L. M. (2014). Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista Estudos Culturais*, 1(1), 1-20. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>
- Piva, A., Ponsi, A., Saldanha, C., Gomes, E., Martini, J., Dariano, J.,... Spizzirri, R. (2010). Origens do conceito de intersubjetividade: uma trajetória entre a filosofia e a psicanálise contemporânea. *Psicanálise e Transdisciplinaridade*, (9), 71-91, Recuperado de [www.revistacontemporanea.org.br](http://www.revistacontemporanea.org.br)
- Ruotti, C. (2016). *Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rusche, G., & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social* (2a ed., Gizlene Neder, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Sá, A. A. (2007). *Criminologia clínica e psicologia criminal*. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais.
- Silva, A. M. C. (2012). Do Império à República: considerações sobre a aplicação da pena de prisão na sociedade brasileira. *Revista Epos*, 3(1), 1-15. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2012000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000100004&lng=pt&nrm=iso)
- Silvestre, G., Melo, F. A. L. (2017). Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, (293). Recuperado de [https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/5947-Encarceramento-em-massa-e-a-tragedia-prisional-brasileira](https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5947-Encarceramento-em-massa-e-a-tragedia-prisional-brasileira)
- Sinhoretto, J., Silvestre, G., & Melo, F. A. L. (2013). O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, 25(1), 83-106. doi: 10.1590/S0103-20702013000100005
- Sobottka, E. A., & Saavedra, G. A. (2008). Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 8(1), 9-18. doi: [org/10.15448/1984-7289.2008.1.4319](https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4319)

- Sousa, E. (2013). Psicologia das massas: uma reflexão em contrafluxo. In S. Freud. *Psicologia das massas e análise do Eu*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Souza, I. (2022). 4 pontos para entender a reincidência criminal. Disponível em: <https://www.politize.com.br/reincidencia-criminal-entenda/>
- Souza, P. (2001). Prefácio. In W. S. Lima, *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho* (2a ed.). São Paulo, SP: Labortexto.
- Souza, P. F., & Furlan, R. (2018). A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia USP*, 29(3), 325-335. doi: 10.1590/0103-656420170057.
- Souza, R. F. (2011). George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 369-378.
- Sykes, G. M. (1958). *The society of captives. A Study of a Maximum Security Prison*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Tavares, G. M., & Menandro, P. R. M. (2004). Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24(2), 86-99. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000200010&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Tavares, M. (2012). Considerações preliminares à condução de uma avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(3), 321-334. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712012000300002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000300002&lng=pt&tlng=pt)
- Teixeira, A. (2006). *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Thompson, A. (2007). *Quem são os criminosos: o crime e o criminoso: entes políticos*. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris.

## APÊNDICES

Questionário para entrevistas semiestruturadas.

QUESTIONARIO	
PESQUISADORA:	
DATA:	HORA:
LOCAL:	
ENTREVISTADO:	
<p><b>INSTRUÇÕES:</b></p> <p>Antes da aplicação do questionário, a entrevistadora deve ler junto ao participante, o TCLE, explicar, de forma clara, que sua identidade será preservada e que a entrevista será gravada por meio de aparelhos de áudio. Como as perguntas são de cunho pessoal e podem gerar certo desconforto para o entrevistado, deve ser esclarecido que o mesmo pode se negar a responder determinadas perguntas, se assim achar necessário.</p> <p>As perguntas são semiestruturadas, podendo ser inseridas, durante as entrevistas, outras perguntas pertinentes ao tema abordado.</p> <p>Serão anotadas apenas as iniciais do entrevistado, a fim de guardar sigilo sobre sua identidade.</p>	

Perguntas

iniciais Seu

nome:

Idade:

1. Cumpriu pena por quanto tempo?
2. Em qual/quais instituição/s?
3. Está em liberdade por quanto tempo?
4. Fale-me um pouco de como é o cotidiano da prisão.
5. Tem regras? Se sim, quem coloca essas regras? É uma decisão conjunta?
6. Para você, tem algo dentro da prisão que pode colocar os reeducandos em algum tipo de perigo?
7. Como você se protege desse(s) perigo(s)?
8. O que você acha que é necessário dentro de uma prisão, seja para lhe trazer proteção, conforto etc.?
9. Quem você acha que é a autoridade máxima dentro de uma prisão?
10. O que é um disciplina?
11. O que faz um disciplina, quais suas funções?
12. Como eles são escolhidos?
13. Você sabe como um disciplina vai parar em cada cela?
14. Você acha necessário ter um disciplina em cada cela? Se sim ou não, por quê?
15. Como é a relação de outros presos com o disciplina? Todos o respeitam?
16. Qual era a sua relação com os disciplinas?
17. Você respeitaria a ordem de alguém que não fosse um disciplina?
18. A administração penitenciária sabe da existência dos disciplinas nas celas? E eles sabem qual é a função dos disciplinas?
19. Por que você acha que a administração penitenciária permite a presença dos disciplinas?

20. Você já viu um disciplina decidir alguma coisa em conjunto com a administração penitenciária?
21. Você acha que por causa da presença de um disciplina, mais presos podem se tornar membros do PCC?
22. Se não houvesse a presença de um disciplina em cada cela, como você acha que seria?
23. Você já viveu em uma cela que não tinha um disciplina?
24. Se não houvesse a presença de um disciplina na sua cela, como você se sentiria?
25. O que você acha que aconteceria se a administração penitenciária retirasse os disciplinas de cada cela?
26. Você acha que o Estado/administração penitenciária poderia ocupar o lugar de um disciplina, em manter a ordem, a organização?
27. Você acha que um dia vai acabar a presença dos disciplinas dentro das celas?
28. Qual a diferença entre uma cela com um disciplina e uma sem um disciplina?
29. Você é filiado ao PCC ou alguma outra organização?
30. Já houve conflitos entre os próprios disciplinas? Se sim, como eles resolveram?
31. Você participa de alguma facção?

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE  
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.**

Prezado,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre sistema carcerário brasileiro, intitulada de **“Relações de poder entre ‘o disciplina’ e o reeducando no sistema carcerário brasileiro”**, que está sendo desenvolvida por Renata da Silva Marques, aluna de mestrado da Universidade de São Paulo (USP), com a orientação do professor Gustavo Martineli Massola.

O objetivo do estudo é analisar e compreender como se constrói a relação entre o sujeito que é nomeado como “o disciplina” e os demais reeducandos dentro das prisões do sistema penitenciário brasileiro.

Você foi escolhido para participar da pesquisa porque frequenta casa de acolhimento, localizada no município de São Paulo, e por já ter cumprido pena de privação de liberdade em instituição carcerária brasileira. Sua participação não lhe causará nenhuma despesa, assim como você não receberá nenhuma compensação financeira pela entrevista. De toda forma, se houver eventuais despesas, você será ressarcido financeiramente pela pesquisadora.

Sua participação será de livre e espontânea vontade. Os riscos previstos pela participação nesta pesquisa são possíveis desconfortos causados por resposta a perguntas referentes a sua pena de privação de liberdade, sua relação com os outros reeducandos e questionamentos sobre sua vida pessoal. Se for o caso, a pesquisadora se responsabiliza por encaminhá-lo à assistência psicológica, mesmo depois do encerramento ou se houver interrupção de sua participação.

Você poderá se negar a responder qualquer pergunta ou interromper a entrevista a qualquer momento. Pode, também, recusar-se a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento, mesmo depois de já ter assinado este termo, não havendo nenhum prejuízo pessoal, se esta for sua decisão.

Pedimos sua autorização para apresentar os dados fornecidos na entrevista em pesquisas, revistas e eventos de cunho científico. Nos comprometemos em manter sua identidade em completo sigilo em todas as fases da pesquisa. A identificação será limitada apenas a apresentar suas iniciais ou nome fictício em qualquer trabalho de divulgação.

As informações serão confidenciais e ficarão sob responsabilidade da pesquisadora, que deverá guardar o material coletado por 5 (cinco) anos. Após esse período, as informações serão destruídas.

Sua participação é de grande importância para a pesquisa. Através de sua entrevista, teremos dados que ajudarão a contribuir para a ampliação de estudos sobre o papel das prisões na reintegração/reinserção social do reeducando, sobre as condições degradantes e violentas do cárcere, sobre direitos e garantias da comunidade carcerária e meios de combate contra a violência.

Declaramos que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assegura a proteção de seus direitos como participante desta pesquisa, e afirma o dever da pesquisadora em cumprir com a normas legais que garantam tal proteção.

Caso tenha alguma dúvida ou situação pertinente sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato através do endereço que segue neste termo.

Pesquisadora responsável: Renata da Silva Marques, pós-graduanda de mestrado do Instituto de Psicologia da USP.

Endereço: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Av.: Prof. Mello de Moraes, 1721.

Cidade Universitária

CEP: 005.508 – 030 – São Paulo –

Brasil. E-mail: [renata.marques@usp.br](mailto:renata.marques@usp.br)

Orientador: dr. Gustavo Martineli Massola – Psicólogo  
 Endereço: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Av.: Prof. Mello de Moraes, 1721 – Bloco A, sala 145.  
 Cidade Universitária  
 CEP: 005.508 – 030 – São Paulo – Brasil.  
 Telefone: (11) 30915024.  
 E-mail: [gustavomassola@usp.br](mailto:gustavomassola@usp.br)

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH)  
 Endereço: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.  
 Av. Prof. Mello Moraes, 1721, bloco G, sala 27  
 Cidade Universitária – São Paulo/SP – 05508-030  
 Telefone: 3091-4182 [ceph.ip@usp.br](mailto:ceph.ip@usp.br)

O presente termo será assinado, em duas vias, pela pesquisadora responsável e pelo

entrevistado. São Paulo – SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Declaro que participo deste estudo de minha livre e espontânea vontade.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(PARTICIPANTE: )

Eu, Renata da Silva Marques, através da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, comprometo-me em cumprir todas as exigências legais que resguardem a proteção e direitos do participante desta pesquisa, agindo de forma ética e com compromisso científico.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RENATA DA SILVA MARQUES